

ATA Nº 2 /2024

SESSÃO ORDINÁRIA DE

30 / 04 / 2024

“Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações do órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no edifício “Atrium Mira”, sob a presidência do Ex.mo Sr. Nelson Teixeira Maltez secretariado pelo Sr. Luís Lavrador e pela Sr.ª Regina Serrano, com a seguinte Ordem do Dia: -----

PONTO UM: Renúncia de mandato apresentado por Marta Sofia Cunha e Silva, nos termos do disposto na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e instalação do membro substituto-----

PONTO DOIS: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação – Tomada de conhecimento-----

PONTO TRÊS: Apreciação e votação, nos termos do previsto na alínea l), do n.º 2, do art.º 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, conjugado com artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, dos documentos de prestação de contas do ano de 2023 e apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano de 2023 e a respetiva avaliação-----

PONTO QUATRO: Aprovação, nos termos do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, em articulação com o artigo 77º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, da 2ª Revisão Orçamental e 2ª. Revisão às GOP's do ano de 2024-----

PONTO CINCO: Transferência de competências para as autarquias locais no domínio da Ação Social – Delegação de competências em matéria de ação social na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – CIM-RC, nos termos da alínea k), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação -----

PONTO SEIS: Aceitação e declaração de interesse público municipal, para efeitos de enquadramento na alínea e), do n.º 1, do art.º 41º. do Regulamento do Plano Diretor Municipal, a que se reporta o proc.º n.º 04/2024/95-----

PONTO SETE: Apreciação, nos termos do disposto na alínea ccc), do nº. 1, do artº. 33º. do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, se 12 de setembro, na atual redação, do relatório de contas da Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque (AIBAP), respeitante ao exercício do ano de 2023. – Tomada de conhecimento.

PONTO OITO: Despacho de suspensão da execução das ordens de demolição na área do Plano de Pormenor da Videira Sul, em elaboração – renovação – conhecimento, eventual pronúncia e deliberação-----

PONTO NOVE: Assunção de Compromissos Plurianuais – Tomada de conhecimento-----

PONTO DEZ: Revisão dos regimes e valorização de carreiras da Administração Pública - Tomada de conhecimento-----

PONTO ONZE: Revisão do Plano Diretor Municipal – Tomada de conhecimento-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Presidente da Câmara Municipal, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco, e os Vereadores Dr. Tiago Daniel Cruz, Dr.^a Madalena Isabel Colaço dos Santos, Dr. Bruno José Milheirão Alcaide, Dr.^a Adriana Milene Ascensão Sousa.

PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA: Por parte dos membros da Assembleia estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Nelson Teixeira Maltez, Carolina Neves Reigota (em substituição de Paulo Jorge dos Santos Grego), José Luís Pimentel Lavrador, João Luís dos Santos Marques de Pinho, Maria de Lurdes Domingues Mesquita, Regina Maria Duarte Serrano, Maria José Jesus Silva, Gabriel Miranda de Pinho, Carlos Jorge Santos Nora, Maria Adélia de Oliveira Maranhão (em substituição de Guida Filomena de Jesus Reigota), Zélia Domingues Morais (em substituição de Eurico Petornilho Martins), Manuel Ferreira Inocência, Telma Milena Magueta Salvador, Andreia Sofia Simãozinho Petornilho, Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Mauro Emanuel Miranda Seiça (em substituição de António Manuel Teixeira da Silva), João Pedro Ventura Lopes de Almeida, António José Domingues Gonçalves, Augusto José Domingues Louro Miranda, Maria Clara Simões Clemente, e os Senhores Presidentes de

Junta de Freguesia de Mira, Carlos Alberto Pessoa Mendes da Costa, da Praia de Mira, Francisco Daniel Soares Reigota, do Seixo, Fernanda da Conceição Domingues Seabra e dos Carapelhos, Carla Cristina Conceição dos Santos.-----

HORA DE ABERTURA: A reunião teve início às 16H, tendo sido declarada aberta a sessão pelo Presidente da Mesa da Assembleia, verificando-se a existência de quórum com as presenças e as ausências anteriormente referidas.

PERÍODO ANTES DE ORDEM DO DIA-----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Assembleia**, que deu as boas vindas à nova presidente da Junta do Seixo, por renúncia do Sr. Presidente Rui Pedro. Anunciou o falecimento do Dr. Gabriel Frada que tinha sido Presidente daquela Assembleia Municipal entre 2002 e 2005, ia para formular ali um voto de pesar pela sua morte e pedia à Assembleia Municipal para se associar àquele voto de pesar, assim como a Câmara Municipal, que também se associou. Solicitou ainda que fosse comunicado à família aquela posição da Assembleia. -----

----- VOTAÇÃO-----

Submetido a votação, o voto de pesar que foi aprovado por unanimidade. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Presidente da Mesa da Assembleia, depois de pedir a sua autorização para que a intervenção fosse transmitida online, deu a palavra ao público para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

-1ª INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

---- **Interveio a Sr.ª Maria Regina de Jesus Santos Oliveira**, informou que estava ali em representação de três proprietários daquela rua e do seu irmão para pedir, se podiam urbanizar as terras no Areal, não tinham mais nada que desse para construir. Os filhos que estavam emigrados, gostavam de construir ali uma casa, não tinha mais terreno nenhum que desse para eles construírem. A sua Prima também lá tinha um terreno e também tinha um filho emigrado que também queria construir ali uma casa, o Frade que tinha a filha que tinha lá

comprado um terreno de propósito para construir e não dava para construir, portanto era o que queriam pedir. Era na rua Gonçalo Tavares. -----

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

----- 1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AO PÚBLICO): -----

-- Interveio O Sr. Presidente da Câmara que cumprimentou todos os presentes e os que assistiam através das redes sociais. Respondeu à questão da Sr.ª Maria Regina Oliveira, esclareceu que era um pedido de urbanização de terrenos rurais, que estavam inscritos não sendo urbanos na Rua Gonçalo Tavares. Tinha a ver com a revisão do PDM (Plano Diretor Municipal), que, naquele momento já tinham feito várias reuniões em Coimbra com as entidades, Vereadores e os Técnicos que lá se tinham deslocado, fizeram uma troca de opiniões. Eles diziam que, em função do que as entidades tinham que se pronunciar, eles argumentavam com o que conseguiam e tinha havido alguns avanços e alguns recuos. Particularmente aquela rua, que era a que ia virada ao antigo matadouro, tinham lá uma malha que diziam que podiam considerar, mas as entidades tinham que se pronunciar, eram muito além da Câmara Municipal. Estava a falar da REN (Reserva Ecológica Nacional), da RAN (Reserva Agrícola Nacional), do ICNF, da Agência Portuguesa do Ambiente. Era uma série de entidades que tinham que se pronunciar acerca daquilo, naquele momento o documento estava em sede da CCDR em Coimbra, num prazo em que eles tinham que se pronunciar sobre o que tinha sido escrito, para depois passar à discussão pública. Tinham que avaliar os casos concretos dos terrenos e das localizações, para puderem dizer mais alguma coisa. Naquele momento era o que conseguia dizer. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Assembleia que esclareceu que o ponto onze estava sem documentos, porque era uma mera informação da parte da Câmara,

sobre em que ponto de situação estava o PDM. Não havia documentos a analisar, era apenas dar conta da parte técnica da situação do PDM. No dia 19 abril tinha sido distribuído um documento em relação à área de reabilitação urbana de Mira, quando a Câmara deliberou aquele assunto, já a Assembleia estava convocada, portanto não tinha integrado na ordem de trabalhos da Assembleia. Tinha uma nota que aquela deliberação, que era considerado um assunto urgente, ia à Assembleia ao abrigo do nº 2 do Art.º 50, que dizia que, se dois terços dos membros da Assembleia estivessem de acordo, o assunto era discutido. Colocou então o assunto a votação, a bancada do PS e do CHEGA votaram contra, portanto não foi permitido acrescentar aquele ponto. -----

Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram-----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS. -----

---- **Interveio a Sr.ª Presidente de Junta dos Carapelhos**, Carla Santos, que na pessoa do Presidente da Assembleia, Nelson Maltez, cumprimentou os membros da mesa, os Deputados, o Executivo ali presente e todos os que assistiam àquela assembleia. Não ia falar sobre as obras que estavam pendentes na Freguesia dos Carapelhos, nomeadamente o saneamento. Começou por dar os parabéns sobre as comemorações do 25 abril, ao Executivo, quer as homenagens que tinham sido feitas naquele espaço, quer no concerto que tinha sido digno de uma qualidade que já os tinham vindo a habituar, mas que os tinham vindo a surpreender constantemente. Quis também parabenizar as associações da sua freguesia, que nem sempre eram ali faladas, mas que tinham participado ativamente em termos culturais, e para o desenvolvimento, quer da sua freguesia, quer do Concelho. Nomeadamente os Anzóis, com a sua participação nos campeonatos de pesca, os Unidos, com uma participação mais restrita, mas, tinham elaborado alguns eventos também que os tinha enaltecido bastante, e o aniversário do Rancho. Aproveitava a altura para convidar à participação da Concentração Motard que iria decorrer naquele fim de semana,

e na Feira dos Grelos que se iria realizar no fim de semana de 17,18 e 19 de maio. Como podiam ver, a Freguesia dos Carapelhos era uma Freguesia pequena, mas que tinha sempre muita atividade. Era óbvio que aquelas associações dependiam muito do apoio de quem lá estava, mas também do apoio da Autarquia, e às vezes deviam ser um bocadinho mais céleres na atribuição dos subsídios e demais apoios. Havia uma situação que a entristecia bastante, falava para o público em geral, que era o depósito dos monos em lugares não apropriados, nomeadamente em caminhos, junto a contentores do lixo, era muito desagradável, por exemplo, na véspera da Páscoa, ter que andar a recolher monos, sofás, colchões, frigoríficos, que estavam junto aos contentores do lixo, mesmo junto à via pública. Apelava ao civismo das pessoas todas, e solicitou que passassem a mensagem. Tinham um serviço que funcionava muito bem no Concelho, que era o serviço de recolha de monos, bastava telefonar, vinham todas as sextas feiras, eram muito prestáveis, muito corretos, era um serviço que não falhava, até aquele momento não tinha nenhuma razão de queixa, tinha funcionado lindamente. Existia ainda o armazém da Câmara, que também estava recetivo à entrega de material, restos de obras e afins. Existia ainda um acordo com os bombeiros, em que a entrega de eletrodomésticos, podiam ser depositados lá, que depois eles recolhiam e rentabilizavam algum dinheiro para os seus gastos. Questionou se existia algum relatório de avaliação do controlo da praga da acácia, achava que tinha sido criado em fungo em laboratório, estaria a surtir efeito ou não, se havia algum feedback das entidades que o tinham desenvolvido. -----

---- **Interveio Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia do Seixo**, Fernanda Seabra que cumprimentou o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia e a restante mesa, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mira e seus Vereadores, todos os presentes e os que assistiam online, entregava os seus cumprimentos. Como era público apenas tinha tomado posse no anterior domingo, 28 de abril no salão nobre da Junta de Freguesia do Seixo. Uma cerimónia muito simples, mas

repleta de emoção. Queria agradecer a presença do Exmo. Sr. Presidente da Câmara e dos seus Vereadores, dos Presidentes de Junta e Deputados Municipais que puderam estar presentes. Declarou ser um orgulho poder representar a Freguesia do Seixo e estar ali, naquele dia, presente naquela Assembleia Municipal. Procuraria estar naquela Assembleia com espírito proativo e de crítica positiva, não hesitante em reclamar o necessário para Mira, em especial para a Freguesia do Seixo. Repetia ali as palavras de agradecimento que tinha dirigido ao Presidente cessante, Rui Pedro Rocha, não sendo nunca de mais enaltecer o excelentíssimo trabalho que tinha realizado, naquele curto período em que tinha estado á frente da Junta de Freguesia do Seixo. O Rui Pedro Rocha tinha sido um extraordinário Presidente de Junta que cativou toda a população em geral pois, todos eles que tinham privado com ele, tinham vivido em primeira mão o seu dinamismo, a sua capacidade de trabalho para seguir em frente com todos os projetos da Junta de Freguesia e não só. Tinha deixado o seu marco na história do Seixo. Naquela primeira intervenção na Assembleia Municipal de Mira, queria deixar um agradecimento público ao Executivo Municipal na pessoa do Sr. Presidente, por finalmente ter concretizado o sonho do sintético do Seixo. Tinha sido uma obra muito esperada, muito ansiada por todos, equipa e adeptos, que só tinha sido possível graças ao apoio do Executivo da Câmara Municipal de Mira, da total colaboração da ACR Seixo e da Junta de Freguesia do Seixo. O Campo do Fojo era uma realidade, era uma obra cheia de vida que engrandecia aquela freguesia e a sua população. Era um gosto enorme ver aquele relvado cheio de atividades, não só com a equipa de futebol, mas também com o projeto de formação das escolinhas, e mais recentemente ter sido escolhido como um dos campos para a realização de alguns jogos, do torneio nacional de associações SUB 14 Futebol Feminino, que se tinha realizado no anterior fim de semana com a organização da Federação Portuguesa de Futebol, com o apoio de várias entidades sendo uma delas a Câmara Municipal de Mira. Apelou ao Sr. Presidente da Câmara, Artur Fresco,

para que agilizasse a reparação de algumas das suas ruas, já identificadas, que se encontravam bastante danificadas, a precisar urgentemente de serem reparadas. -----

---- **Interveio o Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira**, Francisco Reigota, que na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes. Enquanto Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira aproveitava aqueles momentos para colocar perguntas diretas sobre a Praia de Mira ao Executivo. Tinha-o feito nas Assembleias anteriores, e naquela iria ser novamente feito. No seu primeiro ponto, tinha a ver com as transferências de competências, como sabia no início daquele ano tinham estabelecido um acordo de transferência de competências entre o Município e a Junta de Freguesia da Praia de Mira, no entanto existiam alguns pontos que ainda não estavam definidos, e que colocavam alguns entraves e algumas questões pouco claras no dia a dia na execução dos trabalhos, nomeadamente intervenções em alguns sítios que não estavam contemplados naquele acordo. Deu como exemplo a rotunda do Miravillas e Miraoásis. Já a algum tempo tinha enviado e-mails a questionar aquele assunto, para tentar ver se chegavam a uma conclusão sobre a mesma. Entretanto tinha tido oportunidade de falar com o Vereador Tiago sobre o assunto, pelo qual lhe tinha explicado que iria fazer uma análise sobre de quem era a responsabilidade daquele espaço, sabendo que não era responsabilidade da Junta, ou seria do Miravillas, dos proprietários, ou da Câmara Municipal. O que acontecia era que na entrada dos dois aldeamentos, a população naquele momento sabia que havia uma transferência de competências, sabia que a Junta de Freguesia estava a tomar conta dos jardins, e não compreendiam como é que aquela rotunda estava num estado lastimável, como nunca tinha acontecido em todos os anos em que tinha sido Presidente de Junta de Freguesia. Queria o quanto antes uma resposta àquele assunto, tal como os espaços comuns do Aldeamento do Miraoásis. Os espaços comuns no Aldeamento do Miraoásis, eram vários nos quatro núcleos, o que

acontecera era que todos estavam naquele momento com falta de limpeza imensa, também precisavam de saber quem é que iria fazer aquelas intervenções e para quando. Outro assunto que tinha sido recorrente naquele Aldeamento tinha a ver com a piscina que estava ao abandono, e nem sequer estava bem vedada colocando em perigo os cidadãos, e gostaria de saber qual era o entendimento que a Câmara Municipal tinha sobre aquele equipamento, e o que é que pretendia fazer sobre o mesmo. Um segundo ponto que queria discutir, eram os pagamentos à Junta de Freguesia da Praia de Mira referente ao trabalho de manutenção e limpeza que tinham feito no Verão do ano anterior, na época balnear do ano anterior. Ainda naquela semana se falava da época balnear por parte do Sr. Presidente de Câmara, no entanto o pagamento das limpezas das casas de banho do ano anterior ainda estavam por fazer, estavam a falar de um valor de nove mil e poucos euros que, afinal de contas, certamente seria pouco significativo. De forma direta questionou sobre o estado do muro da lota, em que ponto estava e o que era para fazer. Passeios no Bairro do Norte iria haver intervenção e iria haver obra para colocar os passeios no Bairro do Norte, questionou. Quanto à biblioteca de praia, questionou se existia biblioteca de praia naquele momento, o que é que tinha acontecido à biblioteca de praia, naquele momento não viam biblioteca de praia. Havia duas questões que tinha colocado em todas as assembleias, evitava de as explicar porque toda a gente já as conhecia, uma tinha a ver com o barco da arte xávega e a outra tinha a ver com o Mercado Municipal da Praia de Mira, relativamente ao bar. Questionou o que é que tinha acontecido no final de contas, porque na última assembleia não lhe tinham respondido àquela questão, o que é que tinha acontecido com o bar e com a reclamação do proprietário, para ter abandonado o bar/restaurante, e o barco da arte xávega, em que ponto estava.

---- **Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Mira**, Carlos Costa que na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Nelson Maltez, na sua pessoa cumprimentava toda a mesa. Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,

na sua pessoa cumprimentava o executivo. Cumprimentava todos os deputados da Assembleia Municipal, os elementos do Gabinete, Chefes de Divisão, Comunicação Social e a todos que os seguiam a partir de casa. Dirigiu-se ao Sr. Presidente Artur Fresco, queria referenciar as obras que estavam em bom andamento no Bairro do Arieiro, em Carromeu, que tão desejadas eram e estavam a vê-las em andamento. Questionou, qual seria a previsão para a realização do saneamento e alcatroamento, das vias mais degradadas das populações da Freguesia de Mira. Afirmou que não os tinha atacado muito, mas naquela parte, teria que começar a falar um pouco em relação a toda a Freguesia. Era a Freguesia maior do Concelho, não se tinha manifestado muito apesar de saber quais eram as dificuldades. Como exemplo deu a Rua dos Cedros, que era uma Rua que ia da Rua do Chãozinho até ao Bairro Novo, que estava com uma grande urbanização em início e havia necessidade de repor aquela situação. O Beco do Chãozinho era uma zona relativamente pequena, mas que tinha já algumas habitações novas, também havia necessidade de ver. A Rua da Encarnação em Portomar, que aquilo continuava um caos, e havia necessidade de se ver aquela situação, como Valeirinha, Rua do Assena, a Rua dos Matos, entre outras que estavam a necessitar. Informou que tinha estado em reunião com o Engenheiro Nuno Gama, da empresa das Infraestruturas de Portugal, para ser informado de um pedido que a Junta de Freguesia tinha feito para tentar minimizar os riscos do atravessamento do lado do Cabeço, para o outro lado do Cabeço, por exemplo para a Sede para atravessar, que se sugeriu na altura uma passadeira, ou uma rotunda, ou outra solução. Na altura recomendaram colocar lá uma betoneira, na altura pensava que era para fazer cimento, mas não, era um semáforo que fazia de controlo de velocidade, a pessoa chegava lá carregava no botão que acionava o vermelho e as pessoas podiam passar na mesma passadeira. A informação que lhe tinham dado era que, na realidade estava contemplada, mas existia uma situação que era a falta de dinheiro em todo o lado, não sabiam para quando é que ela poderia ser feita.

Naquele ano já não era, pediram para continuar a reforçar para ver se pelo menos no ano seguinte ou em 2026, não sabia. Existia outra situação que já tinha tido algumas reclamações, estava a falar da Via do Infante, nos passeios. Todos gostavam das árvores, elas eram muito bonitas, mas havia certos sítios em que elas não deveriam ser plantadas. O que estava a acontecer era em frente à zona do Milénio e ao antigo café Luxemburgo, havia lá árvores que estavam a levantar toda a calçada, as próprias raízes estavam a passar por baixo dos muros e estavam a dar cabo de tudo aquilo. Em zonas onde existiam saneamentos e condutas de água, era outro problema que ia surgir. Tudo aquilo era da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, em que eles tinham que ir analisar porque depois havia a parte ambiental e muita coisa, mas a verdade era que cada vez mais os passeios estavam a deteriorar-se, as pessoas queriam passar com um carrinho de uma criança, as árvores estavam a obstruir porque já tinham dimensões um tanto ou quanto largas e, portanto, estavam a danificar os passeios. -----

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

----- 2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal, tentando responder ao que tinha conseguido apontar, respondendo à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, agradeceu os convites que lhes tinham sido dirigidos para o convívio dos Motards e para a Feira dos Grelos, eram dois eventos que já vinham sendo continuados e com muito sucesso. Falou no depósito de monos em vários locais que não eram apropriados, pensava ser transversal não só à Freguesia dos Carapelhos, mas a todas as Freguesias, em tudo quanto era sítio eram largados vários tipos de materiais, monos incluídos, que depois davam imenso trabalho a retirar dos locais, porque os serviços depois tinham que lá ir

carregar as coisas, tinham que pedir a recolha. Fazia o mesmo apelo que a Sr.^a Presidente tinha feito, a quem os ouvia, existia um número gratuito para ligar onde iam recolher aquele tipo de material à porta de casa. Era só ligar, marcar uma hora, colocar à porta de casa e era recolhido gratuitamente. Por isso apelava, para que os caminhos, as bermas de estrada, os contentores, que muitas vezes também era invadido com materiais que não eram próprios, ficassem mais libertos daquelas coisas. Os pequenos eletrodomésticos, podia ser possível, sim, já existiam vários pontos de recolha, nomeadamente na EB2 de Mira tinham um ponto de recolha para pequenos eletrodomésticos. Tinham no armazém da Câmara Municipal um Centro Circular de Recolha também para aquele efeito, tanto para pequenos eletrodomésticos como grandes eletrodomésticos. Era valorizável, podiam aproveitar imensos componentes, portanto se houvesse possibilidade de fazer parceria nomeadamente como os Bombeiros, como tinha sugerido, seria uma ótima ideia. Relativamente ao fungo das invasoras, a acácia, esclareceu que a Escola Superior Agrária de Coimbra estava a acompanhar junto com os Municípios que faziam parte da CIM e dos Gabinetes Técnicos Florestais, era uma preocupação, o controlo daquelas espécies invasoras tanto terrestres como aquáticas, como era o caso do jacinto. Estavam a acompanhar, embora ainda não houvesse grandes informações acerca do método e do programa que havia de ser desenvolvido para fazer aquele combate, de qualquer forma, quando houvesse mais informações concretas, através do Gabinete Florestal podiam fornecer mais informações. Relativamente à Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, Fernanda Seabra, que tinha tomado posse no domingo anterior, desejava-lhe muitas felicidades naquele cargo, a Fernanda já estava no executivo há dois anos e, portanto, sabia o que era o trabalho da Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia do Seixo muitas vezes funcionava em horário fora do expediente e aos fins de semana, portanto, não tinha funcionários a tempo inteiro, sabiam como as Juntas mais pequenas tinham aquelas dificuldades e a Fernanda com certeza já sabia

bem o trabalho que a esperava. Como tinha referido, e bem, o trabalho do anterior Presidente Rui Pedro tinha sido excelente, e como tinham trabalhado muito em conjunto também já se tinham inteirado das coisas, sabiam o modo de funcionamento. Queria desejar-lhes as maiores felicidades naquele cargo, e juntamente com o novo elemento, Sérgio Seabra que também fazia parte do executivo, tinha a certeza de que iriam ter a continuidade de um ótimo trabalho e a Câmara Municipal lá estaria para os apoiar. Relativamente ao Campo do Fojo, tinha sido inaugurado há pouco tempo, já lá aconteciam os jogos e também tinha acompanhado os resultados que não tinham sido os melhores, mas queria considerar que era a adaptação ao novo relvado, os resultados haveriam de aparecer. Era uma infraestrutura já necessária no Seixo e dotava o Município de mais aquele equipamento que, muito recentemente, tinha servido jogos que não eram propriamente da equipa do Seixo. Relativamente aos asfaltos das ruas, sabiam, era transversal a todas as Juntas, mas como no Seixo já tinham feito alguns metros de saneamento, se calhar o programa de asfaltamento seria incidente nas ruas que já tivessem saneamento, tinha muito mais lógica que assim fosse. Relativamente ao Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, devia dizer que as transferências de competências em determinadas partes podiam ser ambíguas, não ser muito específicas e depois gerava algum tipo de dúvidas. Quando eram consideradas pequenas reparações ou quando eram consideradas grandes reparações, ficavam sempre na dúvida o que era uma pequena reparação ou o que era uma grande reparação. Se pintar uma sala de aula numa escola seria uma pequena reparação, ou se era uma grande reparação, eram quatro paredes mais o teto. Podiam encarar aquilo como não sendo muito específico, porque senão era exaustivo ao ponto de não conseguirem ter uma redação curta e simples. Naquele sentido considerava também que existia ali alguma dúvida sobre a rotunda do Miravillas e do Miraoásis, porque ela sempre tinha pertencido à equipa de jardinagem do Miravillas, o que tinha acontecido era que, durante algum tempo, o Município

tinha contratado os serviços de jardinagem e aquela rotunda tinha sido contemplada pela equipa de jardinagem que lá tinha ido. Então se calhar a associação pensou que sendo assim ficaria ao encargo do Município. Aquilo tinha que ser esclarecido, portanto, aquela rotunda não era da competência da Junta de Freguesia, não estava lá discriminada, os metros não tinham sido contemplados e, portanto, não era da Junta de Freguesia, ambos sabiam aquilo. Tinha que ser esclarecido com a Associação de Moradores do Miravillas, que era a eles que pertencia. Os espaços comuns do Miraoásis, que também não estavam contemplados no acordo de transferência de competências, tinham que ver nomeadamente o caso da piscina que tinha falado, especificamente, e de alguns espaços comuns que não estavam no melhor estado de conservação, os serviços tinham que lá passar e fazer o relato completo de onde tinham que fazer as intervenções. Relativamente aos pagamentos da época balnear de 2023, não tinham sido realmente efetuados, a curto prazo fariam a transferência do montante que estava acordado. Relativamente às intervenções do muro da lota, estava prevista a intervenção daquele muro juntamente com os pavilhões, estavam a aguardar ainda a informação mais específica do que iriam fazer da parte do muro. Quanto aos passeios do Bairro do Norte, afirmou que iam fazer intervenções no Bairro do Norte, não em todo o Bairro do Norte, mas alguns metros em algumas ruas, aquelas que estivessem em pior estado de conservação. Relativamente à biblioteca de praia, tinha funcionado nos últimos dois anos e tinha estado aberta desde julho a meados de setembro. No período de Inverno, não era viável, a orientação que tinha virado ao mar, que a biblioteca de praia estivesse a funcionar. Podiam dizer que o acesso estava com areia, sim era verdade, mas não era espectável que uma biblioteca de praia estivesse aberta durante o Inverno. O que ia acontecer é que iam fazer as limpezas necessárias, e colocá-la em modo que fosse usada outra vez naquela época balnear. Relativamente ao barco da Arte Xávega, tinha acontecido uma coisa inusitada que não conseguiam controlar, tinham feito um ajuste direto, porque os

montantes da reparação assim o permitiam, com um senhor que trabalhava nessa área que tinha falecido. Sendo um acontecimento incontrollável, tiveram que optar por outra solução. Tinham falado com alguém que trabalhava com ele, mas que não tinha possibilidades devido às embarcações que se encontravam já no estaleiro, não tinha possibilidade de fazer aquela reparação antes da época balnear. Assim optaram por abrir concurso público e ver os timings, porque não aparecia mais ninguém diretamente que pudesse fazer o serviço que pretendiam. Iam ver os timings para ver se ainda iam a tempo daquela época balnear, porque o senhor que tinha ficado com o estaleiro do falecido só iria conseguir fazer a reparação do barco em setembro. Relativamente ao bar/restaurante do Mercado da Praia de Mira, tinham três assuntos para resolver ainda no mercado, um deles era realmente aquele em que a E-redes tinha estado no local, prendia-se com um quadro elétrico devido à potência necessária para os equipamentos. Havia apenas um quadro para o mercado completo, e para se poder fazer a distinção de consumos, o mais viável seria a instalação de um novo quadro exclusivo com a potência necessária para os aparelhos que eram usados em bar e restaurante. Respondeu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, informou que as obras do Bairro do Areeiro há muito aguardadas, estavam em fase de conclusão, a curto prazo estariam concluídas, durante o mês de maio ficariam completas. Andavam em asfaltamentos, a seguir iam colocar pavês em determinados locais, iria haver uma área de espaço verde depois as pinturas e ficava completo. Estavam em crer que a empreitada toda, durante o mês de maio ficaria concluída. A revisão das obras de saneamento e asfaltamento tinham previstas algumas, também para a Freguesia de Mira, que ainda haveriam de acontecer durante aquele ano de 2024. O Presidente da Junta tinha feito algumas referências, nomeadamente a Rua dos Cedros e o Beco do Chãozinho, eram ruas que estavam assinaladas. No Beco do Chãozinho estava certo que seria preciso fazer alguns metros de saneamento, na Rua dos Cedros seria a mesma coisa, se bem que era uma rua que até um certo ponto estava mais ou

menos transitável, e do meio para a frente não estava. Portanto necessitavam ali, porque pretendiam alargá-la, uma parte de expropriações. A parte da expropriação era sempre algo demorada e era da parte que estavam a tratar, para depois fazerem a ligação completa à rua que saía do Bairro Novo. Relativamente à postura do Presidente da Junta em relação às infraestruturas de Portugal, para atravessamento da estrada nacional 109, e a preocupação com as árvores no passeio na 234 era de louvar, em vez de recorrer constantemente aos serviços municipais para que se fizessem aquelas coisas, era bom que as Juntas de Freguesia também chegassem à fala com as instituições, diretamente, para relatar os problemas que existiam e para tentar resolvê-los, e, portanto, estariam atentos também. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira** que referiu ter ficado sem perceber quem é que ia cortar a relva, isso é que importava, o esclarecimento era, quem é que ia cortar a relva. Já sabia que a competência não era da Junta de Freguesia, aquilo não era preciso esclarecerem nem era preciso ir ele àquela reunião para descobrir aquilo, e também não era preciso aquela explicação para dizer que o que tinha sido acordado era de difícil escrita, aliás, tinha demorado dois anos para se escrever algumas coisas, percebia que tinha sido muito complicado chegarem à redação final do documento, no entanto, de forma muito objetiva, o que interessava às populações como é que ia ser feita e para quando. Já tinha três semanas que lá tinham andado, e aquilo estava a criar um mau ambiente nos moradores que pagavam um IMI, que não era assim tão pequeno, eram dois aldeamentos que pretendiam que fossem de qualidade, e logo o cartão de visita na sua entrada era algo que não dignificava ninguém. Não o dignificava a ele, como Presidente de junta, embora ele não tivesse

responsabilidade sobre o mesmo, por isso o que lhe interessava é que os assuntos fossem resolvidos. -----

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, referiu que iam ter uma reunião com a associação e clarificar de quem era a competência, ficava decidido. Se eles não fossem lá a curto prazo fazer a limpeza daquilo, os serviços municipais assumiriam o corte da relva na rotunda do Miravillas. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Sr. Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, cumprimentou todos na pessoa do Sr. Presidente da Mesa. Quis só fazer um pequeno esclarecimento antes da sua intervenção, não era um fungo nas acácias era uma mosca Australiana e estava a fazer um excelente trabalho em Mira, como já tinha constatado, se vissem naquela primavera já quase não tinha havido floração da acácia das espigas. Aproveitava para relembrar as últimas eleições legislativas. O ato eleitoral tinha decorrido dentro da normalidade, o partido CHEGA tinha colocado mais elementos nas mesas, a maioria eram jovens ou pessoas estreatantes. A maioria tinha gostado da experiência. Tinha chegado ao seu conhecimento alguns relatos que os obrigava a refletir sobre a dignidade que queriam dar aos atos eleitorais. Desde barulho excessivo nas mesas de voto, churrascos relativamente perto das mesas, noutros atos eleitorais mesas quase ao abandono para ir ver jogos de futebol. A democracia e a liberdade seria sempre o que se construía e o que se permitia. Relativamente aos resultados, salientavam a diminuição da abstenção, diminuição que se explicava com o

aumento da votação dos mais jovens e dos emigrantes que tinham podido votar naquele ato eleitoral. No que concernia a resultados o partido CHEGA, tinha sido a terceira força política mais votada em todo o concelho, de referir a Lagoa onde obtiveram o melhor resultado, por apenas dois votos não tinham sido a segunda força política naquela mesa, o excelente resultado na Praia de Mira, estando perto da segunda posição em algumas mesas, e nos Carapelhos que tinham sido a segunda força política. Gostaria de falar de liberdade, democracia e educação. Como estavam recordados, o partido CHEGA já tinha realizado um Conselho Nacional em Cantanhede com centenas de conselheiros nacionais, convidados internacionais, e jornalistas nacionais e internacionais, em que o Executivo Municipal muito se empenhou e apoiou na sua realização. Todos os partidos políticos eram recebidos com pompa e circunstância anualmente na EXPOFACIC. Os Agrupamentos Escolares de Cantanhede convidavam regularmente deputados de todas as forças partidárias, a realizarem palestras nas suas instalações. No último ano letivo a Escola Secundária de Mira recebeu, na altura, a eurodeputada Marisa Matias, eleita pelo Bloco de Esquerda, e inserida no grupo europeu de esquerda, esquerda Nórdica. Importava referir que aquela bancada no Parlamento Europeu defendia o fim da União Europeia, o fim do Euro e a invasão Russa da Ucrânia. Naquele ano letivo já tinha recebido a ex-deputada e ex-líder do Bloco de Esquerda, Catarina Martins, que tinha vindo falar de Igualdade de Género. Importava referir que enquanto líder partidária e quando teve que despedir funcionários, começou imediatamente pelas mulheres que trabalhavam para o partido. Há pouco tempo antes tinha recebido o historiador Fernando Rosas, ex-deputado do Bloco de Esquerda, que o único mérito que lhe reconhecia era defender a tese de que o Estado Novo não era um regime fascista, mas sim autoritário. Em todas aquelas situações tinham chegado ao seu partido indignações por parte de alunos, ex-alunos e encarregados de educação. O Seu partido inicialmente tinha enviado um e-mail ao Agrupamento de Escolas, mostrando a sua disponibilidade para a vinda de

uma deputada do seu partido. Numa segunda fase, tornou aquela disponibilidade pública, e por último tentou mesmo agendar entre o Grupo Parlamentar do CHEGA e a Direção da Escola Secundária de Mira, uma visita palestra. A Direção respondeu com um emaranhado jurídico a inviabilizar e a impedir a sua visita. O curioso é que noutros Agrupamentos de Escolas, alguns vizinhos, a legislação devia ser outra porque todos os deputados eram bem-vindos, mesmo sendo a visita palestra proposta de um dia para o outro, pois todos contribuíam para a formação integral dos jovens. Podiam encher a boca com discursos de abril, liberdade e democracia, mas fariam muito mais se tivessem uma escola de portas e janelas abertas para todos. -----

---- **Interveio a Deputada Zélia Morais** (PS), desejou boa tarde a todos os presentes. Prosseguiu afirmando que, num passeio pelo Concelho pôde constatar abandono por todo o lado. O que mais a impressionou foi o estado a que chegaram os centros das suas terras e as fontes. As fontes não tinham uma digna daquele nome, num Concelho tão rico em recursos hídricos, era o caso a que tinham chegado as fontes da Ermida, Corujeira, Ramalheiro, Arneiro, Presa, Valeirinha, Seixo, Fonte da Barroca, e até a de Portomar, onde a fonte da Maceira, tão famosa e antiga, estava num mesmo estado de miséria, próxima da casa das pessoas. No geral, como há pouco tinham celebrado o 25 de abril, e muito bem, recordava o herói Salgueiro Maia, citava as suas palavras no momento em que tinha dito: *“Meus senhores, como todos sabem há diversas modalidades de estado, os sociais, os corporativos e o estado a que chegamos.”* Era mais que oportuno começar a cuidar do património em geral, ambiental, cultural, patrimonial, porque também, infelizmente, tinham chegado aquele estado. -----

---- **Interveio o Sr. Deputado Gabriel Pinho** (PSD), cumprimentou o Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, os Deputados, público em geral, comunicação social. O Presidente da Junta de Mira tinha falado nas árvores, era capaz de ter alguma razão, e ele também ia falar numa árvore. Não

havia ninguém naquele concelho que tivesse plantado tantas árvores como ele. Todas as árvores que os Carapelhos tinham, tinham sido postas por ele, com as suas mãos, às vezes com um ajudante, outra vezes só. O que acontecia era que, em dias anteriores, e tantas vezes lhe tinha sido pedido para deitar uma árvore, ao pé da Escola Primária, abaixo e ele no seu tempo não a tinha deixado deitar abaixo. A razão era que as professoras e os pais, daquela vez eram mais os pais que os professores, era que as abelhas atacavam os meninos. Ele nunca se lembrava de nenhum menino ser atacado pelas abelhas. Deu muita vez o exemplo de que não havia mais abelhas do que nas terras da sua agricultura. Nos nabos, quem andava aos grelos, eles já estavam floridos sempre se encontravam abelhas, nunca tinha visto ninguém a queixar-se que tinha sido mordido por uma abelha. Há dias, quando se tinha dirigido pelo meio da Freguesia, deparou com os homens da Câmara a deitar uma árvore, que tinha sido plantada por ele há cerca de 40 anos, abaixo. Já lhe tinha sido pedido muita vez, eles falaram para ele, quase que nem lhe apeteceu falar para os homens da Proteção Civil, para os Sapadores, parecia que lhe estavam a cortar um pedaço dele. Uma árvore mais grossa que ele, cortada e trazida na camioneta da Câmara, não sabia para quem, mas tinha ficado muito, mesmo muito triste. Aquela árvore era um eucalipto, tinha sido a Câmara de Aveiro a dar-lhe seis, um tinha sido o vendaval a deitar abaixo, tinha sido aquela e ainda restavam duas lá. Graças a Deus, já tinha plantado naquilo que era dele, filhas daquelas seis, só lhe escapou uma porque tinham morrido. Tinha pena porque elas no mês de agosto, era um eucalipto próprio de jardim, eram muito bonitos. Por isso lamentava só, terem cortado a árvore, aquela árvore, só pelo pedido das mães com medo de lhe morderem os meninos com as abelhas, tinha pena porque se não houvesse abelhas também não havia mel, e todos eles gostavam de mel. Lamentava mesmo muito. Tinha ouvido os discursos de abril com muita atenção, tinha gostado muito dos discursos. Foi para casa, sentou-se a ver televisão e tinha visto os discursos todos dos deputados do princípio ao fim. Ouviu um

discurso que parecia ser um discurso tipo, era igual ao que tinha ouvido ali, também o tinha ouvido na televisão, ali só não se tinha falado nas palavras do Presidente da República, de resto tinha sido a mesma coisa. Pensava que aquilo era um discurso tipo, onde se pregava contra, não sabia como dizer que até lhe esqueciam as palavras, mas havia uma coisa em que o discurso não batia certo, nem o de Lisboa nem o dali, porque falavam contra a corrupção, porque a corrupção estava assim e estava assado, iam ver e não era só a corrupção, era a corrupção, as ilegalidades e ali naquele caso batia-se há tanto tempo com discurso daquele senhor contra as ilegalidades, contra tudo e contra todos, e era ele próprio que há quase vinte anos continuava com uma piscina ilegal. Por isso dizia que aqueles discursos eram só bons para fora, porque, para eles para dentro, aqueles discursos não valiam. Gostava de ver um dia, a legalização daquela dita piscina. Aproveitava para perguntar ao Sr. Presidente em que estado estava, se ainda continuava a dizer que o terreno não era dele. -----

----- **Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):-----**

----- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, as intervenções do Deputado Augusto Miranda tinha sido um esclarecimento que agradeciam, em relação ao fungo que era uma mosca Australiana, ainda por cima que andava a fazer o trabalho dela. Agradeceu o esclarecimento. Relativamente aos comentários que tinha tecido relativamente às eleições legislativas, era a opinião do Deputado, não ia tecer considerações. Relativamente à Deputada Zélia Morais, estava tudo ao abandono, os centros das suas terras principalmente as fontes. Não podia concordar, não estava tudo ao abandono e depois especificamente determinadas coisas que abordava, sabia que necessitavam de intervenção em algumas localidades e em alguns pontos específicos de cada localidade, no entanto as fontes sendo uma competência das Juntas de Freguesia, estava

consciente que, se calhar, os presidentes de Junta ali presentes teriam em atenção comentário que tinha feito, que tinha nomeado várias fontes quase em todas as Freguesias menos na Praia, se calhar na Praia devia estar tudo bem. Mas estava ciente que, os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia haviam de ter tomado nota, e por isso haveriam de fazer as reparações que seriam necessárias. Relativamente ao Deputado Gabriel Pinho, sabia perfeitamente os anos que presidiu a Junta de Freguesia, e antes disso como habitante, o trabalho que tinha feito, realizado, nomeadamente a plantar as árvores, também lhes custava quando iam abater árvores. Mas, como exemplo, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira tinha feito um alerta para árvores que estavam colocadas em sítios indevidos, e que estando no meio dos passeios causavam transtorno aos transeuntes impediam a mobilidade a pessoas que tinham a mobilidade reduzida. Muitas vezes passava por situações que eram inevitáveis e tinham que acabar por as abater, não estava a dizer que tinha sido o caso daquela árvore na escola dos Carapelhos, que era inevitável, não estava a dizer isso, mas tinha sido um pedido realizado pela associação de pais e pelos funcionários, o pedido tinha sido acedido. Era evidente que o abate de uma árvore era sempre triste, as árvores era plantar em vez de uma, duas ou três para tentar compensar. Relativamente ao processo do caso da Piscina, pediu ao Sr. Presidente da Assembleia autorização, para passar a palavra ao Sr. Vice-Presidente para responder. -----

--- **Interveio o Sr. Vice-Presidente**, cumprimentou todos os presentes, agradeceu a questão colocada. Achava que não devia explanar o assunto naquela Assembleia Municipal, por ser do foro pessoal do Município, o prazo estava a decorrer, sugeriu ao Deputado que apresentasse um requerimento ao abrigo do estatuto de Deputado da Assembleia Municipal para consultar o processo, tal como o Deputado Augusto já o tinha feito relativamente a outras matérias. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

5.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

-----**Interveio o Deputado António Gonçalves (PS)**, cumprimentou todos os presentes e todos os que assistiam nas plataformas online, nas pessoas do Sr. Presidente da Assembleia e do Sr. Presidente da Câmara. Começou por dar os parabéns pela forma como tinham decorrido as comemorações dos 50 anos do 25 de abril, mas não podia deixar de fazer dois ou três reparos. Pareceu-lhe alguma falta de sensibilidade por parte do Sr. Presidente da Câmara, quando no seu discurso e na parte dos cumprimentos, não o fez à pessoa do Dr. Raúl Almeida que por acaso estava presente na sala, só por acaso era o mais recente ex-Presidente e só por acaso era o Presidente da Região de Turismo do Centro. Além disso, embora muitas pessoas não se tenham apercebido, no mesmo discurso o Presidente Artur Fresco iniciou as suas palavras fazendo uma crítica ao atual Presidente da Assembleia, Nelson Maltez, e ao Dr. Maduro Ex-Presidente. Afirmou que o espaço onde tinha decorrido o evento e onde se encontravam, era uma realidade pois antes não passava de ruínas. Era bom lembrar que aquele espaço tinha sido destruído e colocado em ruínas, exatamente por uma gestão do PSD liderada pelo Dr. Maduro e que tinha o Sr. Nelson Maltez como Vice-Presidente. Aqueles dois factos revelavam algum amadorismo, e falta de rigor e de solidariedade para com os Ex Representantes do PSD. Continuou a sua intervenção informando que no dia anterior, o Átrium tinha sido palco de uma Assembleia da CIM. Atrás dele estiveram sentados alguns Deputados que faziam parte da Figueira da Foz, disse ter ficado um bocadinho envergonhado com o que eles tinham dito, referindo-se aquele espaço como desconfortável, com as bancadas onde não se podia estar sentado por muito tempo porque as cadeiras compradas eram de fraca qualidade, e por isso as mais baratas do mercado. Relativamente àquela mesma Assembleia, mostrava o seu desagrado pelas fracas transições técnicas, da qualidade de

imagem para os diferentes ecrãs. Foram obrigados a desistir daquela mesma transição. A cereja no topo do bolo foi quando tinha reparado que tinham colocado o símbolo Nacional de cabeça para o ar, e continuava assim. Mais uma vez se tinha demonstrado o amadorismo, e até a falta de respeito para com todos os que estavam presentes na Assembleia. A rever em ocasiões futuras. -----

---- **Interveio a Deputada Clara Clemente** (PSD), cumprimentou todos os presentes na Assembleia, bem como todos os que assistiam em casa. Quis fazer uma referência à 11ª Edição do evento “Vale a Pena Ver de Novo”. Tinham sido envolvidos alunos do Agrupamento de Escolas de Mira, IPSS, Sapadores Florestais, Bombeiros Voluntários de Mira, GNR e Juntas de Freguesia. Aquela iniciativa promovida pelo Município, inseria-se no plano de atividades de Educação Ambiental do programa Bandeira Azul. Como segundo ponto, falou que o Município de Mira tinha procedido à requalificação de uma área na margem da Barrinha, conhecida por todos como a antiga prancha e a Ilha dos Namorados. Falou no importante protocolo celebrado entre o Município de Mira e a Associação de Pesca, com vista à preservação e promoção da Arte Xávega. Como era de conhecimento geral, aquela tradição secular devia continuar a fazer parte do seu património cultural. Aquele acordo comprometia a Câmara a apoiar as várias iniciativas da Associação, visando a proteção e desenvolvimento da Arte Xávega. Tal como a Arte Xávega devia ser preservada e dinamizada, todos os que visitavam e desfrutavam das suas praias deviam sentir segurança e proteção. A iniciativa em contratar nadadores salvadores, em parceria com a Associação Adamastor, para fazerem a vigilância do Poço da Cruz e Praia de Mira, foi considerada muito responsável por parte da Câmara. A afluência à praia tinha sido grande e tinham-se registado afogamentos, não naquela praia, felizmente devido àquela proteção. Aproximava-se a época balnear, o Sr. Presidente já tinha ali feito referência àquele assunto, portanto não valia a pena estar a falar sobre o mesmo, pois estava salvaguardada a limpeza e manutenção antes da época balnear. Terminava com cinco estrelas, a Praia de Mira tinha

conquistado pela terceira vez consecutiva, o prestigiado prémio cinco estrelas na categoria “praias”, destacando-se como único destino da região de Coimbra a receber aquele reconhecimento. Aquela distinção era um tributo ao esforço incansável e à dedicação daquela comunidade local. Gostaria, só por último, deixar uma sugestão, a Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos e o Sr. Presidente já tinham falado dos monos, também fazia referência aquilo fazendo uma sugestão, seria possível colocar nos contentores aquele número de telefone gratuito, porque havia pessoas que desconheciam aquele número nem sequer sabiam que existia. Vivia numa rua principal onde era depositado tudo e mais alguma coisa, não só pelos moradores daquela rua, mas porque era uma zona de muita afluência e passagem. Já se tinha apercebido de pessoas que não moravam lá, não eram lá de perto, mas iam lá depositar coisas até durante a noite, portanto deixava a sugestão. -----

---- **Interveio o Deputado Carlos Nora (PS)**, começou por cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa e restantes elementos, Sr. Presidente da Câmara e seus Vereadores, os colegas Deputados, público lá em casa, comunicação social e os técnicos ali presentes. Começou por se regozijar pelas comemorações dos 50 anos do 25 de abril de 1974. 25 abril sempre, ditadura nunca mais! Questionou o Sr. Presidente da Câmara para quando estava projetada a edificação da sede do Ala Arriba. Como sabiam, os sócios do Ala Arriba tinham dado o seu estádio à Câmara Municipal, tinham-no doado, onde havia uma escritura onde a Câmara se obrigava a edificar a sua sede dentro do Campo do Ala Arriba. Passados tantos anos continuavam na mesma, o Ala Arriba não tinha sede. Já chegava, era a altura, como Presidente do Conselho Fiscal do Ala Arriba, era altura de começarem a exigir aquilo e iam fazê-lo. Perguntava como estava a situação dos multibancos que naquela Assembleia já tinham dito que estavam a tratar daquilo, era o multibanco na Lentisqueira e na Barra de Mira. O parque do Lagonense continuava desprezado há anos, era uma vergonha e de facto já era altura de fazer outro postal diferente na Lagoa. Quis parabenizar o Mestre Manuel Gabriel,

pelo lançamento, no sábado anterior dia 27, no Centro Cultural da Praia de Mira, do seu segundo livro, “Entre as Brumas do Mar e da Terra”. Um livro que tinha contado com o apoio da Junta de Freguesia da Praia de Mira, do Centro de Estudos do Mar, do Sr. Presidente Alfredo Pinheiro Marques e do Paulo Gabriel, diretor do jornal “A Voz de Mira”. Como já lá tinham falado nas árvores, pedia que tivessem muito cuidado, tinha muito respeito pelas árvores, já tinha chegado os incêndios que lhes tinha destruídos as árvores que tinham ali e, pelos vistos, estavam a apontar para deitar árvores abaixo nos Leitões. Tinha lá passado naquele dia com um amigo, que disse que as árvores estavam muito bonitas. Pedia para pensarem só nas árvores que havia em Anadia, enormes, e as árvores que havia na Curia, nunca ninguém as tinha deitado abaixo, e naquele momento as árvores que tinham em Portomar também eram extraordinárias. Pedeu para que pensassem bem antes de deitar árvores abaixo. -----

----Findas as terceiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: 5.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):-----

----- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, começou por referir que o 25 abril tinha trazido várias liberdades, uma delas era a liberdade de expressão que se enquadrava naquilo que se pensava dizer, ou escrever. Cada um podia dizer o que lhe apetecesse ou escrever o que lhe apetecesse, sendo que algumas daquelas coisas podiam ter consequências, não se podia dizer tudo o que se queria, por vezes havia processos em tribunais por causa do que se disse e não se devia ter dito. Os discursos que eram feitos de improviso, por vezes diziam-se palavras que não se deviam dizer, mas os discursos escritos, ao se escrever permitia mais controlo nas palavras, e alguma maturidade ao que lá estava escrito. Afirmou não concordar em absoluto com o Deputado António José, tinha sido ele a escrever o seu discurso, e por isso tinha o direito de dizer o que entendia estar correto. Também não tinha concordado com certas coisas que

tinham sido lá ditas no dia 25 abril, aproveitava o momento para mostrar seu profundo desagrado com coisas que tinham sido lá ditas em discurso. Era respeitador das liberdades, cada um devia assumir as palavras que diziam. Relativamente ao cumprimento ao Dr. Raúl Almeida, tinha saudado os Ex-Presidentes presentes naquela sala, onde ele estava englobado, havia mais Ex-Presidentes da Câmara presentes e então fez aquela saudação. Antes do início das cerimónias, já tinha falado com o Dr. Raúl para saber em que qualidade se fazia representar ali, caso fosse como Presidente da Região Turismo do Centro, teria lugar na primeira fila, porque era convidado. Relativamente à crítica ou não que se pudesse interpretar ao Presidente Nelson Maltez, ou ao Dr. Mário Maduro, era uma maneira de estar ou de pensar, não achava que tenha sido uma crítica. Criticava quando havia estruturas ou infraestruturas degradadas, fosse quem fosse o autor a tomar contas delas, os executivos que se sucediam deviam tomar conta do património, era isso que entendia. Tinha sido assim com aquele espaço onde se encontravam, concordava que pudesse haver algumas melhorias a fazer, às portas, ou à cadeira, ou à casa de banho, uma série de coisas, acontecia em suas casas quando as construía, aceitava isso. Entenderam que deviam ter feito aquela recuperação e foi feita, assim como foi feita na AIBAP que estava completamente ao abandono com dívidas que nunca mais acabavam, e agora tinha lá muitas empresas a funcionar, com salas alugadas e a prosperar. Eram maneiras de ver as coisas. Não podia concordar com o amadorismo, aceitava a crítica do símbolo porque não tinha lógica nenhuma, era evidente que tinha que concordar. Relativamente à Assembleia Intermunicipal, se tinham sido aqueles os comentários que tinha ouvido era de lamentar, tinha lá estado presente, mas não durante muito tempo. As pessoas tinham assistido ali a vários tipos de eventos, alguns deles longos, e nunca tinha ouvido aquele tipo de comentários, aceitava, tinham que tentar melhorar aquilo. Relativamente à intervenção da Deputada Clara Clemente, tinha falado da praia fluvial, das iniciativas que tinham levado a cabo, nomeadamente, na plantação

de árvores e da bandeira azul. Tinham até a manhã daquele dia a titularidade da bandeira azul da Praia de Mira, desde que existia o galardão, tinha tido naquele mesmo dia a confirmação de que mais uma vez tinha sido atribuído à Praia de Mira aquele galardão, passavam portanto, a ter tinta e oito anos de excelência na Praia de Mira, dezoito anos consecutivos na praia do Poço da Cruz, estavam todos de parabéns, todos, porque todos tinham que trabalhar naquele sentido, para a continuidade daquele que era um galardão único em património mundial. Relativamente à Arte Xávega, sim, tinha acontecido uma reunião, não tinha sido organizada por eles era uma reunião que era feita em vários locais do país, e calhou daquela vez a ser feita em Mira. Tinham-na realizado ali mesmo, no Átrium. Naquela reunião, onde estavam presentes outras entidades, resolveram atribuir um apoio para a Arte Xávega. Como sabiam existiram muitas companhas a laborar, naquele momento já só existiam duas e a tendência era que cada vez mais, existissem menos pessoas dedicadas aquele trabalho. Era uma tradição com muitos, muitos anos, tinha sido durante muito tempo o método de sobrevivência de muitas famílias, portanto, seria uma pena que um dia viesse a ser extinta. O incentivo tinha sido monetário para a Associação de Pesca fazer chegar, se é que ainda não o tinha feito, às respetivas companhas que estavam a laborar. Era a maneira de mostrar que estavam interessados, que queriam dar continuidade à Arte Xávega em Mira. Relativamente à Adamastor e ao SPA (Serviço de Prevenção em Afogamento), tinham tomado aquela decisão e ainda bem que a tinham tomado, porque tinham acontecido alguns acidentes, felizmente fora daquele território, mas eram sempre de lamentar. Com as elevadas temperaturas e o estado do mar agradável, aparentemente, as pessoas tinham tendência a deslocar-se para as praias, portanto, tinha sido a pensar na prevenção do que poderia, eventualmente, correr menos bem, que tinham contratado dois nadadores salvadores da Adamastor, e tinham colocado uma viatura disponível para o uso naquele fim de semana. Relativamente aos monos, o alerta que ficava e era comum, tinha o número guardado e ia passar a divulga-

lo, era o 239 161 073. A ideia de o colocar nos contentores, era uma boa ideia, já lá tinha estado em tempos, com outro tipo de avisos sobre os resíduos que se podiam ou não colocar dentro dos contentores, mas era, sim, uma boa ideia. Relativamente ao Deputado Carlos Nora, mais uma vez o 25 abril, e ainda bem que muitos dos que tinham lá feito as suas intervenções tinham referido o 25 abril. Os 50 anos tinham sido comemorados no país inteiro, já era normal que as pessoas saíssem à rua para comemorar o 25 abril, mas nada se comparava com os 50 anos que era naquele ano. A nível geral, muitos Municípios tinham optado por fazer comemorações especiais por se tratarem dos 50 anos. Já tinha tido oportunidade de dizer que o Município de Mira se tinha associado aquelas celebrações, não só com as comemorações oficiais no dia 25, mas desde o princípio de mês que tinha havido várias iniciativas relacionadas com as bibliotecas, com o Agrupamento de Escolas, com os museus, tinham sido realizados muitos eventos, palestras, exposições, debates, ciclo de cinema. O último evento tinha acontecido ali, no sábado anterior com o Coro Legatto e com músicos convidados, tinha sido um espetáculo digno de se ver, muito bom. Aquele mês de abril também tinha trazido, além do empenhamento das associações do Município para que se fizessem mais eventos, e eventos com qualidade. Relativamente à edificação da sede do Ala Arriba, pois estava celebrada em escritura que o Município tinha obrigação de construir a sede. O Ala Arriba não estava sem sede, tinha uma sede provisória já há bastante tempo. Era pena que, desde a assinatura, não tivessem logo começado a fazer e a tecer as construções para aquilo, se calhar, quando tinha sido a assinatura já estaria feito. Não podiam esquecer que além do primeiro sintético que estava no Estádio Municipal, já tinham sido inauguradas as bancadas e já tinham sido feitos os balneários. Se tivessem disponibilidade financeira, seriam os primeiros a aceder aquele pedido, de ir lá contruir a sede, umas casas de banho condignas para o público, que precisavam de lá estar também, mas não havendo disponibilidade financeira, tinham que ir protelando um pouco até conseguirem que aquilo

acontecesse, mas sim, sabiam que era um compromisso que tinham que assumir e seria feito. Quanto aos aparelhos multibanco, a informação que tinham era que estava em agenda e estavam os contactos feitos com as entidades, ainda não tinham chegado a um acordo para as instalações. Do parque do Lagonense, tinha uma parte que estava estimada, depois de passar a ponte, concordava que não estava no melhor estado de conservação. Era uma parte mais deserta que já tinha tido infraestruturas, que infelizmente tinham desaparecido, mas, tinha lá passado regularmente, na parte junto ao parque infantil, junto ao campo de jogos, a Junta de Freguesia tinha lá feito um trabalho de limpeza e manutenção, que tinha acompanhado. A outra parte, tinham que estudar ao certo o que é que haviam de fazer para a recuperação do espaço. Árvores abaixo, não, claro, se calhar não seria o Município a deitar as árvores abaixo na Av. do Infante nos Leitões. Se as Infraestruturas de Portugal assim o entendessem, se tivesse que haver intervenção, lá estariam para dar a sua palavra também. O Sr. Presidente da Câmara, pediu autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para passar a palavra ao Vice-Presidente para responder ao deputado. -----

---- **Interveio o Sr. Vice-Presidente**, queria deixar duas ou três notas sobre o que tinha sido falado e questionado. Relativamente às comemorações do 25 de abril, uma palavra de agradecimento a toda a equipa Municipal, sem eles nada daquilo teria sido possível. Tinham feito uma série de iniciativas durante o mês de abril, um agradecimento também, à Filarmónica, à União de Músicos, aos quatro vocalistas que tinham estado presentes, aos Grupos Folclóricos e a todos que tinham estado envolvidos, sobretudo na tarde do dia 25. No outro tema que era o ATRIUM, era o primeiro a dizer que havia melhorias a fazer, já o tinha dito ali publicamente, era de ressaltar que tinham comemorado um ano de abertura no anterior 25 abril, era sempre com enorme gosto que via aquela sala repleta, sobretudo com os elementos do Partido Socialista ali presentes. Como sabiam, na inauguração, no dia 25 de abril de 2023, nem todos tinham querido estar presentes, aliás, uma mancha negra do Partido Socialista de Mira tinha tentado

por tudo para que a ministra Ana Abrunhosa, não estivesse presente naquela inauguração. Portanto, nada daquilo, tinha a ver com liberdade. A própria Ministra tinha enviado um e-mail, do Partido Socialista, a dizer que não queriam que ela lá estivesse. Relativamente àquelas coisas das apresentações, tinha sido com muito gosto que tinha estado, na qualidade de Vice- Presidente, com o Vereador Bruno Alcaide na apresentação do livro do Mestre Manuel Gabriel na Praia de Mira, uma excelente obra, já tinha tido oportunidade de o felicitar pessoalmente e publicamente, questionou se sabiam quem tinha feito os cumprimentos oficiais ao Vice – Presidente e ao Vereador da Câmara Municipal, afirmou ter sido um elemento do grupo coral, aproveitava para lhe dar os parabéns, ao Sr. Carlos Nora, pelo excelente espetáculo, portanto , tinha sido preciso o Carlos Nora fazer os cumprimentos oficiais naquela sessão. Não tinha ficado melindrado com aquilo, não tinham tido cadeiras reservadas, mas para ele estava tudo bem, o que interessava é que tinha sido uma excelente obra e uma grande tarde, dava os parabéns à Junta de Freguesia, na pessoa do Sr. Presidente pela tarde dinâmica e cultural que tinha preparado. -----

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Assembleia**, tinha sido visado pelo Sr. Deputado António Gonçalves (PS), tinha ficado muito sensibilizado com a preocupação dele em defender a honra do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Tinha referido factos, em que ele não tinha intervindo na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, mas na qualidade de Vereador de um outro Executivo em determinado tempo, mas devia dizer que não tinha ficado nada melindrado com o discurso do Sr. Presidente da Câmara, não tinha dito nada que o pudesse melindrar. Dispensava a solicitude, se algum dia tivesse que defender a sua honra e a sua dignidade, de certeza que não lhe iria pedir a ele. Portanto ficava esclarecido. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

6.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Manuel Inocêncio (PSD)**, cumprimentou o Presidente da Mesa da Assembleia, que todos se sentissem cumprimentados. Quis dar os parabéns ao Executivo da Câmara Municipal pela sua promoção à 3ª Edição do Mira à Mesa. Cada vez mais aquele evento assumia um carácter muito importante em todo o concelho, uma vez que aderiam aquela iniciativa inúmeros restaurantes e confrarias. A sua dinamização promovia de um modo particular, também a gastronomia, mas também a cultura e identidade de Mira. Promovia a rede de restauração, trazia mais gente ao concelho, promovia a produção local. Era, sem dúvida, uma aposta ganha que devia continuar a ser incrementada e dinamizada com o apoio da Câmara. Parabenizou o Executivo, por aquele se ter associado à comparticipação de cinquenta por cento ao valor total de uma ambulância de socorro, entregue aos Bombeiros Voluntários de Mira no dia 21 de abril. Todos sabiam que a manutenção daquela estrutura exigia recursos muito importantes, e os meios financeiros nem sempre eram abundantes. Aquela comparticipação tinha sido muito bem-vinda, porque só com meios operacionais, com viaturas em bom estado, é que poderiam dar resposta às populações. Tinha visto no site da Câmara o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 20/30. Havia lá uma parte em que a população era chamada a preencher um questionário, mas aquele questionário não estava acessível, quem quisesse dar alguma sugestão, não conseguia. Pensava que só com o apelo ao civismo da população, já não iam lá, achava que tinha que se encontrar uma estratégia diferente, para promover a correta triagem daqueles resíduos. Viviam num espaço rural e toda a gente via o que se passava nos contentores das populações, era lá colocado de tudo, nomeadamente os verdes, quem cortava a relva do jardim, dava-se ao trabalho de ir colocar a relva no contentor, era inacreditável. Pensava que naquela estratégia nacional estava contemplada a atribuição de postos de compostagem, comunitário ou familiar, questionou se estava planeado aquela entrega a algumas famílias, porque, como todos sabiam, a taxa do lixo era indexada à quantidade de água gasta, o que era um erro crasso

porque havia muita gente que não gastava água e produzia lixo a trambolhão, e metiam tudo o que não deviam nos contentores. Pensava que a literacia naquela matéria à população era urgente e a começar de imediato, porque todos sabiam o problema que tinham pela frente. -----

---- **Interveio a Deputada Andreia Petronilho (PS)**, cumprimentou todos os presentes. Gostaria de parabenizar a organização dos 50 anos do 25 de abril em Mira. Congratulava em especial as participações dos líderes de bancada, da sua colega Maria José e Lurdes Mesquita, porque no ano anterior, 2023, não tinha havido lugar à participação feminina. Naquela altura já tinham uma líder feminina da bancada do PSD, e também a Associação homenageada, Bombeiros Voluntários de Mira, era presidida por uma mulher. Já que se falava de lugares, em relação à organização e marcação de lugares era da opinião de que, sendo os Deputados Municipais convidados a participar, deviam ter lugares atribuídos. Também não ficava melindrada com o não ter lugar marcado, mas achava que seria protocolar. Também era da opinião que além dos Presidentes de Junta de Freguesia terem lugares marcados, também deveria ser extensível a Vice-Presidentes e Presidentes de Assembleia de Freguesia. Em forma de uma nota final, numa próxima celebração do 25 de abril, ficariam todos a ganhar com mais participações a nível de discursos, como por exemplo os Presidentes das Juntas porque eram, sem dúvida, o órgão mais próximo do povo. -----

---- **Interveio a Deputada Lurdes Mesquita (PSD)**, cumprimentou os Exmos. Sr. Presidentes da Assembleia Municipal, e Presidente da Câmara, Vereadores, Deputados e Colegas. Naquele ano comemoravam 50 anos de liberdade, 50 anos de democracia. No anterior dia 25 tinha-se cumprido abril. Centenas de milhares, provavelmente milhões, de pessoas tinham festejado a liberdade por todo o país. Festejavam a coragem e a perseverança. Festejavam os valores que tinham inspirado o movimento dos Capitães, o desejo de liberdade de expressão, a busca pela igualdade, e a determinação de construir um futuro melhor para todos os Portugueses. Os valores da revolução de abril, liberdade,

igualdade, justiça e solidariedade eram mais do que simples conceitos, eram os pilares em que a sociedade se erguia. A revolução dos cravos tinha trazido liberdade, democracia e eleições livres. Relembavam a frase de Salgueiro Maia para os seus Soldados, *“Meus senhores, como todos sabem há diversas modalidades de estado, o estado Socialista, o estado Capitalista e o estado a que chegamos. Ora, nesta noite solene, vamos acabar com o estado a que chegamos”*. No último ano o país tinha visto uma imensa fase de contestação social nas ruas, fruto da crise do Serviço Nacional de Saúde, na educação, Escola Pública, na habitação, na justiça, tudo conquistas de abril e que o povo sentiu que estava em risco. Também tinha crescido, de forma desmesurada, a desconfiança do povo nas instituições públicas, nos detentores de cargos públicos, nos eleitos, quer fossem autarcas ou governantes. O populismo atacava de forma insidiosa a base da democracia, ao generalizar que os partidos políticos e os eleitos eram corruptos, que eram todos uns malandros. Sim, havia muitos interesses instalados na sociedade, quer fosse na administração pública, quer fosse na administração privada. Mas não havia democracia sem partidos políticos. Aquela menorização de quem escolhia a militância política, era um ataque ao sistema democrático. Não havia democracia sem os partidos políticos. O sistema democrático construía-se com todos, Partidos Políticos, Cidadãos Independentes, Parceiros Sociais, Empresários, Associações, Organizações não Governamentais, enfim, todos eles. A gestão da coisa pública requeria transparência e rigor, e tinha que ser descortinada, mas não se podia atacar de forma despudorada os eleitos. Havia muitos homens e mulheres dedicados, competentes e honestos, a dedicarem-se a rés pública e de repente eram enxovalhados, vilipendiados na praça pública. Homens e Mulheres que ficavam com a sua vida suspensa, durante anos à espera que a justiça cumprisse o seu dever. A justiça estava a prestar um mau serviço à democracia. A justiça tinha que ser cega, imparcial, ter equilíbrio e ponderação. Referiu que na última Assembleia ao falar das conquistas de abril, tinha manifestado a sua

preocupação para os elevados índices de abstenção nos últimos atos eleitorais. A taxa de abstenção tinha diminuído nas últimas legislativas de 10 de março, e o mapa eleitoral do país tinha mudado. A Aliança Democrática tinha ganho, com uma diferença mínima, era certo. Tinha conquistado oitenta deputados para o parlamento. O Partido Socialista tinha ficado em segundo lugar com setenta e oito deputados, o CHEGA tinha sido o terceiro partido mais votado, tinha conquistado cinquenta deputados, a Iniciativa Liberal, oito deputados, o Bloco de Esquerda, cinco deputados, a CDU e o LIVRE, quatro deputados cada, e o PAN tinha mantido uma deputada. A AD tinha conquistado mais três deputados. O PS tinha perdido quarenta e dois deputados, o CHEGA tinha ganho mais trinta e oito deputados, o LIVRE tinha ganho mais três e a CDU tinha perdido dois. O governo da AD, constituído por dezassete ministérios tinha tomado posse do dia 2 daquele mês. e previa-se um mandato difícil. Desejava no Governo os maiores sucessos e que fizesse de Portugal um país melhor, que contribuísse para acabar com o “estado a que tinham chegado”. Umhas novas eleições estavam marcadas para o dia 9 de junho, as eleições Europeias. A campanha eleitoral estava a iniciar. O discurso populista continuava a marcar a agenda política, enchia-se a boca contra a corrupção e apresentava-se um candidato com uma carreira a pisar o risco, que tinha tido um caso com a justiça, tinha lesado o Estado em milhares de euros, tinha recebido como presente um veleiro de alta competição, tinha arrombado uma casa, tinha ficado suspenso. Enfim, *“bem prega o Frei Tomás, faz o que ele diz, não faças o que ele faz”*. Em Mira a AD tinha ganho com trinta e sete unidades e uma décima por cento, que correspondia a dois mil seiscentos e setenta e quatro votos, o PS vinte e seis unidades e uma décima por cento, que correspondia a mil novecentos e trinta votos, o CHEGA, dezoito unidades e setenta e oito centésimas por cento, que correspondia a mil trezentos e cinquenta e sete votos. A AD tinha tido mais setecentos e quarenta e quatro votos que o PS. A AD tinha ganho em todas as freguesias exceto na Praia de Mira, contudo, naquela freguesia a diferença entre

o PS e a AD tinha sido apenas de noventa e quatro votos. Queria crer que aqueles resultados no seu concelho derivavam da insatisfação dos Mirenses com as políticas do antigo governo, e da confiança que os autarcas locais lhe garantiam. Naquele ano comemoravam 50 anos de liberdade, 50 anos de democracia. Naqueles últimos meses, mais no mês de abril, o Executivo Municipal tinha presenteado os seus munícipes, com um vasto programa cultural e de qualidade para comemorar os 50 anos de abril. O Executivo Municipal estava de parabéns. Esteve e estava à altura do que aquela data significava, tinha envolvido associações do Concelho, tinha homenageado personalidades Mirenses com reconhecido mérito na gestão autárquica, no Pós- 25 abril de 1974, a comissão administrativa. O Dr. Álvaro Carvalho tinha estado presente, o Dr. Fernando Rico e o Dr. Narciso Patrão a título postumos, souberam dignificar aquela data tão importante na democracia, em Mira tinha-se cumprido abril. Quis mencionar também a cerimónia de reconhecimento desportivo e cultural de Mira, que tinha decorrido ali, no passado dia 20 de março, que pretendeu valorizar os méritos desportivos dos seus atletas, clubes e dirigentes. Estavam no bom caminho. Tinham que valorizar quem fazia bem. Quem tinha mérito. Deixava apenas uma ligeira recomendação, Os Caretos da Lagoa, que ao longo dos tempos tinham mantido aquela identidade cultural. Naquele ano comemoravam 50 anos de liberdade, 50 anos de democracia. A Revolução dos Cravos tinha ensinado que a mudança era possível, e que o poder de transformar o país estava nas mãos deles. Abril sempre! Pediu permissão para fazer outra intervenção. Continuou dizendo que não era segredo para ninguém que estava na direção do Agrupamento de Escolas de Mira, não era segredo para ninguém, que naquele momento estava em substituição do Diretor. Uma vez que o Agrupamento de Mira tinha sido ali mencionado, importava esclarecer a verdade. As atividades desenvolvidas no Agrupamento, eram todas apreciadas e aprovadas no Concelho Pedagógico e Concelho Geral. As atividades de comemoração do 25 abril, faziam parte do Plano Anual de atividades aprovado

no Concelho Pedagógico e no Concelho Geral. Foi no âmbito das comemorações de abril que tinham sido convidados os historiadores, Dr. Fernando Rosas e a Dr.ª Catarina Martins. A Dr.ª Catarina no âmbito também do Dia Internacional da Mulher, por isso foi falar dos direitos da mulher e da igualdade de género. Tinha vindo após o dia 8 de março porque a 8 de março ainda estavam em campanha eleitoral, então veio na semana seguinte. A Dr.ª Catarina Martins naquela altura não era deputada, e o Dr. Fernando Rosas que todos conheciam, era um historiador que também não estava no exercício da política ativa. O Dr. Fernando Rosas tinham vindo dar o seu testemunho pessoal enquanto preso político, claro que tinha respondido a todas as dúvidas que lhes tinham sido colocadas. Estavam a falar de duas pessoas de reconhecimento e mérito nacional, também já lá tinham tido, ali mesmo, a Dr.ª Fátima Ramos, Ex Deputada que foi enviada pelo parlamento. Tiveram a Marisa Matias, como já tinha tido a dos Verdes, tinham sido várias as personalidades que já tinham passado pelo Agrupamento de Escolas de Mira. Os convidados não iam ali para fazer política, iam para dar outra visão aos alunos e para lhes falar dos seus casos. Ainda no âmbito daquelas comemorações, estava previsto em outubro a vinda do Dr. Laborinho Lúcio, e outras personalidades convidadas que ainda estavam a aguardar resposta. A Lei de Bases do Sistema Educativo não permitia que se fizesse campanha nas escolas. A tertúlia que o partido CHEGA tinha aludido nos seus e-mails, não fazia parte do Plano Anual de Atividades do Agrupamento de Escolas, não tinha sido aprovado em nenhuma reunião do Concelho Geral, nem do Concelho Pedagógico, aliás, tinha sido apreciado e rejeitado pelos concelheiros. Para repor também a verdade, leu um e-mail que tinha sido dirigido aos Agrupamento de Escolas de Mira no dia anterior, às oito horas da manhã. Passou a ler, *“Exmo. Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas de Mira, Dr. Carlos Alves, vimos pelo presente e-mail a pedido do grupo parlamentar do Partido CHEGA, informar que por constrangimentos e situações de agenda, a Deputada Dr.ª Rita Matias, eleita pelo círculo eleitoral de Setúbal,*

estará hoje em trabalho político no seu círculo eleitoral. Como era a presença mais solicitada por alunos e ex. alunos da Escola Secundária de Mira, e os Deputados eleitos por Coimbra, Dr. António Pinto Pereira, Dr. Eliseu Neves, tem outras solicitações no Concelho de Mira, fica esta visita na Escola Secundária de Mira para uma próxima segunda feira a agendar. Grato pela atenção, cumprimentos. Augusto Miranda Grupo Parlamentar do CHEGA.” Pedia desculpa por levar ali um assunto do Agrupamento de Escolas, mas a verdade tinha que ser reposta. Estavam dispostos a receber o Partido CHEGA na segunda feira, no Agrupamento de Escolas, segundo as suas condições, sem campanha política. -----

Findas as quartas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-
6.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):-----

---- **Interveio o Presidente da Câmara**, relativamente à intervenção do Deputado Manuel Inocêncio, o Mira à Mesa 3ª Edição, tinha sido também um sucesso, bastava ver o número de restaurantes e a confraria que se associavam, o apelo que faziam é que mantivessem pelo menos um dos pratos o ano inteiro na ementa, como sendo parte característica da tradição e dos pratos da Gândara. Relativamente aos cinquenta por cento da ambulância para os bombeiros, era uma prática que já vinha de trás, que quiseram manter, entendiam que sempre que fosse necessário, teriam que apoiar aquela associação humanitária da melhor forma possível e, portanto, tinha cabido ao Município a atribuição do montante de cinquenta por cento do valor total da ambulância. Relativamente aos resíduos urbanos, tinham sempre ali a possibilidade de fazer apelo, postos de compostagem era difícil, o PARSERSU já tinha fechado a algum tempo e estava em discussão pública, estava para avaliação na parte da APA, e naquele momento não lhe conseguiam mexer. A estratégia era o reforço do bio resíduos para redução das toneladas e baixar a

despesa, e conseqüentemente, baixar os custos junto da população. Teriam que tomar algumas medidas, para ver se reduziam a tonelagem que aparecia nos contentores. Relativamente à Deputada Andreia Petronilho, tinha falado mais uma vez sobre o 25 abril, os lugares marcados, muitas vezes já tinha acontecido em várias cerimónias estarem destinados a determinadas personalidades para se sentarem, depois acontecia que, ou as personalidades não compareciam ao evento, e as cadeiras ficavam vazias ou, mesmo estando no evento, não se queriam sentar nas cadeiras. Parecia mal as filas da frente, normalmente eram reservadas às entidades, ficarem com os lugares vazios. Tinham que, quando se faziam as convocatórias para as entidades ou que representava, pedir a confirmação das pessoas que vinham ou não vinham, e aí as pessoas sentar-se-iam para os lugares reservados para o efeito. Relativamente à Deputada Lurdes Mesquita, tinha falado novamente no 25 abril, da parte referente à política, não se ia manifestar em relação aquilo. Apenas falava da cerimónia do mérito desportivo e cultural, tinha corrido da melhor forma, tinham sido homenageados muitos atletas e associações. Da parte cultural, Os Caretos da Lagoa tinham um lugar de destaque, até porque tinham passado um filme que tinha tido muito sucesso, tinha sido muito premiado no mundo inteiro. Estariam sempre a tempo de o fazer. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

7.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, disse que discursos de improviso, ou discursos lidos, ou o que fosse, o importante era não dizer absurdos ou não dizer nada que a seguir não pudesse ser defensável. Isso, como não acontecia na bancada do PS, o PS estava de forma bastante aberta, a qualquer tipo de discussão sobre qualquer palavra que era proferida naqueles fóruns. Já era a segunda Assembleia que o Sr. Presidente confundia política com justiça, e falava de justiça, já era a segunda vez que falava, e eles, bancada do

PS gostariam que ele fosse direto, conciso, e que de uma vez por todas dissesse o que é que estava a tentar deixar no ar, relativamente à justiça sobre as intervenções deles, porque eles sinceramente iam sempre falar de forma frontal, olhos nos olhos, cara na cara, fosse com o Presidente, ou com outro qualquer porque tinham respeito, educação e conseguiam transmitir de forma direta e concisa tudo o que defendiam. O que defendiam era valores, liberdades, princípios e garantias que o 25 de abril consagrou. Se o Presidente tinha passado por aquelas comemorações e não tinha aprendido com aquilo, aquilo não lhes competia a eles avaliar. Contudo, de qualquer forma, devia lhe dizer que os discursos do PS ainda eram do PS. Relativamente a todas as palavras que lá tinham sido proferidas, não via onde é que tinham tido qualquer comportamento indecoroso.

Relativamente, até numa intervenção dele numa Assembleia Municipal, sabia até, que aquilo já era prática daqueles executivos do PSD, de onde o Presidente tinha feito parte e fazia parte, onde lhe tinham metido um processo em tribunal, do qual tinha sido arguido no último ano e meio, relativamente a uma intervenção sobre a ABMG. Naquela mesma Assembleia, e do qual o processo tinha terminado muito recentemente, o que tinha acontecido era exatamente que não tinha ofendido ninguém, tinha sido uma discussão política, livre, relativamente a aquele assunto, que também podia ser explanado noutra Assembleia, quando houvesse tempo para o efeito. Relativamente ainda aos lugares, marcações de eventos, o lugar convinha, chegarem às cadeiras das primeiras e segundas filas e pelo menos conseguirem ler as palavras que lá estavam, porque às vezes tinham palavras que diziam reservado, que ainda há pouco o Sr. Presidente da Câmara tinha referido, por isso quando soubessem ler a palavra “reservado”, talvez conseguissem perceber onde é que se poderiam sentar. Relativamente ainda a duas situações que ali tinham sido faladas, tanto à AIBAP como aquele próprio edifício, não podiam, porque não tinham tempo para explicar toda a história daquela situação, também não estavam agarrados ao passado, e não

Ihe interessava muito estar com discussões estéreis, no entanto deviam defender e dizer uma coisa muito direta, se tinha havido prejuízo económico provocado na AIBAP a responsabilidade tinha sido do de um Executivo do PSD, se houve responsabilidade de destruição de uma obra que estava pronta para inaugurar, tinha sido inaugurada em 2001, esteve pronta para ser colocada a trabalhar com financiamento e com dinheiro gasto por todos nós, era aquele espaço que era o mercado, se a seguir tinha entrado um executivo do PSD, desvirtuou aquilo que o Sr. Presidente tinha acabado de dizer, porque disse que achava que os executivos deveriam dar continuidade ao trabalho que os outros anteriores faziam. Então era muito simples, naquela altura tinham colocado aquele espaço a trabalhar como mercado porque estava pronto para inaugurar. Quem tinha tirado portas e janelas, quem o tinha desvirtuado tinham sido outros representantes, portanto quando fazia uma crítica às ruínas, fazia uma crítica muito direta a quem o tinha arruinado. Relativamente a toda a posição e a postura dos elementos do executivo, sabia o seguinte, tinha uma opinião muito concreta, estavam a fazer o melhor que sabiam, efetivamente, só que eram muito rápidos, e não era como o Presidente da República que conseguia avaliar lentidão e rapidez, mas conseguia perceber uma coisa, eram muito rápidos a serem agressivos nas respostas, eram muito rápidos a andarem de festa em festa, de sábado a sábado, domingo a domingo, segunda a segunda, de terça a terça de volta das pessoas, mas eram muito lentos a resolverem os problemas dos cidadãos. Ficavam todos melhor em Mira, seguramente seria o concelho melhor do país se tivessem aquela rapidez. Relativamente ao que o trazia ali, era uma pergunta muito direta, que tinha a ver com recursos humanos. Na última Assembleia não lhe tinham explicado, e ele, basicamente a sua explanação era igual. Em dezembro tinha sido aprovado um mapa de pessoal com cento e catorze lugares, cento e catorze postos de trabalho a mais, em fevereiro tinha sido aprovado uma alteração com mais cinquenta e um postos de trabalho, no total de cento e sessenta e cinco postos de trabalho, durante aquele período de

tempo através da reserva de recrutamento, sabia que tinham acionado treze lugares, daqueles treze lugares questionava o que estavam a fazer, que lugares ocupavam, onde estavam e que funções desempenhavam. Achava que, se foram afirmados que eram lugares extremamente necessários para a atividade do Município, senão ele colapsava, gostariam de ter a noção de quais eram aqueles lugares de tanta importância que tinham sido contratados. -----

---- **Interveio o Sr. Deputado João Luís Pinho (PS)**, desejou boa tarde a todos. Achava que o 25 abril se fez sobretudo para que se fizesse mais e se falasse menos sobre o 25 abril. Num país que devia ser Socialista, republicano e Laico, ou Social Democrata, para atingir todas as sensibilidades, achava que se fazia pouco por abril e se falava muito de abril. Relativamente à questão que era ali muitas vezes abordada sobre a questão do que estava por fazer, do que se podia fazer, do estado em que aquilo estava, do estado em que aquilo não estava, como se estava há dez anos, como era o caso do PSD, há quase onze anos, teria que haver mais assunção de responsabilidades pelo que não é feito e não só pelo aquilo que era feito. Relativamente ali ao que tinha sido manifestado sobre a questão do Ala Arriba, achava que era mau demais, quando se recebia carne, não se podia esquecer que também havia ossos para roer, e naquele caso era mais que tempo, mais que tempo para que o executivo Municipal fosse ele qual fosse resolvesse de uma vez por todas aquela questão do património que tinha sido cedido à Câmara e para que se cumprissem as contrapartidas que ali deviam estar adstritas. Visto que o tempo escasseava e visto que a sua colega Carolina também queria falar, terminava para poder dar a palavra. -----

----- **Interveio a Deputada Carolina Reigota (PS)**, desejou boa tarde. Disse que tinha apenas uma questão muito rápida, era sobre qual era o ponto de situação do Orçamento Participativo. Dos Orçamentos Participativos anteriores desde o primeiro, se não estava em erro tinha sido na Lentisqueira, quais é que estavam planeados, encaminhados a ser concretizados, quais deles é que estavam

finalizados e aproveitava já que ali estava para perguntar também pelo Orçamento Participativo Jovem. -----

Findas as quartas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

7.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mira**, respondeu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, relativamente aos recursos humanos, não conseguia responder um por um, para onde foram as treze pessoas que estava a referir, mas teria todo o gosto em enviar aquela informação. Sabia que algumas daquelas pessoas estavam a ocupar lugares de assistentes operacionais, na escola e na Ação Social, mas teria todo o gosto em enviar a ocupação dos treze lugares, e as funções que estavam a desempenhar. Relativamente ao Deputado João Luis Pinho, quanto ao Ala Arriba referiu que se tivessem fundos disponíveis fariam de imediato, como não tinham fundos disponíveis, tinham que encontrar maneira de o fazer o mais rápido possível. Relativamente à Deputada Carolina Reigota, o ponto de situação dos Orçamentos Participativos, já estavam em análise antes, estavam para resolver. O caso do Parque de Merendas da Santa Zita na Praia de Mira, que muito recentemente entenderam que necessitava de intervenção, e tinham lá ido fazer uma ação de limpeza, embora já estivesse contemplado nas transferências de competências da Junta de Freguesia. A seguir tinham como prioridade o Skate Parque, também na Praia de Mira. Aqueles eram os dois principais e os dois mais imediatos que teriam para fazer. Depois teriam ainda um terceiro que tinha sido contemplado que seria o Campo de Padlle no Seixo. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO UM: Renúncia de mandato apresentado por Marta Sofia Cunha e Silva, nos termos do disposto na Lei nº. 169/99, de 18 de setembro e instalação do membro substituto. -----

----**Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia**, explicou que era a renúncia de mandato do Deputada Marta Cunha e Silva, que ia ser substituída pelo Deputado João Pedro Ventura Lopes de Almeida. Pediu ao Sr. João Pedro para subir para a tomada de posse. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:-----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)** que afirmou que em relação ao ponto um era necessário um enquadramento que passava a explicar. No seguimento do requerimento da bancada do PS a 3 de julho de 2023, respondido pelo Sr. Presidente a 23 de setembro era-lhe indicado que foram requisitados dois serviços à entidade Marta Cunha e Silva no ano de 2023. Uma primeira requisição no valor de quatro mil novecentos e vinte e cinco euros no âmbito do projeto Mira Walking Trails, que gostaria de obter ali uma explicação do que é que se tratava de facto aquele projeto, não tinha conhecimento e outra no valor de sete mil oitocentos e cinquenta e nove euros e oitenta e oito cêntimos para prestação de serviços de apoio ao Gabinete de Comunicação. Tinham ficado esclarecidos ou parcialmente esclarecidos relativamente ao ano de 2023, posto aquilo, em relação ao ano de 2024 qual era o vínculo da entidade Marta Cunha e Silva à Câmara Municipal de Mira. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara** que pediu autorização para passar a palavra ao Sr. Vice-Presidente.-----

---- **Interveio o Sr. Vice-Presidente** que agradeceu a questão formulada. Respondeu que relativamente ao primeiro projeto Mira Walking Traller, era um projeto que estava a decorrer e que contemplava três novos percursos

pedestres, com uma componente de comunicação, daí aquela prestação de serviços. A segunda requisição, também no âmbito da prestação de serviços, atualmente tinha uma prestação de serviços com o Município de Mira na área da Comunicação. -----

PONTO DOIS: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação –

Tomada de conhecimento-----

---- **Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia** que informou que o ponto dois era uma tomada de conhecimento do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da autarquia.-----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara,** explicou que relativamente aquele ponto e como apresentação os dados económico financeiros do relatório do Presidente diziam respeito ao final do primeiro trimestre. Os principais dados a reter era a receita cobrada, em 2024 tinha sido cerca de vinte e cinco por cento superior ao verificado em igual período de 2023, ou seja, foram cobrados mais seiscentos e quarenta e três mil euros, a despesa paga aumentou setecentos e cinquenta e cinco mil euros, os compromissos por pagar, quinze milhões e quinhentos mil euros comparativamente com igual período de 2023, que tinham sido catorze milhões e duzentos mil euros, aumentaram um milhão, e três mil euros. Importava em primeiro lugar sublinhar que os compromissos por pagar no início do ano eram sempre mais elevados porque à luz da Lei dos Compromissos tinham que comprometer desde logo os vencimentos, e os encargos dos trabalhadores e os maiores contratos, como sejam a energia a recolha dos RSU, etc... Para além disso o compromisso das grandes obras era registado no momento da celebração do contrato, pelo que a existência de um compromisso por pagar não significava automaticamente que existisse já uma dívida efetiva

pois poderia ainda nem sequer existir a respetiva faturação. Deu um exemplo, já estava comprometida a verba de 1,2 milhões de euros da requalificação do Centro de Saúde de Mira, no entanto a obra ainda não tinha, praticamente qualquer faturação, portanto a dívida ainda não estava a pagamento, ainda não era efetiva. Assim era importante realçar que no final do primeiro trimestre tinham já sido comprometidos projetos de grande envergadura como a referida requalificação do Centro de Saúde, 1,2 milhões de euros, a reflorestação, setecentos e oitenta e sete mil euros, a ampliação, requalificação da Zona Industrial do Montalvo, trezentos e vinte e seis mil euros, a ampliação do cemitério de Mira, cento e oitenta e nove mil euros, e a empreitada de melhoria das acessibilidades ao Centro de Recolha Oficial, oitenta e um mil euros. A dívida total a fornecedores correntes mais investimento e empreiteiros, aumentou cento e trinta e quatro mil euros. Enquanto que a dívida a fornecedores concorrentes aumentou seiscentos e oitenta e seis mil euros, a dívida a fornecedores de investimento, empreiteiros, diminuiu quinhentos e cinquenta e um mil euros. Importava sublinhar que a dívida a fornecedores correntes incluía um valor excecional de quatrocentos e vinte e cinco mil euros e que correspondia ao projeto de reflorestação. Para além disso mais de setecentos e dezoito mil euros da dívida a fornecedores correntes dizia respeito ao serviço de recolha encaminhamento e deposição em aterro dos RSUs, ERSUC mais SUMA, serviços que nos últimos tempos tinham aumentado de preço de forma perfeitamente anormal. No final do primeiro trimestre tinham um milhão e cem mil euros de pagamentos em atraso, tal como tinham vindo a referir tratava-se de uma situação pontual que ia ser corrigida em breve através de um plano que estavam já a trabalhar e a ultimar. O surgimento daquela situação resultava do aumento exponencial dos custos das obras derivado ao contexto internacional. Para que se percebesse, deu um exemplo, o projeto e candidatura inicial da reconversão da estrutura onde estavam, o Átrium, tinha sido submetida em 2018 pelo que a sua orçamentação tinha sido efetuada tendo por base os preços

naquela data. Desde o momento de aprovação daquela candidatura até à conclusão da obra em meados de 2023, o mercado da construção sofreu uma profunda alteração derivada ao aumento exponencial dos respetivos custos. Com o eclodir da guerra da Ucrânia em 2022 houve uma pressão inflacionista adicional especialmente nos preços das matérias primas e da energia que continuaram a verificar-se a agravar os custos de construção. Com aquilo tinham vindo revisões extraordinárias e obrigatórias de preços que fizeram aumentar significativamente os custos finais de algumas obras e no caso das que tinham sido aprovadas no âmbito do Portugal 20/20 diminuiu significativamente a respetiva taxa efetiva de cofinanciamento, o que fez com que o esforço próprio dos Municípios tivesse que aumentar significativamente. Como se compreendia, aqueles fatores exógenos, como a guerra e o contexto inflacionista posterior, não seriam antecipáveis pelo que tinham vindo a afetar de alguma forma o normal funcionamento financeiro das instituições. Tal como tinha sucedido no passado, mais propriamente quando tiveram que aumentar um vasto e robusto plano de emergência para tratar de repor todas as infraestruturas e equipamentos afetados pelos graves incêndios de outubro de 2017, e que levou a que pontualmente durante sensivelmente um ano também tivessem pagamentos em atraso mas que rapidamente foram extintos durante quatro anos, também naquela altura iriam rapidamente corrigir aquela situação, que como viram resultou de fatores externos ao Município de Mira. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:-----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, naquele ponto gostaria de questionar o executivo relativamente à sinalética, ou à falta dela, gostaria de saber de quem era a responsabilidade da sinalética rodoviária no Concelho, não encontrava nada naquele relatório relativamente aquilo. Tinham sido abordados várias vezes para questionou o executivo sobre aquela situação, questionou

quantos sinais de trânsito colocavam e onde, deveria constar naquele relatório no seu entendimento. -----

--- **Interveio o Sr.^a Deputada Maria José (PS)**, relativamente ao ponto dois e ao relatório de atividades, duas breves notas. A primeira ia para o relatório de Observância do Direito de Oposição, estava incluído naquele mesmo relatório, mas que, e como dizia na página vinte, aquele mesmo tinha que ser elaborado até ao final do mês de março e devia ser enviado aos titulares do direito de oposição a fim que os mesmo sobre ele se pronunciassem. Naquele sentido a questão da bancada do PS era, aquele relatório tinha sido enviado e por sua vez, aprovado em algum órgão, questionou. Para além de existirem algumas incongruências e naquele caso referiam-se às linhas onde se afirmava “*que foi sempre facultada a resposta aos pedidos de informação/esclarecimentos efetuados pelos Vereadores e elementos da Assembleia Municipal*”, bem sabiam que ali eram enumeras as respostas que não eram dadas. A segunda nota ia para a aquisição de contentores para o serviço de snack bar, sala de convívio e minimercado no Parque de Campismo da Praia de Mira no valor de aproximadamente sessenta mil euros. Para quando uma obra definitiva com aquela valência e será que todo o dinheiro investido na aquisição e aluguer de contentores já não teria dado para começar alguma coisa com caracter mais definitivo, tendo em conta que a perspetiva do executivo deveria ser de futuro e duradoura. -----

---- **Interveio o Sr. Deputado António Gonçalves (PS)**, disse que cada vez que lhes eram entregues aqueles documentos, confessava que ficava um bocadinho preocupado. Tinham ouvido ali alguns números que o Presidente Artur tinha referido, mas ele voltava a referi-los. Na página cinquenta e quatro, compromissos por pagar, podia verificar-se um acréscimo de cerca de um milhão e trezentos mil euros comparativamente com igual período de 2023, representava um aumento de nove unidades e uma décima por cento. Aqueles valores podiam até não ser muito importantes não fosse o valor real de cerca de

quinze milhões e quinhentos mil euros. Na página sessenta, capital em dívida de empréstimos em março de 2023, existiam cerca de 2 milhões de euros enquanto que em março de 2024 já existiam cerca de dois milhões e seiscentos mil euros, o que representava um aumento de trinta unidades e sete décimos por cento. Na mesma página, numa referência ao passivo dívida a fornecedores, podia ler-se 31 de fevereiro de 2023, dois milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, duzentos e quarenta e três, e mais uns cêntimos, 31 de fevereiro de 2024, dois milhões quatrocentos e dezanove mil duzentos e dezassete e mais uns cêntimos também. Reparou no lapso de 31 de fevereiro que não lhe parecia correto, no entanto era importante verificar que tinham havido um aumento de cerca de seis por cento. Na página sessenta e um, pagamentos em atraso, podiam verificar que no período de janeiro de 2021 a março de 2023, não existiam pagamentos em atraso, naquele momento estavam com cerca de um milhão e cem mil euros. Chamou a atenção para os pagamentos em atraso se verificavam desde maio de 2023. Questionou o Sr. Presidente que, com aqueles números como seriam os próximos mandatos, como é que um novo executivo conseguiria gerir aqueles valores, e que obra poderia ser feita. Do seu ponto de vista, estavam a hipotecar as próximas gerações. Finalmente na página noventa e seis, noventa e sete, na rubrica referente ao Museu do Território e da Gândara podiam verificar que o horário de funcionamento era, em dias úteis das 9h00 às 17h00, aos fins de semana e feriados, por marcação. Podia ainda ler-se que o número de visitantes por ano desde 2019 eram os seguintes, 2019, cento e vinte e um visitantes, 2021, zero, 2023, vinte e seis, período em pareço cento e setenta e quatro. Não percebia o porquê da não existência dos anos pares, ficava a pergunta, e o que é que o executivo tinha feito, por exemplo, junto das Escolas para promover a cultura e os costumes gandraeses. Parecia-lhe que a resposta também era simples, nada. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio Presidente da Câmara**, relativamente ao Deputado Augusto Miranda, a colocação de sinalética quem fazia era a Câmara Municipal, no relatório devia constar onde se colocava e as quantidades, tinha a ver com o plano de sinalética e rodoviária porque não bastava colocar os sinais nos locais, depois para que tivessem validade tinham que pertencer ao regulamento de trânsito. Era uma nota que devia constar para saber que locais novos tinham levado novos sinais, ficava o apontamento. Relativamente à Deputada Maria José, o Direito de Oposição, aquele relatório tinha sido aprovado em algum órgão, tinha sido dado conhecimento na Câmara Municipal, se tinha chegado aos Deputados o Direito de Oposição, não lhe conseguiam confirmar. Tinham que confirmar aquilo. Relativamente à aquisição dos contentores para o Parque de Campismo, tratava-se mesmo de uma aquisição, não era mais aluguer. O que estavam a fazer em vários pontos era o aluguer dos contentores, fizeram as contas e entenderam que realmente precisavam de uma situação mais estável e mais definitiva, em vez de construção em alvenaria também nem sempre era permitido em determinados espaços e o Parque obedecia a determinadas regras, optaram pela aquisição com haviam de ser, sim, no Parque de Campismo como restaurante e bar. Relativamente às considerações tecidas pelo Deputado António José, não tinha conseguido apontar tudo, tinha anotado algumas coisas, o que é que era feito nas escolas para a divulgação da parte da cultura Gandaresa, a parte de um milhão e trezentos mil euros por pagar, era mais fácil não levar ali aqueles dados e não falar frontalmente deles. O que tinham optado foi levar ali em termos de transparência a realidade que se estava a passar, realmente não eram as melhores notícias em termos financeiros para o Município, e para lhes transmitir, mas não quiseram, de alguma forma camuflar aquilo, nem podiam, e, portanto, era assumir que a situação estava assim, mas como já tinha surgido, em tempos passados, tinham um plano para terminar com

os pagamentos em atraso. Aqueles planos passavam por chegar a acordo com as entidades e duas delas seriam fundamentais, era o grande bolo, diria entre oitenta a noventa por cento daquele bolo, por causa das subidas inesperadas com os custos dos resíduos sólidos urbanos. Com aquelas duas empresas a SUMA e a ERSUC teriam entre oitenta a noventa por cento do problema resolvido ali. Restava dizer também que o primeiro semestre de cada ano civil era o pior em termos de contas, era quando o Município tinha que cabimentar todas as despesas e era quando não tinha muita receita. A partir do mês de junho, começariam a receber fundos do IMI e de outras partes de financiamento que lhes permitia regularizar muito mais facilmente na parte do segundo semestre, relativamente ao primeiro. Por isso é que situação do primeiro semestre era sempre mais complicada de resolver. Relativamente aquilo das escolas e da cultura Gandaresa, realmente poderiam implementar dentro do plano, tinham que conversar com a Direção do Agrupamento de Escolas e ver o que é que dava para implementar naqueles aspetos. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputada Carolina Reigota (PS)**, referiu que na sua intervenção anterior, pela falta de tempo não tinha tido oportunidade de cumprimentar todos os presentes na pessoa do Sr. Presidente Nelson Maltez. Quanto ao ponto dois na página cento e quatro do relatório de atividades estavam escritos os serviços do Veterinário Municipal entre os quais esterilização de trinta e dois animais ao abrigo do apoio de esterilização de cães e gatos. Tinha conhecimento que em alguns dos municípios vizinhos, como por exemplo em Vagos havia campanhas de apoio à esterilização de animais de companhia, tanto a particulares com comprovada carência económica como a associações, tudo muito bem documentado. Perguntava, porque não tinha conhecimento de como é que aquilo acontecia no nosso Município, qual era o tipo de apoio dado pelo

Veterinário Municipal naqueles casos e se quem recolhia animais errantes podia recorrer àqueles serviços. -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, disse que pegando naquele relatório de atividade e não explanando a parte económica e financeira, que já tinha sido ali apresentada pelo seu colega Deputado António Gonçalves, e do qual o PS demonstrava total preocupação como ali já tinha sido levado, pegava exatamente nas palavras do Sr. Presidente sobre aquele tema. Quando dizia que de forma frontal e de forma correta tinha levado aquele assunto e tinha querido apresentar aqueles números, que levou aqueles dados, não querendo omitir e depois disse, “*não quisemos camuflar isto*”, depois rematou e bem, não podiam. Continuou dizendo que o Sr. Presidente tinha que apresentar os números, não tinha que os camuflar. O Sr. Presidente estava ali exatamente para lhes apresentar de forma detalhada e de forma correta os números da Câmara Municipal em toda a sua área, não para omitir, nem para passar sequer pela cabeça aquele tipo de situações. Às vezes podia ser um erro de linguagem que qualquer um o poderia ter, contudo tinham sido erros demasiado, bastava aquela pequena reunião de Assembleia Municipal para perceberem a quantidade de erros que ali tinham começado a ter. Desde a bandeira Nacional virada ao contrário até aquele tipo de observações ficavam um pouco a desejar. Na sua anterior intervenção, falando também de atividades e falando sobre uma parte muito importante de tudo o que eram as atividades Municipais, que eram os recursos humanos, ficava estupefacto quando lhe diziam em fevereiro que tinham de recorrer rapidamente ao mapa de pessoal para contratar pessoas porque senão iria entrar em colapso alguns serviços algumas áreas, passado dois meses naquela mesma Assembleia, naquele dia questionou ao Sr. Presidente quais tinham sido aqueles cargos quais tinham sido aquelas áreas de trabalho, o Sr. Presidente não lhe sabia dizer. Aquilo revelava muito de como aquela gestão municipal estava a ser feita, infelizmente. Relativamente ao Direito de Oposição, já não valia a pena ir à lei em ler o que estava na lei, o Direito de

Oposição estava escrito naquele próprio relatório, três ou quatro frases que facilmente percebiam o que é que teria que ser feito nele. Dizia na página vinte, que os referidos relatórios deviam ser enviados aos titulares do Direito de Oposição a fim de que os mesmos sobre eles se renunciassem. Aquilo não tinha sido escrito por eles, tinha sido escrito exatamente por quem os tinha enviado. Pelo menos com a anuência do Executivo Municipal. Pegando na página vinte e quatro, no fundo, no último parágrafo, na última frase aparecia “existentes, bem como foi sempre facultada resposta aos pedidos de informações /esclarecimentos efetuados pelos Vereadores e elementos da Assembleia Municipal.” A sua líder de bancada Maria José já tinha referido que aquilo era uma incongruência e queria que ficasse bem vincado que aquela frase era incorreta, porque não lhes tinham dado aquelas respostas. Relativamente à mesma página, a página vinte e cinco na conclusão aparecia, “*foram asseguradas as condições adequadas ao cumprimento de estatuto de Direito de Oposição*” aquela frase, claramente revelava que não, não tinham sido asseguradas. Relativamente à Arte Xávega e ao protocolo da Arte Xávega, já nem referia que era o Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira e não tinha tido conhecimento daquilo, como já estava habituado e calejado a que não lhe dessem conhecimento de muitos assuntos que eram de interesse da sua Freguesia, já não valia a pena entrar naquela discussão porque já tinha visto que bater em algumas coisas rijas acabava por não dar resultado, então pedia simplesmente para que todos os senhores elementos do Executivo Municipal e todos os Deputados e o público em geral e os funcionários do Município pelo menos não emitissem calinadas sobre a nossa história sobre a nossa identidade, convinha que não escrevessem, porque se a reunião, como o Presidente disse, não foi organizada pelo município, a receção tinha sido organizada pelo município, estava um documento projetado, pelo menos nas fotografias, pensava que tinha sido naquela tela, onde tinha a assinatura do Município e onde dizia o seguinte, “Xávega”, simplesmente , Xávega, iam esclarecer o que é que era

xávega, Xávega era Algarvia. A pesca da Arte era do Litoral Centro Português, era exatamente da Praia de Mira e de tudo o que era aquela Costa Litoral e era preciso perceber que com a evolução dos tempos, simplesmente porque os dois tipos de pesca eram parecidos, embora não fossem nada iguais, bastava olhar para o Oceano e perceber que o nosso Oceano era muito mais ofensivo e agressivo do que era o do Algarve, então bastava perceber que era preciso distinguir e era preciso saber o que estavam a dizer. Se a Xávega era Algarvia se a Arte era nossa então se estava difundido e se estava consagrado por lei e como estava publicado no Diário da República inclusive por aquela dita comissão que tinha ido ali reunir, que quem tinha ido lá tinha sido a Comissão da Arte – Xávega, era bom que em todos os momentos assim fosse. Continuou a explicar que nós tínhamos a Arte- Xávega naquele momento a trabalhar, felizmente ainda com duas companhas e aquilo parecia que era uma coisa menor, mas era exatamente por não conhecerem a nossa história e não respeitarem toda a nossa identidade começavam a falhar em todos os aspetos. Não achava que aquilo fosse um assunto menor, embora para alguns cérebros poderiam ser. Relativamente à Avenida Cidade de Coimbra aparecia sempre naqueles relatórios como pequenas obras, como pequenas reparações, pois, aquilo nunca mais tinha fim, desde o problema da intervenção base que tinha sido mal-executada, tinha existido intervenções em cima de intervenções e estavam naquilo para mais de dois anos. Quando é que ia chegar ao fim as intervenções na Avenida Cidade Coimbra, qual era a previsão do executivo chegar ao fim daquelas intervenções, ou não havia previsão, questionou. É que quando não houvesse previsão podiam dizer que a obra era da CIM, mas depois o dinheiro gasto era pelo município, era conforme lhes apetecia, à hora que lhes apetecia. Apelou a que pelo menos terminassem aquela pseudo rotunda em cima da Vala das Lavadeiras, que tinha três sinais caídos durante dois dias da semana, depois alguém passava fossem funcionários da Junta fossem funcionários da Câmara e punham os sinais direitos e depois aquilo caía outra vez, ninguém sabia bem

o que é que ali estava já ia lá havendo acidentes por falta de marcação rodoviária, não havia marcação rodoviária, as passadeiras não tinham marcação, havia perigo para os cidadãos e para os bens, depois, tinham colocado uns estacionamentos de bicicletas que já tinha feito com que três carros, pelos menos, tinham tido acidentes sobre o mesmo porque tinham sido colocados sem qualquer sinalética nos estacionamentos para carros, e aquilo não tinha mais do que cinquenta centímetros de altura, quem fizesse uma marcha atrás num carro não via, e acabava por destruir o seu carro e aquele equipamento. Depois daquilo já tinha sido retirado o equipamento e tinha voltado a ser colocado no mesmo sítio, teimando no erro e teimando na asneirada. Já chegava! Já chegava! -----

---- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, a sua intervenção ia só no sentido de destacar uma coincidência. Na página setenta e sete do relatório verificava que após a intervenção da bancada do PS na anterior Assembleia relativamente aos atendimentos da Ação Social, pela primeira vez era apresentado um aumento naqueles mesmos atendimentos. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

--- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, relativamente à intervenção da Deputada Carolina Reigota, explicou que tinham um plafond anualmente atribuído para a esterilização de gatos e cães, em que os serviços municipais, nomeadamente, o médico Veterinário levava a clínicas com quem tinham protocolos para a celebração daquelas cirurgias. O Município não tinha uma clínica onde pudessem fazer aquele tipo de cirurgias, portanto, tinham é gasto sensivelmente anualmente mais de dez mil euros com aquelas esterilizações. O que não faziam era mandar gatos ou cães para outros Municípios, que era o que tinha acontecido muito, traziam animais oriundos dos concelhos limítrofes,

depois o Centro de Recolha estava lotado. Inclusive e já que estava a falar do assunto, tinham um apelo que já tinha sido lançado pela associação Abrigo do Carinho, a dizer que realmente as instalações estavam sobrelotadas, portanto, pediam a sensibilização das pessoas para que, se pudesse fazer adoções, que fizessem, porque na realidade não tinham mais espaço para albergar gatos e cães naquela altura. O regulamento que estavam a elaborar e que iria à Reunião de Câmara para aprovação, já previa e tinha contemplado o plano para, precisamente, aquele tipo de intervenções a realizar com aqueles animais. Relativamente ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, explicou que as informações que tinha recebido, entretanto enquanto estava a falar, eram mais elementos dos que tinha dito, tinham sido integrados oito operacionais na educação, um assistente operacional na piscina, sete assistentes operacionais no Parque de Campismo, um assistente operacional também no Parque Campismo como Guarda Noturno. Tinham ainda em consideração que dentro de algum tempo, seriam abertas novas bolsas de recrutamento. Quando se abriam os concursos para as vagas que estavam previstas, por vezes aconteciam necessidades, porque pessoas entravam de baixa, pessoas que se reformavam, pessoas que pediam mobilidade para outro lado e, portanto, tinham que compensar aquelas vagas que ficavam em aberto, o que queria dizer que aquele número tinha tendência, sempre a mudar, muitas vezes para ocupar vagas existentes outra vez para aquelas que tinham que ser criadas. Não era por isso que deixariam de fazer o que tinham que fazer. Se entendessem que tinham mais necessidade de assistentes operacionais, assistentes técnicos ou técnicos superiores, era isso que fariam, iriam ocupar as vagas para desempenhar as funções que tinham que desempenhar. Relativamente à Arte Xávega, como já tinha dito antes, e repetia, a organização daquela reunião não tinha sido feita pela Câmara, simplesmente eles rodavam pelo país muitas vezes para realizar as reuniões, para conhecer outros territórios, ainda bem que tinham escolhido Mira para fazer aquela reunião, onde tinham

estado presentes os representantes locais da Arte Xávega, e, portanto eles tiveram a palavra para dizer o que entendiam o que precisavam, era ali onde estavam as entidades todas reunidas que se fazia o ponto da situação, que se discutia, e ele tinha lá estado um bom bocado e tinha ouvido as discussões que tinham acontecido. O apoio que o Município de Mira deu a Arte Xávega, no valor de cinco mil euros, e do protocolo que o Sr. Presidente da Praia de Mira tinha solicitado e que lhe tinha sido fornecido o protocolo que tinha sido assinado, era um incentivo que podiam dar naquele momento. Eles em vez de darem cinco mil, gostariam de dar cinquenta mil, não era possível, tinham que ir aguardando e dando à medida que era possível. O que não impedia nada que o Sr. Presidenta da Junta da Praia de Mira fizesse a mesma coisa, o Sr. Presidente queria apoiar a Arte Xávega, apoiava a Arte Xávega, não precisava de ir para ali dizer que não tinha sido chamado, que não tinha sido tido nem achado. Não tinham sido eles que tinham organizado aquilo, se o Sr. Presidente queria apoiar a Arte Xávega, reunisse com as companhas, reunisse com os representantes e que atribuísse um apoio, que fizesse o que tinha que fazer. Que não fosse ali para a Assembleia, criticar aquilo que tinha sido feito pelo Município numa reunião que nem sequer tinha sido da sua autoria. Eles resolveram apoiar e apoiaram, se quisesse apoiar, estava à vontade para apoiar também. Relativamente à Avenida Cidade de Coimbra, tinham trabalhos ainda a decorrer, no dia anterior e naquele dia andavam a regularizar a mudança de piso, do pavê na rotunda dos Maçaricos com a ligação para o asfalto, havia lá um declive que não estava nas normas, que era incomodo para os automobilistas e estavam a regularizar aquilo. Relativamente à pequena rotunda, tinha razão, precisava de pintura e sinalização efetiva que se mantivesse para que não houvesse transtornos do trânsito. O prazo de previsão é que tinham agendada uma empreitada para pinturas, não só na Avenida Cidade de Coimbra, mas noutros espaços, em que, quando viesse a empresa para pintar, seriam pintadas as passadeiras, seria tudo feito convenientemente que, esperavam que fosse a curto prazo, mas não se

podia comprometer a dizer que era numa data a da quinze de maio, não podia fazer aquilo porque não estava só dependente da Câmara. Relativamente à Deputada Andreia Petornilho, tinha registado que tinha aumentado o número de atendimentos na Ação Social, portanto era uma verificação, uma constatação. -

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, que referiu que queria vincar bem a frase que o Sr. Presidente tinha acabado de proferir, às vezes começava a achar que o Sr. Presidente não tinha a noção do que dizia. O Sr. Presidente disse “*O senhor não vem para aqui criticar para a Assembleia,* “, afirmou que era o contrário, ia mesmo para ali criticar desde que tivesse a capacidade de cumprir as regras, e era o que estava a fazer, e o Sr. Presidente ia ter, primeiro que tudo, respeitar o sistema em que vivia, uma democracia. -----

PONTO TRÊS: Apreciação e votação, nos termos do previsto na alínea I), do nº. 2, do art.º. 25º. do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, conjugado com artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, dos documentos de prestação de contas do ano de 2023 e apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano de 2023 e a respetiva avaliação-----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara** que pediu aos serviços técnicos que realizassem uma projeção. Agradeceu aos serviços municipais pela elaboração dos documentos que eram extensos e podiam ter alguns pontos que pudessem não estar corretos, mas o trabalho de projeção também ajudava naquelas coisas. Continuou fazendo um enquadramento geral sobre aquele documento, para iniciar aquela breve apresentação dos principais dados do relatório de contas relativo a dois mil e vinte e três, iria começar por fazer um pequeno resumo do

contexto em que tinha decorrido a execução orçamental ao longo do ano. Ponto um, conclusão dos projetos cofinanciados pelo PT2020, num contexto inflacionista com revisão de preços como já tinha referido anteriormente. Taxas reais de cofinanciamento, esforço adicional e não previsto, aumento do ritmo de execução do PRR e do Portugal 20/30, que a partir de determinada altura tinha sido um acelerador. Ponto três, processo de descentralização de competências com inúmeras lacunas. Ponto quatro, aumento de custos de estruturas por fatores exógenos, por exemplo, o preço da energia, da recolha dos resíduos sólidos urbanos, deposição em aterro, limpeza urbana, empreitadas, etc... e ponto cinco, taxas de juros de mercado ainda a níveis muito elevados. Aqueles tinham sido os fatores que de alguma forma condicionaram a atividade autárquica ao longo de dois mil e vinte e três, e que passava a elencar. Tratava-se da análise orçamental, na ótica de caixa, análise económica ou financeira e os indicadores/ sustentabilidade e recursos humanos. De seguida fez uma pequena análise dos principais dados económicos ou financeiros do Município referentes ao ano de dois mil e vinte e três. Na análise orçamental começou por fazer, na ótica do orçamental, ou seja, na receita cobrada versus, despesa paga ao longo de dois mil e vinte e três. Aquele primeiro gráfico permitia concluir que, em primeiro lugar, que as taxas de execução da receita e de despesa registadas no final do exercício de dois mil e vinte e três, eram em tudo idênticas às apuradas em dois mil e vinte e dois, existindo, inclusivamente um acréscimo da receita total cobrada que tinha passado de oitenta e seis, oitenta e três por cento apurados em dois mil e vinte e dois para oitenta e sete, cinquenta e dois por cento, em dois mil e vinte e três. Em segundo, tinham chegado ao final de mais um ano com altas taxas de execução do orçamento da receita e da despesa, indicador claro de que o processo orçamental do Município de Mira continuava um exercício de grande rigor e acima de tudo exigência. Na parte da execução orçamental da receita, no final do exercício de dois mil e vinte e três, foi possível atingir um volume de receita cobrada, incluindo o saldo de gerência que tinha

transitado de dois mil e vinte e dois de dezasseis milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e setenta e unidades e setenta e sete euros, valor dezassete por cento superior ao registado em dois mil e vinte e dois, o que deveria ser considerado bastante significativo, considerando que o Município tinha mantido a sua política fiscal, ou seja, não efetuou qualquer agravamento fiscal. Em suma, tinham aumentado a receita sem alargar a política fiscal que tinham vindo a adotar ao longo dos últimos dez anos. De sublinhar o importante volume de receita de capital obtida pelo Município de Mira ao longo de dois mil e vinte e três, superior a quatro milhões e trezentos mil euros na receita cobrada relativamente à evolução das principais rúbricas da receita, seria importante referir que o aumento bastante significativo da receita proveniente das transferências de capital mais um milhão, trezentos e oitenta e seis mil, quinhentos e setenta e cinco euros, que resultava fundamentalmente do crescimento de sessenta e oito unidades e seis décimas por cento da receita obtida com as participações comunitárias que no final de dois mil e vinte e três traduziu na cobrança de um valor superior para dois milhões e setecentos mil euros, tratava-se do valor mais elevado alguma vez alcançado pelo Município, o que era bastante revelador da capacidade do Município para a realização de investimento público, estruturante para o concelho de Mira. A receita em apreço provinha das participações recebidas do fecho dos projetos cofinanciados no âmbito do Portugal 20/20 e no âmbito dos primeiros pedidos de pagamento efetuados referentes ao Plano de Recuperação e Resiliência, e Portugal 20/30. O aumento de quinze unidades e quatro centésimas, mas transferências correntes que se tinha traduzido numa cobrança adicional de mais de novecentos e vinte e seis mil euros. O crescimento verificado na receita obtida, com as transferências correntes em primeiro lugar tinha resultado do maior volume de verbas transferidas para o Município por contrapartida da descentralização de competências na área da Educação, Saúde e Ação Social, que em dois mil e vinte e três tinha registado uma receita

total de um milhão e setecentos mil euros quando em igual período de dois mil e vinte e dois tinha sido apurado um valor próximo de um milhão de euros. Tinha resultado do maior valor obtido nas participações correntes em projetos cofinanciados por fundos Europeus, mais seiscentos e vinte e dois mil oitocentos e quarenta e três unidades e treze centésimos de euros. O aumento significativo daquela rubrica ficaria a dever-se à conclusão de um conjunto de projetos cofinanciados no âmbito do PT 20/20 e à execução dos primeiros projetos aprovados no âmbito do PRR. A título de exemplo podiam referir o primeiro pedido de pagamento efetuado do projeto de reflorestação que tinha correspondido ao recebimento, de uma participação superior a trezentos e sessenta e cinco mil euros. Por outro lado, o aumento do valor dos passivos financeiros que correspondia à utilização dos empréstimos aprovados pela Assembleia Municipal nomeadamente nos empréstimos BEI , para financiamento da requalificação da Escola Secundária Dr.ª Maria Cândida, ampliação das infraestruturas da Zona Industrial do Polo I e reabilitação energética da Piscina Municipal de Mira, bem como os empréstimos contraídos junto da Banca Comercial, para a aquisição do novo autocarro para transporte de crianças e para o financiamento do PPI de dois mil e vinte e três. As receitas obtidas por cofinanciamentos, que o gráfico permitia visualizar a evolução do total de participações, quer correntes quer de capital recebidas pelo Município de Mira nos últimos doze anos. Da sua análise facilmente concluíam que dois mil e vinte e três tinha sido um ano bastante impactante pois o Município tinha conseguido registar um volume do cofinanciamento superior a três milhões e quatrocentos mil euros, indicador que demonstrava um elevado volume de investimento efetuado pelo Município naquele mesmo período. Execução orçamental de despesa, no exercício de dois mil e vinte e três a despesa total paga ascendeu quinze milhões e novecentos mil euros o que se tinha traduzido numa taxa de execução de oitenta e dois unidades e noventa centésimos por cento. A despesa corrente tinha sido de onze milhões e trezentos mil euros o

que significava um acréscimo de cerca de novecentos e noventa e quatro mil euros face a dois mil e vinte e dois. Já a despesa de Capital tinha sido de quatro milhões e seiscentos mil euros, o que implicava um acréscimo de cerca de setecentos e oitenta e nove mil euros face a dois mil e vinte e dois. Despesa paga, o aumento de novecentos e noventa e quatro mil euros registado na despesa corrente tinha resultado de três fatores sendo eles o aumento em oitocentos e dezoito mil euros da rubrica, aquisição de bens e serviços mais concretamente de setecentos e setenta e quatro mil euros, na aquisição de serviços e que correspondia ao aumento da despesa com encargos com as instalações, energia, água, mais duzentos e noventa e seis mil euros e com outros serviços, ERSUC mais SUMA, trezentos e trinta e seis mil euros. Estavam, portanto, a falar de custos que tinham vindo a aumentar por fatores exogéneos ao Município. Por outro lado, o aumento em setecentos e vinte e nove mil euros da despesa com aquisição de bens de capital investimento, importava sublinhar que dos quatro milhões e trezentos mil euros gastos em dois mil e vinte e três com a aquisição de bens de capital um milhão e quatrocentos mil euros diziam respeito ao investimento efetuado pelo Município em Escolas. Um milhão de euros correspondia ao investimento efetuado em viadutos, arruamentos, e obras complementares. Cerca de meio milhão de euros correspondia ao investimento efetuado em material de transporte. Aproximadamente duzentos e sessenta mil euros correspondiam ao investimento realizado em equipamento básico, e duzentos e vinte e sete mil euros correspondiam ao investimento efetuado em instalações desportivas. Assim o crescimento de setecentos e vinte e nove mil euros registado no final do ano de dois mil e vinte e três na rubrica de aquisição de bens de capital tinha resultado fundamentalmente do maior investimento efetuado nas escolas, mais um milhão e quatrocentos mil euros, e nos equipamentos de transporte, mais quatrocentos e setenta e dois mil euros, nomeadamente na aquisição do novo autocarro para transporte escolar e uma viatura para o serviço da Proteção Civil Municipal. Em terceiro o aumento de

quinhentos e cinquenta e sete mil euros da despesa com pessoal. O aumento registado nas despesas com pessoal resulta do aumento de remunerações pagas ao pessoal dos quadros, mais duzentos e catorze mil euros, contratado a termo mais noventa e quatro mil euros, e respetivos subsídios de férias e de Natal, mais setenta e três mil euros, despesas com a Segurança Social mais setenta e sete mil euros. O crescimento da despesa com o pessoal seria natural ocorrer em dois mil e vinte e três pois por via da concretização do processo de descentralização de competências na área da Saúde no decurso do ano transitaram para a esfera do Município de Mira mais quatro assistentes operacionais, para além disso, importava lembrar que os vinte e dois assistentes operacionais e as oito assistentes técnicas, no dia 1 de abril de 2022, transitaram para a esfera do Município no âmbito da descentralização de competências na área da Educação, só no exercício de dois mil e vinte e três é que contribuíram o ano inteiro para a despesa de pessoal, ou seja, só em dois mil e vinte e três é que estiveram os doze meses do ano de serviço do Município de Mira. Por último referiu a substancial redução verificada na despesa com as transferências correntes, menos quatrocentos e quarenta e dois mil euros, face a dois mil e vinte e dois. Aquela quebra resultava do facto de em dois mil e vinte e dois aquela rubrica ter um valor anormalmente elevado por força de ter acolhido o valor das transferências efetuadas para a ABMG, para equilíbrio dos seus resultados de dois mil e vinte e um e para o apoio tarifário disponibilizado pelo Município pelo período da COVID. Sintetizando, a análise financeira, em dois mil e vinte e três tinham um rendimento/aproveitamento registaram um acréscimo de rendimento de onze unidades e uma décima por cento, aquele crescimento de rendimento tinha resultado do crescimento bastante significativo das transferências e subsídios correntes obtidos, em crescimento do valor das prestações e em termos de gastos, um aumento de gastos totais de vinte unidades e sessenta centésimos percentuais face a vinte e dois. O crescimento dos gastos resultou de três grandes fatores, acréscimo de gastos com o

fornecimento de serviços externos, acréscimo de gastos com o pessoal e acréscimo de trezentos e vinte e seis mil euros das transferências e subsídios concedidos. Para resumir passou para o balanço a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três. Em termos de passivo do Município importava referir que o Município de Mira tinha encerrado o exercício económico de dois mil e vinte e três com o valor de treze milhões e duzentos mil euros o que correspondia a um aumento de dois milhões e quinhentos mil euros face a dois mil e vinte e dois. Para aquele valor tinha contribuído o acréscimo de dois milhões do passivo corrente de curto prazo e de meio milhão do passivo não corrente a médio e longo prazo. Relativamente ao acréscimo do passivo não corrente, ou seja, de médio e longo prazo, resultava do aumento dos financiamentos obtidos em quatrocentos e quatro mil euros e que se explicava pelo recebimento de dois mil e vinte e três das tranches relativas a três empréstimos do quadro BEI, ampliação da Zona Industrial do Polo I, reabilitação energética da Piscina e requalificação da Escola Secundária e dois empréstimos de médio e longo prazo contratualizados junto da Banca Comercial. O aumento de outras contas a pagar, mais sessenta e dois mil e quinhentos euros, os valores registados naquela rubrica diziam respeito a cauções prestadas pelos fornecedores de imobiliário pelo que o aumento do seu valor seria o corolário lógico do aumento do ritmo de investimento efetuado pelo Município de Mira. Já no que dizia respeito ao passivo corrente, ou seja, de curto prazo, importava ressaltar que aquele resultava fundamentalmente do aumento apurado na rubrica de “deferimentos”, mais um milhão e duzentos mil euros. Naquela rubrica estavam registados os valores que correspondiam a rendimentos que já tinham sido recebidos pelo Município participações comunitárias, mas que ainda não reúnem as condições técnicas para serem reconhecidos como tal, contabilisticamente. Passou para os recursos humanos em que o balanço social de dois mil e vinte e três comparativamente com ano anterior, no final de dois mil e vinte e três tinham menos um trabalhador. O Município de Mira tinha chegado a deter duzentos e

cinquenta e seis funcionários ao serviço em dois mil e nove, e ao longo dos anos apesar de ter aumentado as suas competências e atribuições foi reduzindo o seu número de efetivos tendo atingido o seu valor mais baixo em dois mil e dezassete com cento e noventa e cinco efetivos. Desde aquele número foram apenas efetuados pequenos ajustes ao número de efetivos, ou seja, tinha sido feito um esforço de contenção no que à despesa de pessoal dizia respeito. Naquele ano, apesar de no âmbito do processo de descentralização de competências na área da saúde terem assumido mais quatro assistentes operacionais, ainda assim tinham chegado ao final do ano com menos trabalhadores do que no final de dois mil e vinte e dois. No final de dois mil e vinte e três, o Município tinha cento e trinta assistentes operacionais, quarenta e sete assistentes técnicos, quarenta e dois técnicos superiores, nove dirigentes intermédios, três informáticos e sete em outras rubricas. Para o futuro tinham desafios a curto e médio prazo na execução dos projetos do PRR e do Portugal 20/30, nomeadamente as provações dos projetos para a requalificação do Centro de Saúde e das quatro Extensões de Saúde e do investimento que seria feito na área da habitação. Concretização dos investimentos do Plano Plurianual de Investimentos que estavam previstos e estavam nos documentos para dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro, a elaboração dos novos projetos e correspondentes candidaturas a fundos, por exemplo, a Escola Básica do 2º Ciclo de Mira, que ia ser requalificada como tinha sido a Escola Secundária em todos os pavilhões na parte das coberturas, na parte das áreas exteriores e onde se englobava também a construção de um pavilhão semicoberto para aquelas instalações. Tinham também um novo projeto para a Escola Secundária com a ampliação das instalações, criação de um novo bloco e talvez mais um pavilhão. A captação de maiores e mais investimentos para empresas que contribuía positivamente para o crescimento económico e social do Concelho de Mira, nomeadamente nas Zonas Industriais do Montalvo, Polo I e Polo II, a regeneração urbana de vários centros, não só no centro da Vila de Mira, mas nos vários centros das

Aldeias. Feita a análise do que se tinha passado em dois mil e vinte e três e estando mais de um terço do ano de dois mil e vinte e quatro já decorrido, importava deixar algumas notas sobre a forma como aquela atividade iria decorrer nos meses seguintes, que era o quadro que estavam a visualizar. Terminava, colocando-se à disposição para questões. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, disse que relativamente aquele ponto, certificação legal das contas, na página duzentos e trinta e três do relatório, emitia um relatório com bastantes reservas relativamente à situação Municipal. Elencava em quatro pontos técnicos, as limitações que preocupavam muito o auditor das contas. Na página duzentos e cinquenta e quatro, relativamente ao balanço e demonstração de resultados, que passou a citar, “face ao ano anterior o resultado líquido negativo tinha sofrido um agravamento de mil duzentos e vinte e oito milhares de euros, no ano anterior o resultado tinha sido negativo, em duzentos e sessenta e oito milhares de euros, ou seja, o resultado negativo estava a aumentar, e muito, perto de cinco vezes mais. Na página duzentos e cinquenta e seis, relativamente à execução orçamental de resultados, passou a citar “com efeito, chama-se a atenção que para efeitos do número três do artigo 56.º da Lei 73/2013 de 3 setembro, caso o Município apresente dois anos consecutivos, uma taxa de execução de receita inferior a oitenta e cinco por cento do previsto no orçamento, são desencadeados os mecanismos de alerta definidos naquele artigo”. No ano de dois mil e vinte e dois a taxa de execução da receita tinha sido de oitenta e seis unidades e quatro decimas percentuais, ou seja, mesmo com uma melhoria muito ligeira, naquele ano de oitenta e sete unidades e cinquenta centésimos percentuais, estavam muito perto dos mecanismos de alarme financeiro, como o relatório referia. Na página duzentos e seis, relativamente a pagamentos em atraso, o Município

estava a pagar a oitenta e oito dias, o limite legal era de noventa dias. Cantanhede, por exemplo, pagava a vinte dias. O Município não se encontrava em situação passível de recursos aos mecanismos de recuperação financeira, mas eram deixados bastantes alertas naquele relatório de contas, por parte do auditor das contas. -----

---- **Intervenção Deputada Andreia Petornilho (PS)**, disse que a sua intervenção ia elencar três pontos distintos, começando na página trinta e um e trinta e dois, formação profissional, precisava de um esclarecimento, através do relatório era indicado que tinha havido setenta ações de formação, e indicava também que tinham sido frequentadas por setenta trabalhadores. Havia ali um decréscimo do número de ações em relação a, pensava que seria dois mil e vinte e dois e não dois mil e vinte e três. Questionou se aqueles dados se confirmavam mesmo, se em dois mil e vinte e três havia duzentos e trinta e oito trabalhadores, efetivos, só setenta trabalhadores é que tinham participado de facto naquelas ações de formação, ou havia ali um lapso, questionou. Perguntou ainda, relativamente ao número de ações de formação, porquê um decréscimo no investimento em formação, quando havia um aumento de investimento na contratação, não fazia sentido. Na página cento e sete, relativamente aos serviços veterinários e acompanhamento às obras do CROAM, dirigiu-se ao Sr., Presidente afirmando que não lhe ia perguntar para quando a inauguração do CROAM, mas pedia-lhe que reconsiderasse uma requalificação, pois há umas semanas, tinha tido oportunidade de visitar e tinha verificado, não sendo ela técnica, tinha verificado que o CROAM estava muito aquém das necessidades de acolhimento, tratamento, e das necessidades globais dos animais passava a enumerar alguns pontos que achava que deviam ser reconsiderados começando pelas instalações. Naquele momento o abrigo tinha cerca de cento e sessenta animais, o CROAM tinha capacidade para sessenta cães e trinta gatos. Há cerca de dois ou três anos, já tinham no abrigo cento e qualquer coisa animais, porque é que se tinha feito um CROAM com capacidade para sessenta cães e trinta gatos,

questionou. Não tinha verificado espaços lúdicos, os cães iam ter que estar enjaulados dias e dias, voltou a questionar. Também não tinha conseguido perceber qual seria ali a sala afeta ao banho dos cães, em caso de ninhadas, também não tinha conseguido verificar nenhuma ala própria para ninhada de gatos, e também não tinha verificado nenhuma sala com as características impostas por lei, para acolhimentos de cães com raiva ou suspeita de raiva. A nível de funcionários, questionou quantos funcionários da Câmara Municipal estavam responsáveis pelo transporte de animais do abrigo para o CROAM, e quantos funcionários efetivos, iriam estar afetos ao funcionamento do CROAM, e ao fim de semana, como é que iria funcionar a alimentação e medicação dos animais, questionava. Num último ponto, relativamente ao CROAM, questionou como iria ser efetuado o fornecimento da comida, se estavam previstos fornecimentos a nível de camas, toalhas, trelas e outros bens essenciais. Era necessário lavar as roupas dos animais, as toalhas, etc..., questionou se tinham sido compradas máquinas de lavar e sacar ou se tinham adjudicado aquele serviço a alguma empresa. Os frigoríficos para a medicação, entre outros elementos. Queria deixar uma nota final, afirmou que tinha esperança que o CROAM fosse um ponto de viragem no que tocava ao encaminhamento animal e que a Câmara Municipal de Mira não continuasse apenas a contar com a mão de obra voluntária do abrigo e da generosidade da população para o fornecimento de alimentos e outros bens. No último ponto, na página cento e catorze, relativo à Piscina Municipal, era-lhes indicado que tinham sido finalizadas obras de requalificação de eficiência energética tornando todos os sistemas completamente funcionais. Gostaria de sublinhar que aquele equipamento necessitava de muito mais intervenções no que tocava à infraestrutura bem como também substituição de elementos como chuveiros, sanitários entre outros. Em tom de ironia dizia que ao sábado não tinha sentido aquela requalificação energética, aliás, ao sábado de manhã não tinha sentido aquela requalificação energética. -----

---- **Interveio o Deputado Mauro Seïça (PS)**, começou por cumprimentar os Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara e os membros da Assembleia. Continuou referindo que após uma leitura atenta do relatório de contas do Município, onde várias questões preocupantes se destacavam facilmente, podiam analisar dois exemplos já ali levados àquela Assembleia, e era com preocupação que observavam que continuavam a ser pontos chave daquele relatório, nomeadamente pela auditoria realizada pelos seus revisores oficiais de contas. Era imperativo que discutissem questões cruciais que afetavam diretamente a gestão e transparência do Município. Desde o final de dois mil e dezanove, o sistema de inventário permanente para controlo de existências, permanecia uma promessa não cumprida. Aquela omissão comprometia não apenas a integridade dos registos contabilísticos, mas também minavam a confiança pública que os concidadãos colocavam neles. O PS desmarcava-se totalmente daquela forma de gerir, questionava novamente, ao fim de quatro anos para quando teriam um sistema permanente de inventários a funcionar no concelho. Era inadmissível que mesmo após alertas reiterados ainda se deparassem com bens móveis incluídos no inventário, mas valorizados a custo zero. Aquela lacuna não apenas desafiava a lógica contabilística, mas também levantava questões sobre a eficácia dos processos de gestão patrimonial. Não podiam ignorar o facto de que cento e vinte imóveis ainda aguardavam confirmação no seu registo predial. Uma falha grave que minava a transparência e a credibilidade das suas práticas administrativas. Para quando teriam um registo credível dos cento e vinte edifícios pertencentes ao Município devidamente registados, questionou. Se aqueles dois exemplos eram o espelho da atual gestão, o que diriam do seguinte, olhavam para a análise económico/financeira que revelavam um panorama preocupante, alguns exemplos era o aumento desproporcional com o fornecimento de serviços externos face ao ano anterior, cerca de trinta por cento, juntamente com o crescimento dos gastos com o pessoal, nove por cento, levantava sérias

preocupações sobre a eficiência dos recursos quando eram confrontados com mais um resultado negativo que se agravava ano após ano. Exigia uma ação imediata e decisiva por parte de quem de direito, porque assim continuavam a cavar a sua cova. Além disso, a política do endividamento do Município era alarmante, continuou, o aumento significativo da dívida a médio e longo prazo refletia uma gestão financeira, desequilibrada e insustentável. O facto de terem dívida a curto prazo três vezes superior às de longo prazo, era um sintoma claro de falta de planeamento, portanto, insta a Assembleia a agir com responsabilidade, era seu dever garantir que os recursos públicos fossem geridos de forma transparente, eficiente e responsável. Deviam exigir prestação de contas e implementar medidas concretas para corrigir as falhas identificadas. O futuro de Mira dependia da sua capacidade de enfrentar com coragem e integridade. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, referiu que algumas coisas que ali tinham sido ditas eram transversais, pelo Deputado Augusto Miranda e pelo Deputado Mauro Seíça, continuou afirmando que a situação em que se encontravam, não sendo muito problemática estava a roçar os prazos as execuções, para os pagamentos. Concordava e aceitava, ficava com o registo tanto do Deputado Mauro como do Deputado Augusto sobre aquilo. Os pagamentos a oitenta e oito dias estavam a roçar os noventa dias para prazo de pagamento, eram alertas que ficavam. Como já tinha referido anteriormente, tinham planeado acordos para a liquidação de pagamentos em atraso e tinham um segundo semestre que se avizinhava, onde as coisas iam mudar, porque já o histórico de anos anteriores lhes permitia dizer aquilo, por isso, na Assembleia seguinte, que seria em junho, teriam um cenário diferente daquele que estavam

ali a abordar naquele momento. Portanto, ficavam as considerações, que aceitava, porque eram em função da leitura dos documentos, era o que se podia depreender dali. Relativamente aos cento e vinte edifícios, o registo para fazerem a apresentação conveniente daquilo, sabiam quais eram, mas o que o Mauro sugeria era um registo efetivo e consolidado do património existente e posterior divulgação, porque, se calhar, gostaria de ter acesso aos documentos. Ficava com a nota para elaborar o documento com base geográfica também, localização, áreas, como devia ser. Manifestou interesse em tecer algumas considerações acerca da eficiência energética da Piscina e de pequenas reparações que eram necessárias a nível de mobiliário, também concordavam com aquilo, aliás, se calhar não era só na Piscina, tinham outros equipamentos que com o passar dos anos precisavam de manutenção, se calhar as torneiras, os chuveiros, fosse o que fosse precisavam de manutenção, também concordavam com aquilo. Quanto à eficiência energética, tinham sentido que em termos de faturas tinha resultado, tinham alguma eficiência que lhes tinha permitido reduzido os custos da energia que tinha que pagar sobre aquilo, o que a Deputada Andreia se estaria a referir seria sobre outras situações, conforto, que teriam que melhorar sim. Relativamente ao CROAM, ainda bem que não se tinha comprometido da última vez que a Deputada Andreia tinha feito aquela pergunta, que tinha sido em fevereiro, porque avizinhavam-se os tempos em que seria realmente inaugurado, mas haviam alguns fatores externos a eles, que tinham protelado, adiado aquela inauguração. A última que tinha surgido que estava a dificultar a abertura era precisamente a retirada de alguns materiais que lá estavam, em que o Município não tinha capacidade para remover, tinham que contratar empresas especializadas para fazer o trabalho, referia-se precisamente às telhas de fibrocimento que lá estavam, que tinham algum tempo para emitir o certificado para a empresa poder trabalhar, eram o que estavam a aguardar, era o que faltava. O resto das limpezas e da envolvente estava a ser feita, como se calhar já lá tinha passado e já tinha visto, aquela obra tinha sido

um grande desafio desde o início, devia dizer que o orçamento inicial do Orçamento Participativo, era de cinquenta mil euros, como estava, dado o investimento inicial que lá tinha sido feito ultrapassava nem sabia quantas vezes os cinquenta mil, e mesmo assim vinham dizer que não suficiente para o número de animais. Tinham consciência daquilo, o projeto tinha sido feito para aquele número de animais e, portanto, aquele projeto, tinham que o fazer, era assim que estava programado e era assim que teria que ser. Esclareceu que tinham contempladas celas para quarentena, tinham celas próprias para quarentena. Tinham um protocolo, que tinha revisto várias vezes com a associação Abrigo do Carinho, para que os serviços fossem completares. Compreendiam, e deixava uma palavra de agradecimento ao trabalho que tinham realizado desde sempre, deixava uma palavra de agradecimento por tudo o que tinham feito e ao final, que tinham conseguido chegar a um acordo acerca do protocolo. Entenderam que o Município não conseguia por si só fazer todo o trabalho que era necessário e Associação também entendeu que sem o apoio do Município não conseguiriam. Tinham encontrado um ponto de equilíbrio em que forneciam e pagavam mensalmente uma determinada verba para o bom funcionamento. Os animais continuariam sempre a ser recolhidos pelos serviços Municipais, que era quem tinha a competência para aquilo, e a fazer os procedimentos que tinham que fazer, depois passariam para a titularidade da Associação. A Associação tinha celas próprias para os animais deles e o Município tinha celas próprias para os animais enquanto estavam naquele período de transição, até serem devidamente identificados e catalogados. Tinha sido um trabalho imenso, também com a potência necessária e energia para lá. Também com a água potável, tinha havido problemas com a água do furo para os animais, o ponto mais próximo ficava a novecentos metros de distância, e já lá estava, portanto, estavam em crer que assim que a empresa recolhesse os materiais que tinham que recolher, eles fariam o resto da demolição, tratariam daquilo à maneira de fazer a abertura o mais rápido possível. Pediu autorização ao Sr. Presidente da

Assembleia para passar a palavra à Sr.^a Vereadora para responder sobre a questão das ações de formação. -----

---- **Interveio a Sr.^a Vereadora Dr.^a Madalena Santos**, que esclareceu que era uma obrigação do Município fazer aquela divulgação adequada, mas também era um dever do próprio colaborador propor-se àquelas formações, porque faziam a divulgação das formações, mas não podiam obrigar os colaboradores a participarem nas formações. No início de 2022 ainda havia muitas formações online, o que tinha desincentivado muitos colaboradores, a partir do momento que se começou a fazer mais formações presenciais houve um acréscimo de inscrições. Dos duzentos e trinta e oito trabalhadores efetivos setenta foram inscritos, mas, como bem entendiam, os serviços tinham que funcionar na mesma, por isso o procedimento era haver um ou dois colaboradores de cada serviço a inscrever-se e haver uma rotatividade pelos colaboradores do mesmo serviço e não se ausentarem todos ao mesmo tempo, na mesma altura. O decréscimo provavelmente, também tinha a ver com a reorganização da CIM que realizou menos formações financiadas, houve uma necessidade de reformular datas por falta de inscrições e na altura que foram propostas novas datas não estavam adequadas para o correto funcionamento dos serviços. No ano de dois mil e vinte e quatro, até àquela data já estavam a notar um aumento considerável de inscrições dos colaboradores, que era isso que queriam motivar exatamente para o crescimento profissional e uma melhoria em termos daqueles serviços. -----

---- **Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara**, que queria deixar mais uma informação adicional que tinha esquecido de esclarecer, os funcionários estavam articulados no protocolo com a associação, mas garantiriam além dos funcionários, o serviço do Veterinário Municipal, que era quem tinha a competência para determinadas coisas. Relativamente ao Deputado Mauro esclareceu que o sistema de inventário permanente era a gestão de stocks dos armazéns. A dívida a curto prazo não era o triplo da dívida a médio e longo prazo.

Os diferimentos dos cerca de seis milhões de euros do passivo a curto prazo, não era propriamente da dívida a curto prazo, eram fundos comunitários contratados que à medida que fossem concretizadas as obras passavam para a património. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado António Gonçalves (PS)**, apelidou-se como “O homem dos números”, mandava números e alguns não eram assim muito bons. Continuou afirmando que naquele ponto existiam alguns dados que eram preocupantes e que estavam plasmados na certificação oficial de contas. Relativamente ao património de capital, na página duzentos e cinquenta e um dizia que a transferência do resultado líquido do exercício negativo de dois mil e vinte e dois no valor de duzentos e sessenta e sete mil seiscentos e nove euros para resultados transitados. O resultado líquido do exercício de dois mil e vinte e três era negativo em um milhão e quase quinhentos mil. Na página duzentos e cinquenta e quatro, relativamente à análise orçamental dizia que havia uma questão relativamente à execução da receita que no ano de dois mil e vinte e dois tinha sido de oitenta e seis mil unidades e oitenta e quatro centésimas por cento, e no ano de dois mil e vinte e três tinha sido de oitenta e sete e meio, depois havia um reparo que dizia que, com efeito chamava-se a atenção que para os efeitos do nº3 art.º n.º 56.º da Lei 73/2013 de setembro, caso o Município apresentasse dois anos consecutivos uma taxa de execução de receita inferior a oitenta e cinco por cento do previsto no orçamento era desencadeados os mecanismos de alerta definidos naquele artigo. Parecia-lhe que estavam a rondar muito próximo dos oitenta e cinco, não sabia o que poderia acontecer no futuro. Continuou referindo que na página duzentos e cinquenta e quatro, dizia, análise económica e financeira, o passivo tinha registado um aumento vinte e três unidades e nove décimas por cento, cerca de dois milhões e quinhentos mil

euros, face ao anterior o resultado líquido tinha sofrido um agravamento de vinte e um mil, duzentos e vinte e oito euros, no ano anterior o resultado tinha sido de duzentos e sessenta e oito milhões de euros, tinham passado de duzentos e sessenta e oito para um milhão e duzentos mil sensivelmente. Na página duzentos e sessenta e um do relatório dizia relativamente aos principais indicadores orçamentais, que em dois mil e vinte e três as receitas cobradas tinham sido inferiores às receitas orçamentadas em sensivelmente dois milhões e quinhentos mil euros, enquanto que em dois mil e vinte e dois as receitas cobradas face às receitas orçamentadas tinham apresentado um défice de dois milhões e duzentos mil euros, havia um agravamento em cerca de cento e vinte e cinco milhares de euros face ao referido ano anterior. Referiu uma frase ali existente que lhe parecia fundamental que passou a ler, “*O orçamento do Município apresentava um equilíbrio financeiro, em sentido formal, mas não no sentido substancial.*” Continuou com a página duzentos e sessenta e dois, relativamente aos pagamentos em atraso, fundos disponíveis e dívida total, dizia que o Município tinha terminado o exercício de dois mil e vinte e três com pagamentos em atraso no montante de quatrocentos e vinte e oito milhares de euros, referiu que no artigo 52.º da Lei 73/2013 que dizia que os Municípios que ultrapassassem um máximo da dívida total em um ponto cinco da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, podiam recorrer a um dos mecanismos financeiros de recuperação. A trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três, também tinha sido dito que o Município não se encontrava em situação passível de recurso a um dos mecanismos de recuperação financeira, e disse ele que do seu ponto de vista caminhava para lá muito rapidamente. Aqueles eram alguns dos valores que provavam mais uma vez que o desequilíbrio das contas era grande e que mais cedo ou mais tarde, estariam com mecanismos de recuperação financeira. Gostava de saber o que é que o Sr. Presidente Artur Fresco tinha a dizer sobre aquilo. -----

---- **Intervenção da Deputada Lurdes Mesquita (PSD)**, referiu estarem ali reunidos

para apreciar o relatório de gestão e a prestação de contas daquele executivo referente ao ano de dois mil e vinte e três. Naquele período extremamente desafiante em que enfrentaram incertezas e mudanças constantes, era crucial reconhecer o trabalho árduo e dedicado de todo o executivo que comandava o destino do Município de Mira. A apresentação de contas era por excelência um dos momentos chave para avaliar a forma como estavam a ser geridos os recursos públicos e, por aquela via, de que forma os objetivos e metas traçadas pelo executivo estavam a ser alcançados. Assim, se analisassem com detalhes todos os documentos que estavam presentes naquela Assembleia, conseguiam, com facilidade encontrar um traço distintivo que tinham caracterizado a atuação dos executivos do Partido Social Democrata, ao longo dos últimos dez anos, que passava pela forte aposta no investimento público em infraestruturas impulsionadoras do crescimento económico e social do concelho de Mira. Se atentassem nos números apresentados rapidamente concluíam que só nos últimos três anos já encerrados, de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e três, o Município investiu e pagou treze milhões de euros em obras extremamente importantes para o Município, muitas delas promessas sempre adiadas no concelho. Estava a falar em ter capacidade em média, todos os anos, fazerem e pagarem mais de quatro milhões e trezentos mil euros de investimento público. Eram números, a todos os títulos, bastante empacotados para um Município da dimensão de Mira. Entre muitas outras, estava a falar de obras que iam desde a educação, requalificação da Escola Secundária Dr.^a Maria Cândida, o desenvolvimento económico, a ampliação da área empresarial do Montalvo e ampliação das infraestruturas da Zona Industrial Polo I, a cultura, criação do novo espaço cultural Átrium de Mira, desporto, reabilitação do campo de futebol do Lago do Mar na Praia de Mira, do Campo do Fojo no Seixo de Mira, a construção dos balneários e bancada no Estádio Municipal de Mira. O turismo, requalificação e revitalização dos Viveiros na Praia de Mira, requalificação do Posto de Turismo da Praia de Mira e modernização do Mercado da Praia de Mira. No ambiente, o

novo centro de Recolha Oficial do Município de Mira e o fecho do Sistema SAR no Casal e Ermida. Muitos outros exemplos poderiam ainda dar dos muitos projetos que ao longo dos últimos anos vinham sendo nas diversas áreas pelos executivos liderados numa primeira fase por Raúl Almeida e na atualidade por Artur Fresco. Importava lembrar que aquele volume de investimentos tinha sido levado por diante sem agravamento da carga fiscal dos cidadãos, ou seja, aquele executivo tinha mantido o nível de impostos que recaiam sobre os Mirenses, tendo sido inclusivamente introduzido incentivos adicionais como o IMI Familiar. Para além de que aquele executivo tinha reforçado o apoio quer às Freguesias, quer às Instituições Sociais, Culturais e Desportivas do concelho. Em conjunto com a corporação de Bombeiros, constituíam uma importante e indispensável rede de atores que diariamente permitiam alavancar e desmultiplicar a capacidade de intervenção da própria Câmara. Os números económico/financeiros ali apresentados revelavam também ao contrário do que era prática comum antes de dois mil e treze, o Município continuava a atingir percentagens de execução da sua receita e despesa bastante elevadas. No final de dois mil e vinte e três foi possível atingir uma taxa de execução da receita de oitenta e sete unidades e cinquenta e duas centésimas por cento, e da despesa de oitenta e duas unidades e noventa e duas centésimas por cento. No que à receita dizia respeito, quis destacar o volume de cofinanciamentos comunitários recebidos ao longo de dois mil e vinte e três, mais de três milhões e quatrocentos mil euros, valor que era mais do dobro do sucedera em dois mil e vinte e dois. Tratava-se de um importante indicador do trabalho que tinha sido desenvolvido ao longo dos últimos anos por aqueles executivos, no sentido de obtenção de participações comunitárias que permitissem alavancar a sua capacidade de realização de investimentos. Só um aturado e persistente trabalho de elaboração, submissão e execução de candidaturas é que tinham permitido atingir aquele nível de excelência no que à captação de fundos não reembolsáveis dizia respeito. No que concernia à despesa do Município, os

documentos apresentados revelavam que de uma maneira geral os aumentos mais significativos resultavam do processo de descentralização de competências na área da Educação e Saúde, e do aumento de alguns custos nomeadamente com a recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos e energia. Importava lembrar que o processo de descentralização de competências implicou a assunção pelo Município de um conjunto de trabalhadores, bem como da gestão de um conjunto de equipamentos, pelo que, naturalmente, as despesas com o pessoal teriam de aumentar em conformidade, bem como as despesas normais de funcionamento com a energia, água, limpeza e segurança dos equipamentos transferidos. O que todos sabiam era que o envelope financeiro associado a todo aquele processo de descentralização nos Municípios Portugueses tinha vindo a revelar-se claramente deficitário pelo queurgia corrigir aquele desequilíbrio. Como tinha sido explicitado pelo executivo no final do ano de dois mil e vinte e três tinha sido apurado um resultado antes de depreciações, amortização positiva superior a oitocentos e sessenta mil euros, que apenas se transformavam num resultado líquido de exercício negativo por força de um volume superior a dois milhões e duzentos mil euros, de depreciações, amortizações, que, como sabiam, eram lançamentos puramente contabilísticos. O caminho percorrido até ali era claramente de sucesso. Tinham surgido alguns obstáculos inesperados pelo caminho, mas aquele executivo sempre tinha sabido encontrar as melhores soluções para ultrapassar os problemas que tinha ido enfrentando ao longo dos anos. Tinha sido assim pela ocasião dos incêndios, tinha sido assim aquando da pandemia e tinha sido assim quando tinha rebentado a guerra da Ucrânia. Ao longos dos anos tinham modernizado caminhos, estradas, pontes e redes de abastecimento de água e saneamento. Alocaram recursos substanciais para escolas e atividades culturais porque acreditavam que o conhecimento e a cultura eram pilares essenciais para uma sociedade mais próspera. Investiram ainda em espaços verdes e desportivos para o bem-estar físico e mental dos seus cidadãos. Criaram e melhoraram

substancialmente as condições para a atração de investidores pois o crescimento económico sustentável era fundamental para estabilidade e sustentabilidade da comunidade. Chegados ali, alguns diriam para pararem, seria, com certeza, a via mais fácil. Mas não iam por ali. Estavam convictos que aquele executivo continuaria a batalhar diariamente pela consolidação de um Município cada vez mais próspero, forte e resiliente. Prova disso é que já tinham no terreno um novo ciclo de investimentos bastante importantes para o Município, uns já aprovados, outros em fase de elaboração dos respetivos projetos/candidaturas. Estava a falar, por exemplo, da requalificação do Centro de Saúde de Mira, da requalificação das Extensões de Saúde, a ampliação da Escola Secundária Dr.^a Maria Cândida, a remodelação da Escola Básica de Mira, o investimento de mais de dez milhões de euros na habitação. Iam continuar a ser ambiciosos, iam continuar a lutar pelo seu concelho, pelas suas gentes, iam continuar a fazer acontecer. -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, declarou que naquele ponto tinha um conjunto de apontamentos, ia direto a dois ou três assuntos que tinham sido elencados e observados por parte da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, quando tocava no assunto, “Orçamento Participativo” e utilizava a palavra planeamento a bancada do Partido Socialista sugeria-lhe que não o fizesse, porque o Orçamento Participativo era realmente a demonstração de que não havia planeamento algum, naquela Câmara Municipal. O Orçamento Participativo que tinha saído vencedor daquela obra que estava em andamento do CROAM, recordava que era de dois mil e dezassete. Pressuponha-se que os Orçamentos Participativos deviam estar concluídos no ano seguinte, em dois mil e dezoito. Se lhe dissessem que o regulamento estava mal feito e que tinham admitido certas situações que não deviam ser admissíveis, o problema é que quem tinha feito aquele regulamento também tinham sido os executivos liderados pelo PSD, por isso, não era certamente desculpa e no ano de dois mil e vinte e quatro nem sequer tinham ainda conseguido avançar com o Orçamento

Participativo do ano de dois mil e vinte e quatro, já tinham violado as datas, porque as datas eram em abril, já as tinham violado e nem sequer cumpriam o de dois mil e vinte e quatro, não tinham conseguido fazer uma alteração ao próprio regulamento, mudaram de Vereador, era a Vereadora Madalena que tinha aparecido cheia de boas intenções para resolver o assunto, entretanto tiraram a Vereadora, colocaram o Vereador Tiago, e o que é que tinha acontecido até àquele momento, nada. Por isso não utilizassem pelo menos a palavra planeamento. Relativamente à questão da formação, da explicação da Dr.^a Madalena, por mais respeito que tivesse pela Dr.^a Madalena, tinha cometido um erro. A formação era obrigatória por Lei aos colaboradores, aos funcionários, não era uma questão de não poderem obrigar os colaboradores, não, era obrigatório por Lei, tinham de dar aquela formação e tinha que haver horas disponíveis para que os colaboradores e funcionários as utilizassem. Relativamente às várias obras que foram ali elencadas, recordava que saúde, educação e habitação eram obras do PRR que tinham sido assumidas pelo Governo do Partido Socialista, ainda, com aquela Câmara Municipal, por isso, pelo menos que não fizessem omissão daquilo porque depois acontecia como tinha acontecido recentemente na Assembleia da República que, afinal de contas, não diziam a verdade toda e depois corria mal. Relativamente à parte do número de dias de pagamentos, oitenta e oito, mas que fossem honestos porque haviam muitas situações que ultrapassavam aqueles oitenta e oito e ele provava aquilo e tinha a certeza, que era pior para o executivo se aquela situação fosse avaliada.-----

---- **Intervenção do Deputado Carlos Nora** (PS), começou por afirmar que era um bocado chover no molhado mas voltava a dizer da sua renovada preocupação com a situação financeira da autarquia resumida e espelhada no balanço da demonstração de resultados por natureza. Quanto aos financiamentos obtidos tinha havido um aumento de cerca de mais ou menos quatrocentos mil euros em relação a dois mil e vinte e dois. Outras contas a pagar, também tinha havido um aumento de mais ou menos cem mil euros em relação a dois mil e vinte e dois.

Nos fornecedores, conta corrente, tinha havido um aumento de oitocentos e cinquenta mil euros de dívida em relação a dois mil e vinte e dois. Diferimentos, um aumento de um milhão e trezentos mil euros em relação a dois mil e vinte e dois. Tudo aquilo fazia com que houvesse um aumento agravado do passivo de dois milhões e seiscentos mil euros e um resultado líquido de mais ou menos de um milhão duzentos e trinta mil euros em relação a dois mil e vinte e dois. Tudo aquilo era de facto uma grande preocupação e eles não podiam estar descansados com a parte financeira da autarquia. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, começou por informar que ia responder de uma maneira geral, às políticas que tinham pensadas para a parte financeira. Aquilo que a Deputada Lurdes Mesquita tinha ali referido, era uma maneira de fazer uma leitura de um documento e aquilo que se apresentava da parte da bancada do Partido Socialista era outra maneira de ver o documento. As leituras eram diferentes, de um lado parecia que as coisas, nada estava bem. Queria salientar que tinham, nas suas iniciativas, naquilo que pensavam para a execução e para o relatório das atividades que faziam, tinham em atenção o bem-estar das famílias de Mira. Queriam manter o IMI na taxa mínima. Tinham o IMI familiar para ser uma taxa ainda mais reduzida, tinham uma derrama a zero, para não ser o Município a ficar com todas aquelas despesas, tinham que pensar em fazer a distribuição por outros meios para terem algumas fontes de rendimento que pudessem servir ao Município também. Queriam o bem-estar dos Mirenses, mas depois eram ali atacados por terem as contas no estado em que estavam. Relativamente aos Orçamentos Participativos, do Sr. Presidente Francisco Reigota, a dizer que não tinham planos, que não faziam que não acontecia, era fácil dizer que não faziam. Estavam atrasados, sim, mas que iam

fazer, iam fazer, já o tinha dito ali. Não podia comparar um centro de recolha oficial de animais de dois mil e dezassete, que se investissem cinquenta mil euros do orçamento participativo não faziam lá nada. Se já tinham cinco ou seis vezes mais investido e não era suficiente como já ali tinha sido dito, o que é que iam fazer com cinquenta mil, questionou. Se as cláusulas que permitiam concorrer com determinadas coisas, não eram as mais indicadas, tinham que fazer a sua correção. Aquilo também já se tinha verificado com outro tio de orçamentos participativos, que tinham vindo a revelar-se vencedores e depois eram de difícil execução, porque às vezes faziam projetos em terrenos onde não se podiam fazer coisa nenhuma, às vezes o projeto devia ser só o projeto mesmo e não a execução da obra, uma série de coisas que para terem um orçamento participativo como devia ser, não devia ser só cinquenta mil euros, deviam ser quinhentos mil e depois aí já davam grandes obras e tinham dinheiro para tudo, o problema é que não tinham fundos suficientes para o fazer. Pediu autorização para passar a palavra ao Dr. João Rocha para responder às questões colocadas pelos Deputados António José, Carlos Nora e pela Deputada Lurdes Mesquita. -----

---- **Tomou a palavra o Dr. João Rocha**, que cumprimentou todos os presentes. Explicou que os modelos de demonstrações financeiras que existiam e estavam estipulados no Decreto Lei nº 192 de 2015, não podiam abrir rubricas dentro da demonstração financeira ou dentro do balanço de resultados que pudessem detalhar mais pormenorizadamente os valores que eram apresentados em algumas linhas, por isso chamava a atenção que, quer o balanço quer a demonstração de resultados tinham uma coluna que dizia “notas”, notas das quais podiam obter algum detalhe nos anexos às demonstrações financeiras que estariam da página cento e vinte e sete ou cento e vinte e oito para a frente. Haviam ali algumas rubricas que eram de leitura direta, praticamente, enquanto que havia outras que tinham que ver determinadas notas, como nas outras contas a receber, como nos devedores por transferências e subsídios

reembolsáveis, se fossem às notas, elas estavam lá detalhadas e os valores que representavam. Na parte do passivo, principalmente, havia que ver a leitura das notas de outras contas a pagar no passivo não corrente, que eram cauções de empreiteiros, basicamente era dívida do Município, mas o valor estava salvaguardado em depósitos bancários. Nas outras contas a pagar, se fossem à nota dezoito, dois aparecia exatamente o que seria, normalmente eram acréscimos com subsídios de férias a pagar no ano de dois mil e vinte e quatro e outras questões. Um assunto que nos diferimentos do lado do passivo corrente que levantava sempre alguma questão, não era propriamente uma dívida, era um mecanismo de contabilização dos subsídios ao investimento, nomeadamente fundos comunitários, que, aquele valor de seis milhões trezentos e dez mil, representavam fundos comunitários que tinham assinados para receber, dois quais tinham dois milhões seiscentos e cinquenta e três mil, que ainda lhes deviam, mas à medida que as obras fossem concluídas aqueles seis milhões e trezentos mil, passariam para uma conta da cinquenta e nove em que se iam transformar em património. Era um mecanismo de leitura da demonstração financeira, balanço, que não devia ser lido diretamente o valor da rubrica, mas sim, ir às notas e perceberem o que é que as notas diziam. As notas eram um pouco extensas, era verdade, como tinha dito o balanço e a demonstração de resultados não era possível abrirem linhas para ir detalhar aquela rubrica que parecia grande, porque o modelo estava estipulado e só podiam ter aquelas linhas mas nas notas iam fazendo observação do que era aquele valor e do que representavam, principalmente na parte de subsídios ao investimento estavam muito bem documentados, sabiam o que é que estava no final do ano em cada obra e o que é que representavam aqueles valores no balanço. Deixava, portanto, a explicação, não ler diretamente o que estava nas rubricas sem entender o que estava nas notas. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- Interveio o **Deputado Francisco Reigota (PS)**, alegou que a pergunta ia ser direta mas fazia uma pequena introdução que tinha a ver única e exclusivamente com a questão dos oitenta e oito dias que naquele momento o Município tinha para pagamentos que estava próximo dos noventa que era o limite legal para começar de alguma forma a violar aquela situação. Perguntava diretamente ao Executivo e aquele se quisesse poderia recorrer aos funcionários. Era possível que obras que já estivessem concluídas e pequenas intervenções que fossem concluídas nas suas localidades ainda não tivessem compromissos e que não existissem faturas sobre o mesmo, mas que as obras já tivessem sido feitas a favor da comunidade e a favor do Município, questionou. -----

Findas as terceiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** pediu autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para passar a palavra ao Sr. Vice Presidente.-----

---- Tomou a palavra o **Sr. Vice Presidente**, explicou que compromisso tinha que haver senão não podia haver obra, a fatura podia ainda não ter sido apresentada ao Município, cabia ao empreiteiro ou ao prestador de serviços apresentar a fatura. Como bem sabia para haver uma empreitada ou uma prestação se serviços tinha que estar devidamente contratada. -----

---- Interveio o **Deputado Francisco Reigota (PS)** que disse para não brincarem com a inteligência dos Deputados do Partido Socialista relativamente àquelas temáticas. -----

VOTAÇÃO-----

---- Submetido o PONTO TRÊS a votação, foi aprovado com os votos contra do PS e do CHEGA. -----

PONTO QUATRO: Aprovação, nos termos do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de

12 de setembro, na redação atual, em articulação com o artigo 77º da Lei nº 82/2023, de 29 de dezembro, da 2ª Revisão Orçamental e 2ª. Revisão às GOP's do ano de 2024-----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: --

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Câmara** que explicou que aquele ponto tinha a ver essencialmente com dois aspetos da parte da receita, tinha a ver com a rubricas mais adequadas para a inclusão, cinquenta por cento que se assumia da natureza de transferências de Capital, conforme oficial da DGAL e e-mail da AIRC, em anexo, criou-se a revisão e rubrica de outra receita mais adequada para a correta classificação dos outros cinquenta por cento. O montante de setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e quarenta e três euros estava previsto numa rubrica e procedeu-se à inscrição na rubrica mais adequada, estipulada pela DGAL. Da parte da despesa, alterou-se a classificação económica das grandes opções do plano, estratégia local de habitação, primeiro direto, intervenções de reabilitação, de uma rubrica para outra rubrica mais correta, mantendo-se os montantes anteriormente aprovados. Da mesma forma, do Mira Walking Trails – Implementação de três novos percursos pedestres, era a transição de uma rubrica, para outra rubrica mais adequada mantendo-se também os montantes, e nas GOP's da energia Municipal, a forma de alcançar o procedimento da aquisição da energia elétrica mais eficiente. Energia elétrica em forma LED, aquisição de serviços para substituição de ponto luz com lâmpadas de descarga, por lâmpadas de tecnologia LED e manutenção do sistema de gestão. -----

----- **VOTAÇÃO**-----

---- Submetido o PONTO QUATRO a votação, foi aprovado com a abstenção do PS e do CHEGA. -----

PONTO CINCO: Transferência de competências para as autarquias locais no domínio da Ação Social – Delegação de competências em matéria de ação social

na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – CIM-RC, nos termos da alínea k), do n.º. 1, do art.º. 25.º., do Anexo I, da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: --

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara** que explicou aquele ponto tinha a ver com outras transferências de competências que tinham assumido do Governo Central, e que os Municípios podiam delegar nas respetivas CIM. Naquele caso estavam a fazer a transferência na matéria da Ação Social, mas também já tinha sido feita noutros aspetos, como por exemplo os transportes, era, portanto, uma parte que caberia ao Município, que entenderam que a CIM tinha sempre mais capacidade de contratação e gestão, por isso delegavam na CIM Região de Coimbra aquele propósito. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, que se dirigiu ao Sr. Presidente da Câmara afirmando que lhe tinha surgido uma questão, que era se relativamente à Carta Social, aquela competência ficava para a CIM e não para a Câmara Municipal, questionou, ao que o Sr. Presidente respondeu afirmativamente. -----

----- **VOTAÇÃO**-----

---- Submetido o PONTO CINCO a votação, foi aprovado com a abstenção do CHEGA. -----

PONTO SEIS: Aceitação e declaração de interesse público municipal, para efeitos de enquadramento na alínea e), do n.º. 1, do art.º. 41.º. do Regulamento do Plano Diretor Municipal, a que se reporta o proc.º. n.º. 04/2024/95-----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: --

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **O Sr. Presidente da Câmara**, declarou que não tinha nada a acrescentar àquele ponto, colocava-se à disposição para qualquer esclarecimento. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, não tendo havido inscrições: -----

----- VOTAÇÃO-----

---- Submetido o PONTO SEIS a votação, foi aprovado com a abstenção do PS.-

PONTO SETE: Apreciação, nos termos do disposto na alínea ccc), do nº. 1, do artº. 33º. do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, se 12 de setembro, na atual redação, do relatório de contas da Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque (AIBAP), respeitante ao exercício do ano de 2023. Tomada de conhecimento. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado António Gonçalves (PS)**, relativamente àquele ponto quis apenas salientar o passivo da AIBAP, que se situava muito próximo do milhão de euros, e o total de fundos patrimoniais era de um milhão e seiscentos mil. Que fundos eram aqueles, questionou. Questionou ainda se a dívida de oitocentos e oitenta mil euros, aproximadamente, que a Câmara tinha para com a AIBAP, estava refletida naquele relatório. -----

--- **Interveio o Deputado João Luís Pinho (PS)**, relativamente àquela questão da AIBAP, aquando o projeto de lançamento da AIBAP, pensava que todas as bancadas presentes naquela Assembleia tinham aprovado aquele projeto de interesse para o Município, estariam contemplados cerca de cinquenta mil metros quadrados de terreno, que seriam vendidos ao preço de vinte e dois euros e oitenta cêntimos por metro quadrado, que perfazia, em número redondos, à volta de um milhão e qualquer coisa mil euros. Estava em crer que aquela verba resolveria grande parte dos problemas financeiros daquela entidade. Pena era que aqueles tais metros quadrados nunca tenham sido

incorporados em nenhum dos exercícios e, pensava que até àquele momento, não tinha conhecimento da totalidade daqueles terrenos. Seria interessante para que aquele projeto de Incubadora, antiga Incubadora agora Miracenter chegasse a bom porto, até porque tinham lá estado excelentes empresas, que pudesse de alguma forma contribuir para aquilo que era o desenvolvimento económico daquele concelho, nomeadamente na criação do tal POLO TECNOLÓGICO, pensava que seria aquilo a razão para aqueles tais cinquenta mil metros quadrados, e, visto que na altura se falava num investimento de seiscentos mil contos financiados num total de setecentos e cinquenta mil do investimento, portanto os tais cinquenta mil metros quadrados de terreno ao tal preço de vinte e dois euros e oitenta cêntimos, pensava que seriam, para terminar com aquilo, a razão de hoje em dia ainda se continuar a falar das dívidas da incubadora. O processo não tinha sido feito no início, ou melhor, não tinha corrido como tinha sido previsto, como se tinha equacionado, pensava que hoje ainda estariam a pagar aquele ónus daquela tal incongruência a nível do que lhes tinha sido apresentado há bastantes anos, pensava que em dois mil e quatro, relativamente àquilo que tinham agora. Era um projeto que sempre tinha achado interessante para o Município e, com todas as dificuldades, tinha sido feito, e hoje em dia estavam a pagar o ónus, e estavam ali constantemente a questionar algo que deveria ter sido resolvido no início e era um problema que todos eles enquanto autarcas, fossem das Assembleias, fossem Presidentes de Junta tinham que fazer “mea culpa” porque não conseguiram ir de encontro àquilo que tinha sido proposto, tinham aprovado algo mediante o que lhes tinha sido apresentado e aquele algo, efetivamente não se tinha concretizado. Pensava ser aquela a grande razão para ainda hoje se andar a pagar dívidas relativamente àquela entidade. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS

MEMBROS): -----

---- **Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara** que concordava que o investimentos eram sempre necessários, aquilo tratava-se ali de um Polo Industrial onde tinha sido instalada a incubadora, tinha lá outra unidade lá próxima que também tinha servido para outros efeitos, e os terrenos tinham um característica que podiam ser englobados para Polo Industrial. Algum daquele solo pertencia ao Município de Mira outros pertenciam a particulares, mas poderiam sempre equacionar o futuro de loteamento e cativação de investimento ali naquela zona também. Aquilo que o Deputado João Luís tinha afirmado, numa grande parte, se tivesse sido contemplado e se tivesse feito aquilo que tinha sugerido, teriam agora um problema quase resolvido ou completamente resolvido. O problema é que durante o tempo entre a construção da primeira fase e à data que estavam hoje pouco ou nada tinha acontecido. Portanto o tal investimento no Polo Tecnológico, embora fosse sempre viável, era difícil e, portanto, ou criavam as condições ideais para cativar aquilo, entretanto os investidores podiam ter ido procurar outras paragens e de certeza que não tinham ficado aquele tempo todo à espera, portanto, cabia-lhes a eles saber orientar e parcelar os terrenos que ainda poderiam ser acoplados ali e incentivar o investimento. Relativamente às intervenções e perguntas técnicas, passava a palavra ao Dr. Joao Rocha, se o Sr. Presidente da Assembleia assim o permitisse. -----

---- **Tomou a palavra o Dr. João Rocha** que explicou que, como sabiam e estava escrito nos relatórios, o Município tinha uma participação de cerca de noventa por cento na AIBAP, era praticamente o participante principal. O Passivo da AIBAP eram cerca de novecentos e noventa e oito mil euros, afirmou que o Município não tinha nenhuma dívida para com a AIBAP, o Município simplesmente pagava uma renda da parte que lá ocupava e aquilo que podia ter levado em crer que deviam oitocentos e oitenta mil euros à AIBAP, não. Era um mecanismo para o cálculo da margem de endividamento do Município, o

Município, como já o tinham falado ainda não estava dentro de nenhum dos parâmetros para recorrer a mecanismo de recuperação, mas levantava já o véu, para quando saíssem as contas consolidadas, daí a dois meses, quando fosse à Assembleia Municipal de Junho, tratava-se simplesmente de um caso “in extremis”, se a AIBAP tivesse que fechar, dos novecentos e tal mil euros, oitocentos e oitenta mil caberiam ao Município. Mas aquilo já era para calcular a margem bruta de endividamento do Município e depois estavam dentro da margem que se podia utilizar durante o ano. Quando aparecessem ali em junho as contas consolidadas, obviamente aqueles balanços consolidariam com um único balanço do Município de da AIBAP, que que aqueles valores seriam, com taxas que correspondiam à taxa de participação, aí sim aqueles novecentos mil euros de passivos ia aumentar o balanço consolidado das três entidades, era verdade, mas não queria dizer que estavam a dever oitocentos e oitenta mil euro à AIBAP, não estavam a dever nada, era só um cálculo de endividamento do grupo Município-----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)** queria que ficasse gravado aquela parte, aquela parte que o João tinha dito era extremamente importante, era a maior reflexão que aquela Assembleia e o concelho de Mira deveriam fazer, subscrevia totalmente as palavras do João porque aquele era o princípio, porque estava há onze anos naquela Assembleia Municipal e durante aqueles onze anos o que os Executivos, e quem estava na mesa naquele momento representavam os onze anos de Executivos, tinham feito era que a única frase que saía da Câmara Municipal e dos seus representantes era que a AIBAP estava falida e eles tinham vindo e salvaram a incubadora. Muito bem, só que depois podiam continuar a conversa, aliás, podiam ir ao antes, e o antes trazia logo outro tipo de responsabilidades políticas e sinceramente não ficaram eles

com o chapéu, mas também não lhes competia estar a fazer aquilo agora, porque não era útil para o concelho, mas no futuro, o que tinha sentido da resposta do atual presidente da Câmara é que estava de braços caídos relativamente àquele tema. O Sr. Presidente tinha dito um conjunto de frases que todas coladas não correspondiam a nada. De braços caídos sem saber muito bem o que havia de fazer por aquela AIBAP, pronto, agora era um edifício caro, como alguém lhe dizia era uma casa cara, e passava a ser uma casa cara que tinha alguns funcionários lá, perguntava quem fazia a gestão da AIBAP, quem eram os principais responsáveis, quem eram, quantos funcionários tinha naquele momento a AIBAP, qual era claramente o principal foco de investimento que aquele executivo tinha para o futuro de tudo o que aquilo representava, ou era simplesmente uma casa cara. Se era para aquilo, se calhar estava na hora se fazer um investimento, não de uma Câmara nova, mas de dignificar melhor os recursos humanos do Município, porque ainda li tinham visto que tinham recursos humanos bem capazes e preparados nas suas áreas, só que depois também mereciam que as condições físicas onde trabalhavam também fossem melhoradas e aquele edifício também já carecia de outro tipo de obras. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara,** que disse que quando o primeiro Executivo de Raúl Almeida assumiu a Câmara Municipal em dois mil e treze, foram chamados para irem ver o estado em que se encontrava as instalações da AIBAP, que eram miseráveis. Para entrar lá dentro, ou molhavam as pernas até à cintura porque estava cheio de água, com vidros partidos, mobiliário degradado, estava tudo completamente degradado, ao abandono, aquilo parecia uma lixeira. Pensava haver registos fotográficos daquilo. Como o Sr. Presidente da Junta da Praia disse, se calhar era uma discussão que não era para ter ali, e

não demorava assim tão pouco. Quem viu aquele edifício como ele estava em dois mil e treze e quem o via agora, só não reparava na diferença quem não queria. Por isso custava a aceitar que fosse ali dizer que não havia planos que não sabiam o que é que haviam de fazer. Sabiam o que haviam de fazer e tinham um plano, mas custava dinheiro pagar a recuperação como era lógico, como na sua casa ou noutra casa qualquer. Tinham que ir pedir dinheiro emprestado, tinham que fazer um crédito, tinham que resgatar, porque tinham um resgate na banca sobre aquilo. Portanto, tiveram que fazer aquele resgate e estavam a pagá-lo. Haviam de chegar a um tempo em que não deviam mais nada. Que custava, pois, tinha alguns encargos sim. Relativamente ao espaço, tinham um espaço atrás da incubadora, inclusivamente esteve para ser utilizado pela ABMG, uma parte estava-lhe alugado e terreno estava lá, mas para criar as infraestruturas para instalar o que fosse necessário, eram precisos vários milhões. A avaliação que tinham agora daquele edifício não era seguramente o mesmo que a banca tinha em dois mil e treze quando lá tinham chegado. Passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente. -----

---- **Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente**, declarou que também fazia parte dos órgãos sociais da AIBAP e achava que o que estavam ali a assistir naquele momento era um golpe de teatro, ficava mal aquele discurso ao Partido Socialista quando tinham deixado a AIBAP completamente ao abandono. Tinha sido uma opção política do executivo do PS deixar a AIBAP ao abandono. Era um facto, não era subjetivo o pensamento, era um facto. Quer quisessem, quer não quisessem tinha sido o executivo do Dr. Raúl que tinha recuperado a AIBAP: O presidente já o tinha dito, tinham projetos, tinha estado a crescer, ainda agora tinham um espaço financiado com um “Go Working” era um investimento que estava mapeado no Portugal 20/30 em que pretendiam investir, mas aos senhores ficava-lhes mal aquele tipo de discurso. Só lhes queria dizer uma coisa, eles não iam desistir da AIBAP, muito pelo contrário, eles, Partido Social Democrata, executivo Municipal desde dois mil e treze, não iam desistir da

AIBAP, não a lam abandonar conforme eles fizeram. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado João Luís Pinho (PS)**, pediu desculpa à sua reação anterior, achava que devia haver um sistema digital que permitisse as intervenções nos seus lugares e não terem que andar num vai e vem para o púlpito, perdia-se muito tempo e era complicado. Pediu para lhe dizerem se alguma coisa do que tinha ali dito era alguma inverdade, não se revia em nada do que o SR. Vice-Presidente tinha dito naquele caso, nem ia colocar nas suas costas a afirmação que tinha feito sobre “vocês”. Referiu que o que tinha dito, era uma transcrição de um documento que existia, tinha sido a base, o início. Naquele momento não existia incubadora de empresas, existia um espaço, muito bem, A Câmara Municipal tinha decido reaproveitar no sentido de reutilizar o que lá estava, muito bem. Incubadora de empresas tinha sido ali apresentada e projetada no tempo do Dr. Mário e do Sr. Nelson, não existia, não tinham aquilo. O barco tinha passado, de uma maneira boa ou má as oportunidades não tinham sido aproveitadas e a situação tinha-se transformado no que se tinha transformado. Havia uma dívida, se no início se tivesse cumprido com todos os requisitos e com todas as premissas que existiam aquando da aprovação, pensava que a Câmara Municipal de Mira não teria aquele problema em mãos. Era muito simples, uma forma de revitalizar aquilo e de resolver os problemas, era a criação do Polo Tecnológico. Era fechar o círculo, comprar os restantes terrenos que existiam, infraestruturá-los como se tinha proposto há vinte e tal anos, coloca-los no mercado e a partir daí havia incorporação de capital para o Município para a incubadora, fosse para o que fosse e de alguma forma teriam aquilo que há vinte e tal anos se tinha proposto fazer e por uma série de incongruências naquilo que tinha sido dito e naquilo que se tinha feito, não tinha acontecido e quem tinha tomado as decisões que tomou que viva com elas, ele

vivia com as dele e assumia aquilo que dizia, não ia meter sobre as suas costas coisas que nem tinha dito nem que outros o tentem dizer por ele . Isso não ia aceitar. -----

---- **Intervenção do Deputado Francisco Reigota (PS)**, disse que expressão golpe de teatro ficava bem quando as pessoas se revelavam e revelavam às vezes até algumas das coisas que traziam dentro de si e que não gostavam de transmitir, mas era bom que transmitissem e dissessem o que sentiam e o que lhes ia na alma. No entanto nada daquilo era útil para o Município, nada daquilo trazia qualquer tipo de investimento, qualquer tipo de riqueza e as perguntas que tinham colocado tinham ficado por responder, mas também já era uma prática do executivo. As opções que tinham sido tidas em alguns momentos na gestão daquela casa, como era obvio, não lhes competia a eles no sentido individual e pessoal, não estava ali nenhum elemento da bancada do PS que tivesse feito parte de um executivo do PS, ou PSD ou outro qualquer, no entanto também defendiam e honravam a história do PS, e sabiam muito bem qual era a história do PS em Mira. Dezasseis anos no poder, PSD a caminho de trinta e três, era mais do dobro. Sabiam muito bem as responsabilidades que cada um tinham, mas aquilo naquele caso em concreto para uma criação de um Polo Tecnológico ou para refletirem ali um pouco o estado da arte das suas Zonas Industriais, do projeto em termos de investimento, a sua ligação Municipal às empresas, que devia ser aquela a discussão, que deviam estar a ter ali, o que é que era apresentado por parte do Município sobre aquelas situações, questionou, nada, nada, nada respondeu. Depois iam com aquele tipo de golpe de teatro e afirmações “e fica-vos mal este discurso”, não, não lhes ficava mal aquele discurso, estavam a falar de gestão, estavam a falar de dinheiro e estavam a falar que ao final, independentemente da linguagem contabilística que quisessem apresentar, e por mais que fosse correto que o técnico João Rocha tinha apresentado e muito bem relativamente a várias situações, no fim de contas ou havia dinheiro ou não havia dinheiro para investir. E aquela podiam ir com o

mecanismo que quisessem e ele não via, sinceramente, qual era a estratégia que tinham para aquela situação, tinham passado onze anos desde que estavam a governar, chegava de respostas que a culpa era dos outros, os outros tinham feito pior que eles. Ele sinceramente já pouco lhe importava se os outros tivessem feito muito mal ou muito bem embora ele defender ponto por ponto detalhadamente, com outro tempo, como era óbvio, cada um daqueles assuntos. No entanto e então e o futuro, questionou. Conseguiram responder, voltou a questionar. Diziam que tinham ideias então que as apresentassem em vez de gastarem tempo com ... já não valia a apenas adjetivar, disse ele. Relativamente às suas perguntas, gostava de ver respondido porque já uma vez tinha enviado um requerimento e tinham-lhes dito que podiam ir à receção da incubadora consultar as pastas, tinha sido aquela a resposta que lhes tinham dado, voltava a perguntar, quantos funcionários tinham, o que faziam, quanto custavam. Aquilo era gestão e havia uma pirâmide na gestão, ele sabia, mas o topo da pirâmide tinha que saber o que era a sua casa quando não conhecia a casa e demonstrava que não a conhecia, nas recentes contratações que estava a fazer ficavam preocupados ainda mais que o que estavam. -----

---- **Interveio a Deputada Lurdes Mesquita (PSD)**, afirmou ter feito parte do executivo Municipal que tinha iniciado o projeto da Incubadora, tinha sido apresentado e era sem dúvida um projeto inovador e importante para o concelho. Como ali o colega Francisco Reigota tinha mencionado, de facto o PSD tinha estado mais anos que o PS no poder em Mira, mas, tinha sido o PS que tinha sucedido ao PSD em dois mil e cinco, portanto tinha estado oito anos após o PSD ter deixado aquela obra, e oito anos depois ela estava como estava. Não podiam apagar aqueles factos da memória. O que tinham feito de bem e o que tinham feito de mal ficava para a história, e naquele dia, também era bom, não queria falar ali acerca daquele ponto porque o estado em que esteve um projeto que era inovador deu pena naturalmente durante alguns anos. O estarem ali naquele momento não era para estarem constantemente ali a carpidar o que

cada um tinha feito, era tempo de olharem para o futuro, era tempo de facto de todos tentarem resolver aquilo fosse quem fosse. Eram eles que representavam o concelho e eram eles que o podiam fazer, mas a memória não se podia perder.

PONTO OITO: Despacho de suspensão da execução das ordens de demolição na área do Plano de Pormenor da Videira Sul, em elaboração – renovação – conhecimento, eventual pronúncia e deliberação. -----

----- **Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** que informou que tinha analisado aquele ponto com os Juristas e a Assembleia Municipal não tinha competência para se pronunciar nem deliberar sobre um despacho do Executivo. Podiam fiscaliza-lo, emitir opiniões, altera-lo ou anulá-lo não podiam. Portanto o que iam fazer era tomar conhecimento e discuti-lo. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: --

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

----- **Tomou a palavra o Sr. Presidente Câmara** explicou o documento. Em dezasseis de fevereiro de dois mil e vinte e três tinha sido assinado um despacho de suspensão de execução das ordens de demolição, na área do Plano Pormenor da Videira Sul. O referido despacho tinha sido aprovado na Reunião de Câmara de vinte e dois de fevereiro e dado conhecimento em sessão da Assembleia Municipal de vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e três. Assim mantendo-se válidos os pressupostos de emissão do mesmo e estando ainda em curso o trabalho de elaboração do Plano Pormenor da Videira Sul, e uma vez que a revisão do Plano Diretor Municipal se encontrava em fase final, de ponderação e emissão de pareceres das entidades, onde a área da Videira Sul estava incluída e a ser analisada, avaliada e acompanhada por todas as entidades envolvidas, renovava-se o despacho pelo prazo de mais um ano com efeitos retroativos a dezasseis de fevereiro de dois mil e vinte e quatro. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado Mauro Seiça (PS)**, sobre aquele ponto e como já tinha solicitado em Assembleias anteriores a bancada do PS questionava se aquela suspensão não era para adiar ainda mais a decisão que já há muito deveria ter sido tomada. Recordavam a celebre reunião do Executivo no Centro Cultural da Praia de Mira, com o intuito de resolução daquele assunto e que até aquela data não se previa resolução. Ainda para mais que na última Assembleia tinha sido aprovado o alargamento do Plano Pormenor da Videira e da Lagoa, notoriamente o Executivo estava a adiar a decisão por tempo para que não tivesse que decidir, pois, como prorrogação do prazo para conclusão do Plano os processos em cursos para demolição das edificações para ficavam suspensas até à conclusão do Plano, pretendiam deixar a decisão para outros, questionou. As povoações não podiam continuar naquela incerteza, o Executivo não podia continuar a adiar a decisão. Para bem da comunidade, decidissem. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara** que pediu autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para passar a palavra ao Sr. Vice – Presidente. -----

---- **Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente** que agradeceu a questão colocada. Respondendo diretamente à questão que tinha sido formulada, não, não era intenção adiar, aliás estavam ali para tentar resolver a maior parte das situações que lá estavam, mas era preciso que todos colaborassem para que pudessem levar a missão bem-sucedida.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, afirmou que a Assembleia ia longa e que as pessoas começavam a perder a paciência para aguentar os

temas e falar sobre os temas. O problema era que os temas eram importantes, os temas continuavam a ser importantes independentemente de a reunião estar a durar cerca de quatro ou cinco horas, e não podiam ultrapassar aquelas temáticas sem quererem falar sobre as mesmas. A bancada do PS também se começava a habituar a não ter resposta por parte do executivo à maior parte das temáticas, ainda no ponto anterior quando questionou quantos funcionários tinha a Incubadora, lá tinha ficado outra vez por responder, como era prática. No entanto aquele tema, relativamente àquele ponto, o Plano Pormenor da Videira Sul, e a tudo o que aquilo representava e tudo o que tinha de história, porque não podiam estar em cima de uma única situação e uma única avaliação, não conhecendo o resto da história e ela era grande, mas sabiam que, como tinha referido pelo Deputado da Assembleia Municipal Mauro Seiça, aquela reunião do Centro Cultural tinha sido uma reunião onde se tinha marcado certas etapas, com tomadas de posição por muitos de bastante rigor. Eram situações em que eles continuavam a não saber muito bem em que ponto estavam. Naquela mesma situação tinha-lhes sido apresentado que a solução para uma grande parte dos problemas que estavam consagrados naquele espaço de terreno acontecia com a criação, com a concretização do Plano Pormenor da Videira do Sul. Na altura as datas que tinham sido apresentadas para a elaboração do mesmo, ... se o Sr. Vereador quisesse abandonar o tema, ele podia abandonar o tema e se quisesse metia numa ordem de trabalhos algum ponto sobre a Videira porque nas reuniões anteriores já tinham falado sobre a Videira, já tinham falado e já tinham pedido esclarecimentos sobre aquilo, e sabe qual tinha sido a resposta, questionou, que lhes enviavam depois os esclarecimentos. Sabe o que é que tinha feito até aquele dia, voltou a questionar, nada, respondeu. Não tinha enviado uma única resposta, que lhe enviassem então uma resposta detalhada, qual era ao ponto de trabalho da Professora Fernanda Paula e das restantes colegas. Era simples, era simples, fazia o apanhado geral, ou fazia uma sumula sobre tudo, enviava para os Deputados Municipais e os Deputados Municipais,

se calhar chegavam ali com mais conhecimento de causa. Lá estava, as cinco horas da Assembleia podiam começar a custar, mas tinham que falar sobre as temáticas que eram importantes. Estava a falar sobre o Plano Pormenor e percebia muito bem aquele ponto, o que é que queria dizer, percebia muito bem o que é que ali estava escrito porque felizmente ainda tinha capacidade de leitura e de interpretação. Relativamente à questão concreta da Videira Sul, tinham dito naquela altura que o Plano Pormenor iria demorar x meses a ser concretizado e elaborado e aprovado, naquele caso em representação da Junta de Freguesia não tinham concordado com aquelas datas. E tinha sido exposto perante umas dezenas largas, centenas de populares que tinham estado naquela reunião e disseram-lhes, automaticamente, os serviços técnicos, mas depois pela parte política, que aquele Plano Pormenor então que ia ser acelerado e que ia ser feito de forma mais rápida e mais célere. O que acontecia era que passava o tempo, passava o tempo e as coisas não aconteciam e as respostas também não lhes eram dadas e o conhecimento da situação também não lhes era dado. Sabiam claramente que aquela situação não era de simples aplicação, sabiam que era uma situação que carecia de uma análise detalhada, carecia que os serviços técnicos estivessem bem protegidos em todos os domínios em tudo o que iam decidir e em tudo o que iam apresentar e eles não eram irresponsáveis a pedir celeridade em processos para que depois pudesse de alguma forma criar algum prejuízo fosse à população fosse ao Executivo Municipal, ou fosse em concreto e de uma forma mais abrangente ao Município no seu todo. Sendo responsáveis eles queriam era estar por dentro daquelas matérias, aquilo era na sua Freguesia, e desde aquela reunião nunca mais o tinham chamado para nada, nunca mais tinham falado sobre aquele tema de forma oficial, então era de uma forma muito simples, o Francisco Reigota não estava minimamente preocupado se era chamado ou não em termos individuais, que até lhe retiravam algumas horas de trabalho, mas o Francisco Reigota representava o povo e era legitimamente eleito pela autarquia da Praia de Mira, como tal tinha a obrigação

de o representar e era naquilo que tinham que fazer a distinção. Se não gostavam do Francisco Reigota ou se não queriam trabalhar com o Francisco Reigota, tinham todo o direito, mas com o Presidente da Junta de Freguesia tinham que trabalhar, era coisas distintas. E aquilo era democracia. “E viva os cinquenta anos do 25 de abril”, disse. Relativamente ao Plano Pormenor da Videira do Sul gostaria mesmo de saber detalhadamente dentro do que fosse possível detalhar, qual era a fase, em que ponto estava, qual iria ser as próximas etapas, e terminava com uma pergunta de algo que tinha sido afirmado na presença de muitos populares, todos aqueles terrenos, dizia o anterior Presidente da Câmara, na presença de centenas de pessoas, todos aqueles terrenos eram deles, do povo. Perguntava ao Presidente da Câmara, atual, Artur Fresco, de quem eram aqueles terrenos. -----

---- **Inteiveio a Deputada Lurdes Mesquita (PSD)**, afirmou que aquele seria, provavelmente, o assunto mais delicado e mais sensível que passava naquela Assembleia, e também não era a primeira vez. Todos já tinham visto que aquele assunto tinha que ser tratado de forma correta, por vezes demorando demasiado tempo nas suas perspetivas. Mas também acreditava, pelo que tinha acontecido até naquele dia, além de acreditar que todos os que ali estavam queriam o melhor para aquele problema, estavam a falar de um direito essencial, que era o da habitação, estavam a falar da habitação das pessoas, também tinham a certeza e tinham verificado que aquele executivo tinha tido todos os cuidados para ver se lavava aquele barco a bom porto. Queria manifestar ali a sua confiança de que eles estavam a agir de boa fé e queriam de facto resolver aquele problema. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Câmara**, disse não se tratar de adiar a decisão

do problema, a suspensão destinava-se simplesmente a promover em tempo útil um procedimento de legalização para permitir o menor impacto possível em termos sociais. Existiam pessoas que lá tinham casas que lá tinham investido uma série de dinheiro, que foram ganhando ao longo da vida e, portanto, não fazia sentido irem para medidas mais gravosas como a demolição, sem primeiro tentar outras que pudessem minimizar os problemas. Os terrenos eram municipais, eles queriam era transferir de uma maneira possível e legal a titularidade para as pessoas, era aquilo que queriam fazer. O tinham planeado ia ser falar no ponto 11, para o qual chamava a atenção, onde os dois técnicos iriam explicar o PDM, onde aquele assunto seria abordado. Não era querer fugir à questão, depois lá estariam para responder se fosse preciso mais alguma coisa. Havia uma parte que era possível fazer alguma coisa em termos de legalização, outra parte era impossível. Queriam fazer a ponte entre o PP e o PDM para que tudo se pudesse resolver. Não havia ali nada a esconder sobre aquilo, o facto de terem introduzido o ponto na ordem de trabalhos, era para precisamente ser discutido ali, se não, não o levariam lá. -----

---- **Inteiveio o Presidente da Assembleia**, disse que, por em tempos ter trabalhado naquela área, a Lei Portuguesa, e não eram um país assim tão podre de rico, previa que sempre que houvesse vontade e que fosse possível legalizar situações ilegais que o fizessem e para isso tinha que haver um procedimento, um despacho que suspendessem os procedimentos. O que estava ali em causa era simplesmente aquilo, não era mais nada. Era haver um despacho de uma casa que previsivelmente se pudesse vir a legalizar, não fosse abaixo, não eram um país rico. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Inteiveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, falando para os dois Presidentes, Presidente da Câmara Municipal e Presidente da Assembleia

Municipal, a bancada do PS em momento algum, relativamente àquele ponto em concreto, estava a colocar em causa o procedimento, não era isso que estava em causa. Aquele ponto em concreto fazia parte de um caminho que eles concordavam. Eles queriam era outro tipo de análise e aprofundamento relativamente ao todo da questão e sinceramente, como confiava nos técnicos da casa ficava expectante pela explicação que iam dar no último ponto. -----

PONTO NOVE: Assunção de Compromissos Plurianuais – Tomada de conhecimento-----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, explicou que tinha a ver com três pontos relativamente ao BUPI, ao fornecimento continuado de gás e relativamente a um artista plástico que tinha o seu espaço ali no Atrium. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

----**Não havendo inscrições passou ao ponto seguinte. -----**

PONTO DEZ: Revisão dos regimes e valorização de carreiras da Administração Pública - Tomada de conhecimento-----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, explicou que tinha a ver com o acelerador de carreias, tinha sido chamado assim pelo anterior Governo, em que foram criadas novas posições, e recorrendo aquilo, a valorização das carreiras dos funcionários públicos, nomeadamente, nos quinze e nos trinta anos para mais facilmente subirem de escalão. Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores eram todos contemplados naquela revisão do Regime de Valorização das Carreiras. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

----Não havendo inscrições passou ao ponto seguinte. -----

PONTO ONZE: Revisão do Plano Diretor Municipal – Tomada de conhecimento. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- Inteveio o Sr. Presidente da Câmara que explicou que era precisamente o estado em que tinham o PDM. Naquele momento estava na CCDR, estava a decorrer um prazo legal para a comissão de avaliação se manifestar, depois de todas as discussões que já tinham havido. Pediram ao Dr. João Carlos Rua e ao Dr. Ângelo Lopes para fazerem uma explicação para toda a Assembleia e para os que assistiam à mesma, para ficarem a par dos acontecimentos, do ponto de situação e dos trabalhos que estavam a ser realizados. -----

---- Foi pedido aos técnicos que procedessem à explicação, o que fizeram conforme os documentos em anexo a esta ata. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- Inteveio o Deputado Carlos Nora (PS), quis apelar aos técnicos, João Rua e Ângelo Lopes e naturalmente à Câmara para que aquela rua Gonçalo Tavares, não fosse esquecida. Não eram só aquelas três pessoas que ali estado presentes naquela Assembleia, eram muitas pessoas interessadas, porque na verdade ali, todas as infraestruturas estavam encostadas, tinha boa estrada tinha tudo, pensava que o desenvolvimento de Mira também podia passar por ali. Achava bom que fizessem tudo por tudo, ele não tinha lá nada, mas iam-se mobilizar para que aquilo fosse uma realidade. Esperava que se interessassem verdadeiramente por aquela situação. -----

---- Inteveio o Dr. Ângelo Lopes disse que uma das premissas que tinha

falado, e muito bem, era que quando definiam aquilo que eram as áreas urbanas, tiveram que cumprir aquele normativo legal e desde longa data o Deputado Carlos Nora sempre tinha defendido aquela rua, ele em todas as Assembleias alertava para aquela situação. A única infraestrutura que lá tinham era a rede rodoviária, as outras todas não tinham, portanto, tinha caído por terra a sua fundamentação quando tinham mandado para lá. Em sede de discussão pública, quer as pessoas, quer os próprios Deputados da Assembleia, naquela rua já só podiam mexer depois das pessoas reclamarem e fazerem sugestões. Naquela fase não tinham argumentos para fundamentar tecnicamente o cumprimento daquela situação. Ou tinham rede de água, saneamento, todas as outras infraestruturas elétricas, telecomunicações, redes de transportes quando eram construídas e quando eram pagas, ou então não tinham argumentos. A senhora tinha dito ali que era o único recurso dos filhos que estavam emigrados, era um argumento que podia valer, eles naquela fase não tinham argumentos, as pessoas tinham que reclamar. Em fase de discussão pública, se calhar, tinham que ter uma única Assembleia só para aquilo, que tinham que discutir ponto a ponto, peça a peça, bocado a bocado que era para analisarem muito bem aquilo, para haver também uma posição de reforço. -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, primeiramente tinha que saudar as duas explicações que ali tinham sido feitas, indiscutivelmente passava que saíram todos mais ricos, saíram todos com mais informação sobre todo o que eram aquelas matérias, contudo, na frase dita pelo Presidente que pensava que algumas das perguntas já não existiam, era o contrário, com aquelas explicações havia muito mais perguntas para fazer e as que tinham feito não estavam respondidas. Primeiramente a explicação que o João Carlos Rua tinha feita era uma explicação técnica, habilitada de alguém que estava mais que conhecedor de causa de tudo o que ali tinha apresentado e ainda por cima, tinha o seu jeito, por outros tempos de ter participado também em algumas situações e ainda tinha jeito, para além da parte técnica, mas a parte oratória continuava a

ser claramente algo que era bastante agradável porque era uma pessoa que se expressava muito bem e que todos ficavam agarrados independentemente do tempo que ele falasse, ficavam agarrados a ouvi-lo e a tentar perceber claramente o que ele estava a explicar. Depois, a explicação que tinha feito de forma geral passava o conhecimento para o cidadão comum que era muito importante. Ali o cidadão comum estava representado pelos Deputados Municipais, e os Deputados Municipais também eram o cidadão comum. Claramente que aquilo era o primeiro aspeto positivo que tinha que saudar. Contudo aquilo tinha que sair também para a restante população, com escala, com domínio e com a necessidade só possível dentro do que os recursos permitissem. Contudo havia uma coisa que era certa, para ele, e não era com falsa modéstia que o dizia, a maior parte daqueles problemas não era novidade, já os conhecia à muito tempo e havia ali duas vertentes, aquela era claramente a fase da Assembleia Municipal onde melhor se tinha falado de política naquela Assembleia Municipal. Por vezes as pessoas não conseguiam perceber bem os termos, ele achava que era por ali que o político podia fazer a diferença na vida dos cidadãos. Era naqueles pontos em concreto, pontos técnicos de difícil análise, de difícil aplicação que os políticos tinham que fazer efetivamente a diferença e começando por falar a verdade, que era onde esbarravam e não era uma questão de discussão ideológica que ali ia ter que todos, ele era militante do Partido Socialista, era eleito pelo Partido Socialista e todos os elementos do Partido Socialista falavam a verdade e eram todos uns santos a nível nacional e todos os que eram eleitos pelo PSD não o eram. Não era isso que ele estava a dizer, o que estava a dizer era que fosse quem fosse, fosse de que partido fosse, fosse qual fosse a ideologia que defendesse tinha a obrigação de falar a verdade ao povo. Quando não o era também, mas naquele caso em concreto tinha mais responsabilidades. O problema que ali estava era exatamente, eles se não mentiam pelo menos não contaram a história e se não contaram a história se os Deputados Municipais não a percebessem o povo também não percebia.

Quando o Ângelo dizia, depois daquela reunião que tinha acontecido com Centro Cultural, se tinha pedido para pararem, era verdade, os técnicos tinham feito aquele trabalho naquela reunião, tinha estado presente, só que os políticos não tinham feito aquele trabalho de forma correta. Também o tinham pedido, mas antes de o pedirem disseram várias frases que fizeram com que a população não ouvisse mais nada e que pensasse que tinham os seus problemas todos resolvidos. A REN, a RAN tinha desaparecido naquele preciso momento, a REDE NATURA, tudo o que era proteção de margens da Barrinha, tudo o que era o POC tinha desaparecido naquele momento, com as frases que tinham sido ditas das bocas dos políticos e naquele caso, ele naquela reunião também tinha estado, sentado na mesa que tinham chamando para a mesa, ele referiu que não ia admitir mentiras e que achava que aquela reunião tinha ali várias coisas que estavam a ser ditas, que eram muito gravosas e que poderiam ser pagas de forma chata no futuro. Estavam simplesmente com aquela apresentação com a certeza absoluta que aquilo estava a acontecer. Sugeriu, e fazia mesmo aquela proposta ao Executivo Municipal para fazerem uma reunião na Freguesia da Praia de Mira a explicar o que ali estava porque a população da Praia de Mira tinha outra análise, dita pelos políticos porque era a gestão de expectativas, permitissem que fosse o mais frontal possível, chegava de andarem a pensar em votos quando se estava a governar, não se podia estar a gerir votos, quando se estava a gerir património, e gestão e políticas do solo. A política do solo naquele momento era muito, muito complicada, e só tinham o caminho da verdade, não podiam andar pelo caminho dos zigue-zagues. Enquanto Presidente de Junta estava preocupadíssimo com aquele assunto há imenso tempo e parecia que tinha andado a falar sozinho porque com o que ali tinha sido explicado, com a agravante das inundações, pois já era o que transmitia, só que eram os próprios representantes políticos que diziam o contrário a seguir nas conversas que tinham. Podia-o provar, quando falavam palavra por palavra, ele pesava cada palavra que dizia e provava-o com gravações, com testemunhos, com pessoas,

com conversas, com escritos, provava-o. Tinham de uma vez por todas, naquele assunto que toda a gente tinha afirmado que era algo extremamente importante, primeiro de tudo tinham que começar a tratá-lo como tal. Uma Assembleia onde iriam ter uma discussão do relatório de contas, relatório de atividades, onde haviam inúmeros minutos para todos falarem, metiam aquilo no último ponto da ordem de trabalhos. Tinha de ouvir bocas de nomeados políticos porque estava ali a usar o seu tempo. Sinceramente, sinceramente, bocas naquele momento, era o que havia de faltar. Respeito era o que se exigia, era o mínimo. Não gostavam de ouvir, tinham bom remédio. Achava que não ficava bem aquele tipo de atitudes que tinha acabado de acontecer naquela sala, sinceramente. Achava que não tinha insultado ninguém estava a falar de um assunto extremamente sério, se não o quisessem discutir também podiam dizer, mas que fossem perante a câmara dizer as atitudes que estavam a ter. Voltava ao ponto em que tinha feito as questões em relação ao Plano Pormenor e toda a atividade desenvolvida remunerada pelo Município, pela Professora Fernanda Paula Oliveira e a sua colega. Ainda não tinham tido nenhum relatório de atividades e afinal de contas o que é que estava a acontecer se é que ele existia, se calhar ainda não existia, mas podiam dar informação sobre aquilo. Como tinha sido dito muito bem pelos técnicos era exatamente na Assembleia Municipal que ia ter que aprovar no final o Plano Diretor Municipal. Esperava que não o apresentassem ali em cima da hora, a correr sem eles terem capacidade de se debruçar sobre o mesmo. Se calhar estava mesmo na hora de marcarem uma Assembleia Extraordinária, de chamarem as pessoas de lhes dar informação, de tecnicamente habilitá-las. O princípio tinha lá estado naquele dia por parte dos técnicos e aquilo saudava claramente, saudava porque achava que tinha sido uma mais valia aquela explicação. Que soubessem interpretar as suas palavras, não no pior que a política tinha que era de interpretação que era o ataque político, mas sim no contributo para a melhoria do que os territórios precisavam e uma

coisa era certa, iria lutar eternamente para que a verdade fosse aplicada no seu concelho. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara** que quis tecer algumas considerações, aquilo que tinham acabado de ouvir, exprimido era quase nada. O que tinham acabado de ouvir foi, “*parabéns aos técnicos que fizeram um bom trabalho*”, “*parabéns aos técnicos que fizeram um bom trabalho*”, “*parabéns aos técnicos que fizeram um bom trabalho*”. Parecia que o Executivo não estava a fazer nada, parecia que o Executivo não tinha ido reunir com as entidades, parecia que estavam ali naquele momento a falar daquele assunto e agora é que se ia resolver. O desafio que a Junta de Freguesia tinha acabado de fazer até poderia ser aceite, para apresentar aquilo à população da Praia de Mira depois dos pareceres. Não podiam numa fase daquelas em que andavam há montes de tempo, diria anos, para se resolver uma renovação do PDM, para puderem abrir outra vez a discussão. Quando fizeram aquela reunião na Praia de Mira, tinham visto o que tinha acontecido às vezes era bom ouvir as opiniões de toda a gente, mas quando era para tomar decisões não podiam decidir igual para toda a gente porque toda a gente tinha uma maneira diferente de ver as coisas e achava que devia ser de uma maneira, que era a sua maneira, e não a maneira do outro. Portanto, quando aquilo acontecia era complicado tomar decisões. Nunca quiseram fazer aquilo a nível unilateral, sempre quiseram ouvir todos, mas o debate das ideias, o debate com as entidades que já ali tinham sido ditas mais que uma vez, implicaram a sua disponibilidade, a sua deslocação onde tinham que fazer o seu trabalho e não queriam glórias por causa daquilo, faziam o trabalho que tinham que fazer. O que era possível ser feito, seria feito, o que não era possível fazer, não poderia ser feito, eram imposições legais e não queriam

sair daí. Com aquilo tudo tinha ficado sem perceber se o Sr. Presidente era ou não a favor das demolições concretamente do que lá estava ilegal. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Inteiveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, disse que ao contrário do Sr. Presidente, primeiro que tudo respondia às perguntas, que tinha sido o que o Presidente não tinha feito. O Sr. Presidente se calhar já não tinha capacidade para interpretar as suas palavras, isso já tinha percebido, várias intervenções ali durante aquelas horas e o Senhor não respondia, se calhar estava com incapacidade de interpretar as suas perguntas, mas de uma forma muito devagar e calma perguntava-lhe, que explicasse sem recorrer aos técnicos, porque devia estar habilitado para isso, que lhe explicasse em que ponto estava o PP da Videira do Sul, qual tinha sido a evolução, já que tinha estado naquelas reuniões todas e que sabia, era bom que o conseguisse explicar. Era bom também que pudesse explicar á população as perguntas que tinha feito, nomeadamente coisas concretas. Estava-lhe a perguntar se era contra as demolições, primeiro que tudo estava-lhe a pedir informação para lhe dizer em que ponto as coisas estavam, nem sabia de que demolições é que estava a falar, estava a afirmar que iam ter que existir demolições, não sabia que tinha que haver demolições porque na última reunião que tinha tido com eles, claramente lhe dizia que o que lhe disseram e o que tinham transmitido era que em principio demolições não existiam, se tivessem que acontecer seriam coisas residuais. Queria saber primeiro que tudo quais eram as residuais porque o que tinham ali apresentado já não era tão residual, eram cem metros, cem metros da margem da Barrinha, estava muito mais preocupado. Estava ali em representação efetiva e em representação das suas pessoas, claramente que não desejava demolições para ninguém mas era preciso falar a verdade às pessoas, não valia a pena estarem a enrolar. Tinha ido ali o publico no início daquela reunião e recordava-se

perfeitamente e ainda por cima estava gravado qual tinha sido a resposta que o Sr. Presidente disse à Senhora que lhe tinha perguntado. O Sr. Presidente não lhe tinha mentido, mas também não lhe tinha dito a verdade. Não lhe disse diretamente que aquela situação já não dava, já não estava autorizada. Tinham que escrever noutras fases daquela discussão para ver se de uma vez por todas conseguiam alterar aquela decisão que já tinha sido negativa. O Sr. Presidente podia ter sido claro e direto e honesto, que não tinha sido. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara** explicou que não lutavam apenas por uma rua, como era lógico, quando as respostas eram sobre uma determinada rua, era preciso ter de cabeça todas as que tinham sido contempladas, como a que tinha sido ali falada. Se queria a resposta relativamente ao PDM era que ele depois daquelas negociações todas, estava na sede da CCDR a decorrer o tempo que eles tinham para se manifestarem, uma comissão de análise que tinham que ter o tempo para se manifestar, e tinha sido aquilo que tinha dito quando tinha apresentado o ponto, o Senhor Deputado é que não tinha ouvido. O PP estava em discussão entre partes em que tinham que ver que é que dava para fazer e depois englobá-lo no plano maior que era o PDM. Aquela discussão ainda estava numa fase em que tinham que ver o que é que podia ou não ser englobado ali, portanto enquanto não houvesse decisão sobre o PP não o podiam englobar. Era na fase em que estava. -----

ENCERRAMENTO : -----

E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte e duas horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da

reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Mesa

(Nelson Maltez, Sr.)

O 1.º Secretário

(Luís Lavrador)